

v.8, n.2, 2015

Veredas

Da História



Veredas da História, [online], v. 8, n.2, dez., 2015, ISSN: 1982-4238

EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Leandro Duarte Rust, UFMT
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Priscila Henriques Lima, UERJ

APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA
Beatriz Beatriz Galvão Abrantes, UFBA

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Leandro Duarte Rust, UFMT
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UF RJ
Priscila Henriques Lima, UERJ
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Vidotte, UFG
Alessander Mário Kerber, UFRGS
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF
André Pereira Botelho
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ
António Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa
Beatriz Helena Domingues, UFJF
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT
Célia Maia Borges, UFJF
Cláudio Batalha, Unicamp
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ
Daniel Santiago Chaves, PPGHG-UFRJ
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP
João Fragoso, UFRJ
João Klug, UFSC
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRJ
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRJ
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRJ
Lia de Aquino Carvalho, UCP
Lia Zanotta Machado, UnB
Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRJ
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRJ
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Priscila Henriques Lima (UERJ)
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

CAPA

Marcelo Pereira Lima (UFBA)

CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Luis Borges, UFBA
E-mail: luisborges.ti@gmail.com

EDITORIAL

1

Apresentação editorial

Leandro Couto Carreira Ricon
(PPGHC-IH-UFRJ)

ARTIGOS

5

A “santa sabedoria” e a vanglória: dois textos da literatura sapiencial anglo-saxônica e sua tradução para o português

Elton Oliveira Souza de Medeiros
Faculdade Sumaré (SP)

24

Áulicos e a elite intelectual na Corte Fluminense (1823-1831)

Nelson Ferreira Marques Júnior
(UFRJ)

41

Entre a literatura e a história: Fábio Luz e o “Ideólogo”

Alex Brito Ribeiro
(UFRJ)

69

O cerceamento às práxis espíritas em 1890: a construção de um bem-jurídico em salvaguarda à saúde pública

Adriana Gomes
(UERJ-SEEDUC/RJ, PNAP – FBN)

88

O corpo divino do rei e o direito de punir: a legitimidade da vingança em “Hamlet”

Tiago Quintana
(UFRJ)

100

Um olhar de gênero sobre o filme “O Corcunda de Notre Dame (1996 & 1997)

Lucas Vieira de Melo Santos
(PPGH-UFBA)

119 **Barbárie da cultura e cultura da barbárie: breve estudo sobre a violência e o poder a partir da perspectiva de Walter Benjamin**
João Luis Pereira Ourique
(UFPel)

RESENHAS

131 **Uma associação mutualista de homens de cor que aprendiam as primeiras letras**
Jucimar Cerqueira dos Santos
(PPGH-UFBA)

136 **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas**
Marcelo Pereira Leite da Silva
(PPGH-UFBA)

143 **A construção nacional 1830-1889**
Nilceanne Nogueira Lima Felício
(PPGH-UFBA)

APRESENTAÇÃO

Leandro Couto Carreira Ricon

Doutorando e Mestre em História pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-IH-UFRJ)

Decerto a história enquanto possibilidade interpretativa do mundo se adensou ao longo do século XX. Ocorreu determinada expansão historiográfica que, abrindo-se a novos temas, fontes, teorias e métodos, ampliou o universo analítico aos limites que poucos historiadores poderiam imaginar. Em nosso tempo presente, portanto, não bastam as velhas fórmulas do passado, demasiadamente rígidas. Passou a ser necessário, em novos tempos, estabelecer novas buscas.

Não fugindo a estas questões, a revista Veredas da História lança agora sua nova edição. Nesta edição, encontraremos exatamente esta miríade de possibilidades analíticas: passando por formas literárias, como a escrita sapiencial de Boécio à anarquista de Fábio Luz; cruzando as análises da imprensa no caso dos áulicos até atingir as críticas ao espiritismo durante o século XIX brasileiro; discutindo clássicas histórias como Hamlet e O Corcunda de Notredame; até chegar às análises da violência em Benjamin – isso sem levar em conta três resenhas claramente necessárias para a compreensão do Brasil e de Portugal. Neste tom, esta publicação certamente contribui às demandas historiográficas contemporâneas.

Neste sentido, o primeiro artigo, *A “Santa Sabedoria” e a Vanaglória: dois textos da literatura sapiencial anglo-saxônica e sua tradução para o português*, de Elton Oliveira de Medeiros, nos apresenta uma introdução àquilo que se convencionou chamar de literatura sapiencial. Para a realização desta empresa, o autor se utilizou de fontes anglo-saxônicas da Alta Idade Média. E mais, em seu texto, apresenta a primeira tradução para o português feita dos originais em inglês antigo, do poema *Vanaglória* e de um dos capítulos da obra *De Consolatio Philosophiae*, escrita pelo filósofo romano Boécio.

O artigo seguinte, intitulado *Áulicos e a Elite Intelectual na Corte Fluminense (1823-1831)*, de autoria de Nelson Ferreira Marques Júnior é fruto de pesquisas desenvolvidas em sua tese, *O despertar do novo império independente: áulicos e a*

formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831), desenvolvida juntamente ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Partindo da discussão social dos áulicos, o autor percebe estes personagens como um grupo que, escapando de organizações partidárias, apoiaram politicamente D. Pedro I no contexto pós-independentista. Neste sentido, o foca na produção da imprensa áulica como uma das possibilidades de manutenção do governo imperial e da monarquia constitucional de caráter centralizador.

O terceiro artigo, *Entre a Literatura e a História: Fábio Luz e o Ideólogo*, de Alex Brito Ribeiro, parte de uma possibilidade analítica demasiadamente contemporânea: a vinculação entre a análise das possibilidades literárias e a prática histórica. Desta forma, analisa o texto *Ideólogo* do médico e militante anarquista baiano Fábio Luz. Logo, o autor demonstra a possibilidade de artefatos literários colaborarem com a compreensão histórica, notadamente se referenciando ao período da Primeira República.

A partir de uma série de publicações no periódico carioca *Gazeta de Notícias* iniciadas durante a década de 1870, as práticas do espiritismo começaram a ser citadas como maléficas à sociedade. Assim, os espíritas passaram a ser percebidos como responsáveis por desordens e por intranquilidades públicas, uma vez que praticavam curas sem habilitações. É deste panorama, no qual o espiritismo foi criminalizado como uma prática geratriz de questões de saúde pública, que trata o quarto artigo, *O Cerceamento às Práxis Espíritas em 1890: a construção de um bem-jurídico em salvaguarda à saúde pública*, de Adriana Gomes.

Na esteira desta ampla gama de possibilidades historiográficas contemporâneas, o artigo seguinte, *O Corpo Divino do Rei e o Direito de Punir: a legitimidade da vingança em Hamlet*, de Tiago Quintana, analisa a obra *Hamlet*, de François Belleforest (1530-1583), responsável pela inspiração da tragédia shakespeariana *Hamlet*. Estas histórias, permeadas de morte e violência, se apresentam, portanto, como uma possibilidade de análise dos discursos sobre os atos de vingança.

O sexto artigo, *Um olhar de gênero sobre o filme O Corcunda de Notredame (1996 & 1997)*, de Lucas Vieira de Melo Santos nos apresenta os discursos estereotipados produzidos pela obra cinematográfica ao citarem a imagem e o papel das mulheres na sociedade medieval – período constantemente utilizado como base para filmes nos últimos anos. Desta forma, o artigo analisa as interações entre estas imagens de gênero atribuídas ao medievo e a contemporaneidade.

O sétimo e último artigo desta série, *Barbárie da cultura e cultura da barbárie: breve estudo sobre a violência e o poder a partir da perspectiva de Walter Benjamin*, de João Luis Pereira Ourique, analisa a figura da violência e do poder na obra do pensador alemão vinculado à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt Walter Benjamin (1892-1940), um dos mais destacados intérpretes da primeira metade do século XX. Para tal, se debruça sobre o texto *Para uma crítica da violência* (*Zur Kritik der Gewalt*). Assim, estabelece um interessante trânsito entre os conceitos de direito natural e direito positivo em prol da compreensão da contraditória legitimidade da violência.

Além destes sete artigos, esta edição possui três resenhas. A primeira destas, produzida por Jucimar Cerqueira dos Santos, resume criticamente a obra de Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. O texto analisado, publicado no ano de 2012 pela Editora da Universidade de Campinas, recebeu o prêmio CAPES de teses em 2010 na área de História e foca na *Sociedade de Artes Mecânicas*, formada em 1841 e liderada por pessoas de cor durante toda sua existência, demonstrando, portanto, a ocorrência de uma classe operária composta por homens livres e de cor em uma sociedade plenamente escravista. Certamente, portanto, uma das obras fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais plurais do contexto brasileiro do século XIX.

A segunda resenha, elaborada por Marcelo Pereira Leite da Silva, analisa a obra *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas Conquistas: Olhares Novos*, coordenada por Antônio Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa e José Pedro Paiva, e publicada em Lisboa pelo Centro de Estudos de História Religiosa no ano de 2014. Esta obra relaciona o Concílio de Trento, momento de reação católica à Reforma Protestante, iniciado em 1545 e terminado em 1563, e sua aplicação no interior do Império Português. Logo, sua leitura passa a ser fundamental já que, ao se pensar no mundo português e sua relação com a cristandade dinamizada na Europa, pensa-se, também, nas relações de prática colonial.

A última resenha, elaborada por Nilceanne Nogueira Lima Felício, se debruça sobre a obra organizada por José Murilo de Carvalho, *A construção nacional 1830-1889*, integrante da coleção História do Brasil Nação: 1808-2010 dirigida por Lilia Moritz Schwarcz e publicada pela Editora Objetiva em 2012. Nesta obra, encontram-se temas fundamentais para a discussão da formação nacional do Brasil, tais como a relação entre a população e a sociedade, a existência política, a inserção do Brasil no mundo, a economia e a cultura.

Partindo disto, neste volume, através de sete artigos e três resenhas, encontramos uma pluralidade de possibilidades interpretativas do mundo histórico. Estas, permeadas de nítidas qualidades, certamente, demonstram o compromisso da publicação com a prática histórica contemporânea. Boa leitura!

A “SANTA SABEDORIA” E A VANGLÓRIA: DOIS TEXTOS DA LITERATURA SAPIENCIAL ANGLO-SAXÔNICA E SUA TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS.

Elton Oliveira Souza de Medeiros
Faculdade Sumaré (SP)¹

Resumo: As fontes literárias anglo-saxônicas estão entre as de maior importância da Alta Idade Média ocidental. Nela podemos encontrar os tipos mais variados de assuntos e temas, tanto em prosa quanto em verso. Dentre alguns desses tipos encontramos o que se convencionou chamar de “literatura sapiencial”. O objetivo deste trabalho é apresentar uma introdução a essa espécie de construção literária e, ao mesmo tempo, trazer pela primeira vez em língua portuguesa o poema *Vanglória* e um dos capítulos da versão anglo-saxônica da obra de Boécio, *De Consolatio Philosophiae*; ambos a partir dos originais em inglês antigo.

Palavras-chave: Inglês Antigo, Boécio, Anglo-Saxões, Sabedoria.

THE “HOLY WISDOM” AND THE VAINGLORY: TWO TEXTS OF THE ANGLO-SAXON WISDOM LITERATURE AND THEIR TRANSLATION TO PORTUGUESE.

Abstract: The Anglo-Saxon literary sources can be considered among the most important sources from the western Early Middle Ages. There can be found different sorts of subjects and themes, in prose as well in verse. Among some of these types there is what is conventionally called "wisdom literature". The aim of this paper is to present an introduction to this kind of literary construction and, at the same time, bring for the first time in Portuguese the poem *Vainglory* and one of the chapters of the Anglo-Saxon version of the work of Boethius, *De Consolatio Philosophiae*; both from their originals in Old English.

Keywords: Old English, Boethius, Anglo-Saxons, Wisdom.

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP, professor de História Medieval da Faculdade Sumaré (SP), membro da *International Society of Anglo-Saxonists – ISAS* e *BRATHAIR – Grupo de Estudos Celtas e Germânicos*; e-mail: eosmedeiros@hotmail.com

Introdução

“Literatura sapiencial” é uma terminologia utilizada – ao menos desde o século XIX – por estudiosos no campo da História e estudos literários medievais ao se referir a algumas das produções do período da Inglaterra anglo-saxônica que possuem elementos temáticos muito semelhantes a textos do mundo clássico e do oriente próximo, textos veterotestamentários (como os Salmos, Provérbios e Eclesiastes) e os diálogos de Platão. A terminologia não é um consenso e nem muito precisa ao tentar identificar quais textos se enquadram dentro deste perfil. Contudo, de forma geral, existe um grupo de por volta de quinze a vinte poemas e ao menos três textos em prosa, todos em inglês antigo, que podem ser reconhecidos como de teor sapiencial.²

Essas obras dos tempos da Inglaterra anglo-saxônica (séculos V – XI) compartilham de forma geral uma preocupação a respeito da condição, a existência e as experiências humanas pelo mundo. Acompanhadas de argumentações e demonstração de grandes verdades universais e, a exemplo de textos bíblicos e da antiguidade greco-latina, por vezes adotam o estilo do “diálogo sapiencial”: onde uma personagem sábia (um andarilho, um ancião ou até mesmo a personificação da própria Sabedoria – ainda que implicitamente) passa seus ensinamentos à outra, geralmente representando a figura do jovem discípulo.

Tais obras na Inglaterra claramente apresentam uma forte influência da tradição greco-latina através do viés da cristianização, desde o século V, assim como também da tradição hiberno-latina.³ Na verdade será essa influência, que ao se adequar e assimilar elementos locais da cultura bárbara anglo-saxônica, através da religião cristã como seu catalisador, que teremos o florescimento de uma tradição cultural local nessa região das Ilhas Britânicas.⁴ O mesmo tipo de construção literária e influência que pode ser encontrado em outras regiões do norte europeu, como a Escandinávia medieval, em obras como, por exemplo, o poema *Hávamál* e o *Vafþrúðnismál* – ambos na *Edda Poética* – assim como o prólogo da *Edda em Prosa* de Snorri Sturluson. E, como no caso inglês, temos a influência da tradição clássica através do estabelecimento da cultura cristã em solo escandinavo (muito provavelmente por meio do trabalho de missionários anglo-

² HANSEN, Elaine Tuttle. **The Solomon Complex**. Toronto: University of Toronto Press, 1988, p. 3 – 11.

³ MEDEIROS, Elton O. S. “Erudição e Poesia Encantatória na Inglaterra anglo-saxônica: *Salomão e Saturno I* & o *Encantamento das Nove Ervas*”. *Mirabilia* 20 (1), 2015, p. 313 – 363.

⁴ PULSIANO, Philip & TREHARNE, Elaine. **A Companion to Anglo-Saxon Literature**. Oxford: Blackwell, 2001, p. 11 – 49; HUPPÉ, Bernard F. **Doctrine and Poetry: Augustine’s Influence on Old English Poetry**. Nova York: State University of New York, 1959, p. 28 – 216.

saxões e germânicos nos séculos IX – XI, não apenas no campo literário, mas também político).⁵

Apesar dessa característica em comum, as obras da literatura sapiencial anglo-saxônica variam muito em estilo e conteúdo. Nos poemas em inglês antigo *Máximas I e II*, por exemplo, encontramos uma coleção heterogênea de sabedoria popular, conhecimentos sobre a natureza e conselhos religiosos formulados como provérbios. No poema *Preceitos* um ancião dá conselhos de natureza social e religiosa a um jovem ouvinte. Enquanto o *Poema Rúnico*,⁶ por sua vez, oferece talvez uma das produções mais enigmáticas do corpo literário anglo-saxônico, estruturado em torno das vinte e nove runas anglo-saxônicas e nos poderes mágicos que elas evocam. Em poemas como *As Fortunas dos Homens* e *Os Dons dos Homens* vamos encontrar uma lista ou catálogo que identifica os destinos e as dádivas que Deus concede à humanidade, contendo assim também um teor moralizante e religioso. Já outros como *A Ordem do Mundo* se apresentam como longas meditações onde um poeta-sábio discorre sobre as glórias e maravilhas da Criação; poemas como *Vanglória* e *Resignação* exploram temas sobre os malefícios da soberba e sobre o arrependimento, e temos também *Os Diálogos Salomão e Saturno*⁷ que retrata o diálogo entre o rei veterotestamentário e a antiga divindade pagã sobre diversos assuntos, desde aspectos mais mundanos da Criação até o poder mágico da oração do Pai-Nosso.

Outros poemas em inglês antigo, apesar de não serem classificados exatamente como tal, também possuem trechos que contêm características da literatura sapiencial, como surge em algumas adivinhações, elegias, e trechos de poemas como *O Andarilho*, *O Navegante* e *Beowulf*.

Na prosa anglo-saxônica podemos citar como parte desse tipo produção o *Froferboc*, os *Solilóquios de Santo Agostinho* e a versão em prosa de *Os Diálogos de Salomão e Saturno*. Os dois primeiros são versões em inglês antigo de textos latinos: sendo o *Froferboc* derivado da *Consolatio Philosophiae* de Boécio e os *Solilóquios* do original de mesmo nome. Os dois textos apresentam como características interpolações e

⁵ HOLLANDER, Lee M. **The Poetic Edda**. Austin: University of Texas Press, 2000, p. 4; LASSEN, Annette. **Odin på kristent pergament: En teksthistorisk studie**. Copenhagen: Museum Tusulanums Forlag, 2011; MEDEIROS, Elton O. S. “A Linhagem Perdida de Sceaf: Genealogias Mítico-Históricas na Inglaterra e Escandinávia & a Tradução do Prólogo da *Edda* de Snorri Sturluson”, **Signum** 16 (3), 2015, p. 46-77.

⁶ MEDEIROS, Elton O. S. “*ráðna stafî, mjök stóra stafî, mjök stinna stafî*: Tradução Comentada dos Poemas Rúnicos Anglo-Saxão, Islandês, Norueguês e do *Abecedarium Nordmannicum*”. **Medievalis** 4 (1), 2015, p. 1 -31.

⁷ MEDEIROS, Elton O. S. “Erudição e Poesia Encantatória na Inglaterra anglo-saxônica: *Salomão e Saturno I* & o *Encantamento das Nove Ervas*”. **Mirabilia** 20 (1), 2015, p. 313 – 363.

reelaborações dos textos originais para o contexto da Inglaterra anglo-saxônica, e em ambos encontramos o formato do diálogo sapiencial. No *Froferboc* este ocorre entre *Mod* (“mente” em inglês antigo) e *Wisdom* (“sabedoria”) – no original tal diálogo é entre a personagem do filósofo (representando o próprio Boécio) e a Filosofia – e nos *Solilóquios* este ocorre entre a personagem de Agostinho e a Razão. Em *Os Diálogos de Salomão e Saturno*,⁸ como ocorre nas obras poéticas de mesmo nome, temos o diálogo entre a figura do rei Salomão e de Saturno; mas desta vez a respeito de assuntos de teor apócrifo da tradição bíblica (por exemplo, detalhes sobre a batalha celeste entre Lúcifer e o Senhor, a longa linhagem dos filhos de Adão e Eva, entre outros temas). Assim como nos textos poéticos, o diálogo entre as personagens dessas três obras em prosa – além de suas especificidades – acaba por abordar os mais diversos aspectos da Criação, da natureza divina, a conduta correta a se seguir durante a vida terrena e demais elementos moralizantes, religiosos e, principalmente, de reflexão sobre os benefícios da Sabedoria. Especialmente a sabedoria de origem divina.

Vanglória e a Santa Sabedoria.

Com a finalidade de apresentar de forma mais clara o teor das obras de conteúdo sapiencial do cenário da produção literária anglo-saxônica (séculos V – XI), foi escolhido um trecho do *Froferboc* – mais especificamente o capítulo 17 – e o poema em inglês antigo conhecido como *Vanglória*. A escolha por esses dois textos se deu em função de um ponto em comum. Além das óbvias referências aos benefícios do conhecimento e da Sabedoria (aqui grafado em maiúsculo para diferenciar o conhecimento oriundo da sabedoria terrena daquela advinda do *logos* divino, portanto, a “Santa Sabedoria”), é possível também relacionarmos em ambos os textos os elementos contrários ao comportamento sapiencial, movidos pela ignorância e a soberba e seus malefícios tanto no campo da vida pessoal quanto político.

O poema *Vanglória* é um dos textos que compõe o manuscrito conhecido como o *Livro de Exeter* (MS. Exeter, Cathedral Library, 3501, fols. 8-130)⁹ sendo um dos maiores

⁸ KEMBLE, John. **The Dialogue of Salomon and Saturnus**. Londres: Ælfric Society, 1848.

⁹ Os demais poemas do manuscrito são (nomes traduzidos para o português, seguidos da forma mais comumente encontrada em língua inglesa): *Cristo I (O Advento)* [Christ I], *Cristo II (A Ascensão)* [Christ II], *Cristo III (O Julgamento)* [Christ III], *Guthlac A* [Guthlac A], *Guthlac B* [Guthlac B], *Azarias* [Azarias], *A Fênix* [The Phoenix], *Juliana* [Juliana], *O Andarilho* [The Wanderer], *Os Dons dos Homens* [The Gifts of Men], *Preceitos* [Precepts], *O Navegante* [The Seafarer], *Vanglória* [Vainglory], *Widsith* [Widsith], *As Fortunas dos Homens* [The Fortunes of Men], *Máximas I* [Maxims I], *A Ordem do Mundo* [The Order of the World], *O Poema Rimado* [The Rhyming Poem], *A Pantera* [The Panther], *A Baleia* [The Whale], *A*

do corpo poético anglo-saxônico. O manuscrito consiste numa coleção de poemas de perfil tanto religioso quanto secular, e possivelmente confeccionado por um único autor, que também teria sido o responsável por outros dois manuscritos em latim (MS. Londres, Lambeth Palace Library, 149, fols. 1-139; e MS. Oxford, Bodleian Library, Bodley 319). O que pode servir de indício para entender que o manuscrito de Exeter, assim como os outros dois manuscritos, se trata de uma cópia. A organização dos textos do *Livro de Exeter* parece ter sido intencional, sendo os oito primeiros poemas os mais longos, seguidos dos demais mais curtos.¹⁰

Uma das primeiras referências ao *Livro de Exeter* data do século XI no inventário de livros entregues por Leofric, bispo de Devon e Cornwall, à catedral de Exeter pouco antes de seu falecimento em c. 1072; contudo, não há qualquer indício de como o manuscrito chegou a suas mãos. Através de análises paleográficas, o manuscrito teria sido composto originariamente em meados do século X (c. 975). Isso seria muito antes que a sé episcopal fosse estabelecida em Exeter em 1050. Portanto, Leofric trouxe o manuscrito pronto e já compilado como nós o conhecemos na atualidade, o que exclui seu nome como um dos possíveis autores da obra.¹¹

Sabe-se que mais tarde, em 1566, uma cópia desse inventário foi adicionada ao manuscrito e entregue pelo diácono e capelão de Exeter a Matthew Parker, arcebispo de Canterbury. Exemplar que já possuía a seguinte inscrição em inglês antigo: “*i. mycel englisc boc be gehwilcum þingum on leoðwisan geworht*” [“um grande livro em inglês a respeito de assuntos compostos em forma de verso”]. Apesar de sua existência ser conhecida desde os tempos de Leofric, o reconhecimento de sua importância para os estudos do inglês antigo e do período anglo-saxônico – assim como a publicação de seu conteúdo – só veio a acontecer no século XIX.¹²

Perdiz [The Partridge], *Alma e Corpo II* [Soul and Body II], *Deor* [Deor], *Wulf e Eadwacer* [Wulf and Eadwacer], *Adivinhações 1-59* [Riddles 1-59], *Adivinhações 3, 5, 9, 25, 26, 29, 30a, 35, 38, 42-8, 53* [Riddles 3, 5, 9, 25, 26, 29, 30a, 35, 38, 42-8, 53], *O Lamento da Esposa* [The Wife's Lament], *O Dia do Julgamento I* [Judgment Day I], *Resignação* [Resignation], *A Descida ao Inferno* [The Descent into Hell], *A Doação de Donativos* [Alms-giving], *Faraó* [Pharaoh], *A Oração do Senhor I* [The Lord's Prayer I], *Fragmento Homilético II* [Homiletic Fragment II], *Adivinhações 30b* [Riddles 30b], *Adivinhações 60* [Riddles 60], *A Mensagem do Marido* [The Husband's Message], *A Ruína* [The Ruin], *Adivinhações 61-95* [Riddles 61-95], *Adivinhações 61, 66, 69, 76, 86* [Riddles 61, 66, 69, 76, 86]; cf. KRAPP, George Philip (ed.) & DOBBIE, Elliot van Kirk (ed.) **The Anglo-Saxon Poetic Records III: The Book of Exeter**. Nova York: Columbia University Press, 1936.

¹⁰ LAPIDGE, Michael. **The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England**. Oxford: Blackwell, 2004, p. 177.

¹¹ BRADLEY, S.A.J. (trad. org.) **Anglo-Saxon poetry**, Londres: Everyman, 2003, p. 201.

¹² LAPIDGE, Michael. **The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England**. Oxford: Blackwell, 2004, p. 177 – 178.

Voltando nossa atenção especificamente ao poema *Vanglória*, ele pode ser identificado – como dissemos anteriormente – como parte da “literatura sapiencial” anglo-saxônica. Com apenas 84 versos, o conteúdo principal do texto remete aos ensinamentos dos Pais da Igreja a respeito dos pecados do orgulho e da soberba, estabelecendo um paralelo entre o comportamento do humilde e o do orgulhoso, traçando a origem deste mal à soberba de Lúcifer e sua recusa em servir a Deus. Temática recorrente na literatura em inglês antigo e que possivelmente, dentre outras possíveis fontes da época, teria sido introduzida na Inglaterra do período por meio do livro apócrifo de Enoque (*I Enoque*, capítulos 1 – 16)¹³ que narra justamente a rebelião de Lúcifer e dos demais anjos, a guerra celestial e pôr fim a queda. Complementando assim a passagem bíblica de *Genesis* 6, 1 – 4.

Além de *Vanglória*, as referências sobre a insurreição e a queda dos anjos também aparecem em outras obras importantes do corpo poético anglo-saxão. Temos, por exemplo, os poemas *Gênesis*, *Cristo & Satã* (ambos parte do manuscrito *Codex Junius XI*)¹⁴ e *Descida ao Inferno* (também do *Livro de Exeter*). A narrativa do primeiro é mais próxima a de *Vanglória*, ao relatar a rebelião de Lúcifer, apresentando-o como um guerreiro (um *þegn*) a serviço do Senhor e que, em consequência de sua soberba, acaba por desempenhar um dos arquétipos mais negativos dentro do universo literário anglo-saxônico que é a figura do traidor.¹⁵ O relato da batalha celestial também aparece nos dois

¹³ Assim como o livro apócrifo de Enoque (*I Enoque*) outros textos apócrifos que podem ter influenciado na produção literária anglo-saxônica são o *Caverna dos Tesouros*, *Descida de Cristo ao Inferno* e *A Vingança do Salvador*, entre outros que podem ter sido levados à Inglaterra nos tempos de Teodoro, arcebispo de Canterbury (c. 602 – 690). Teodoro era de origem grega e pode ter levado tais livros consigo para a Inglaterra, pois, apesar de não terem sobrevivido aos nossos tempos, sabe-se da existência de tais livros apócrifos na Inglaterra devido às evidências encontradas nos comentários e estudos do século VII da “Escola de Canterbury” – estes sim preservados – que fazem referências aos mesmos. Para maiores informações ver BISCHOFF, Bernhard & LAPIDGE, Michael. **Biblical Commentaries from the Canterbury School of Theodore and Hadrian**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007; KASKE, R. E. “*Beowulf* and the *Book of Enoch*”. **Speculum**, 46 (3), 1971, p. 421-431; PROENÇA, Eduardo de (org.) **Apócrifos da Bíblia e pseudo-epígrafos**. São Paulo: Fonte Ed., 2005.

¹⁴ KRAPP, George Philip (ed.) **The Anglo-Saxon Poetic Records I: The Junius Manuscript**, Nova York: Columbia University Press, 1931.

¹⁵ O traidor, dentro do cenário literário do período, desempenha a figura modelar do pária, do proscrito; aquele que traiu seu senhor – terreno ou divino – e que em função disso passa a viver exilado do convívio de outras pessoas. Não fazendo mais parte do mundo dos homens ou da Criação por ter se voltado contra a ordem universal. Os melhores exemplos desse tipo de personagem na poesia em inglês antigo é Lúcifer (condenado às trevas do Inferno por sua traição), seguido por Caim (fratricida e que também se volta contra Deus) e, talvez o mais famoso de todos, Grendel no poema *Beowulf* (por ser retratado como da linhagem amaldiçoada de Caim e por desprezar o poder divino e a sociedade humana, o que o torna não apenas um proscrito como um ser monstruoso e abominável). Para maiores informações sobre personagens da literatura anglo-saxônica e a relação com o pecado da traição ver MEDEIROS, Elton O. S. “Mito e História no Campo de Batalha: Apropriação e Interpretação do Passado pelo Medievo e como História Nacional”. **Revista de História Comparada** 8 (2), 2014, p. 29 – 59.

últimos poemas supracitados, mas de forma breve, apenas como forma de lembrar a razão do aprisionamento dos anjos e da razão de Cristo – durante os três dias antes de sua ressurreição – ter descido até o Inferno para libertar as almas ali cativas e mais uma vez punir Lúcifer e seus seguidores.

Além da temática apócrifa, em *Vanglória* encontraremos elementos moralizantes que podemos identificar em outros textos do período e também do contexto do norte europeu e da antiguidade latina. O contraste que o narrador em *Vanglória* estabelece entre o homem tomado pelo orgulho e aquele que é possuidor de humildade é muito semelhante em *Beowulf* ao discurso que a personagem do rei Hrothgar direciona ao jovem Beowulf após este último voltar vitorioso ao seu salão (*Beowulf*, versos 1700 – 1768). O velho rei conta sobre o final trágico do antigo rei Heremod que, tomado pela arrogância e o orgulho, trouxe grande tristeza e desgraça ao povo dinamarquês e aconselha a Beowulf que não siga o mesmo caminho. Neste trecho do poema, através da fala de Hrothgar, é elaborada uma alegoria onde um soberano permite que o orgulho e os vícios corrompam sua alma. Esta elaboração não apenas o aproxima da temática moralizante do texto de *Vanglória* como também remonta à tradição da alegoria poética cristã do escritor latino Prudêncio, em seu poema *Psychomachia*. Em sua obra, Prudêncio retrata o confronto entre os vícios e as virtudes como se fosse um combate armado real e físico. Ambos os “exércitos” são representados por figuras e utensílios do âmbito militar. Assim, em *Beowulf* tal alegoria é apresentada da seguinte forma: o “guardião da alma” (*sawele hyrde*) é a razão ou a consciência humana que adormece, e as “flechas do vício” penetram na alma, tornando-a arrogante e fadada a um triste fim, como retratado em *Vanglória*, versos 26 – 31.

Ao mesmo tempo, nos trinta primeiros versos de *Vanglória*, poderíamos dizer que há a presença de elementos não apenas moralizantes e cristológicos, mas também voltados a normas de conduta social. Sobre a postura dos guerreiros no salão, durante o banquete, em como se portar ao falar aos demais convidados etc. O que pode nos fazer pensar em outro texto importante do norte europeu e que também, como mencionado anteriormente, se enquadra no mesmo tipo de literatura sapiencial que os textos anglo-saxônicos: o poema *Hávamál* (do conjunto de textos islandeses da *Edda Poética*), principalmente suas quinze primeiras estrofes.¹⁶

¹⁶ Como, por exemplo, a sexta estrofe: “De sua inteligência o homem não deve se vangloriar, mas ser cauteloso sobre os pensamentos; quando o sábio e silencioso vem até uma habitação, raramente o mal recai sobre o cuidadoso, pois melhor amigo nenhum homem conseguirá do que a grande sabedoria”; cf. MEDEIROS, Elton O. S. “Hávamál: Tradução Comentada do Nórdico Antigo para o Português. *Mirabilia* 13 (2), 2013, p. 558.

Em relação ao campo da escrita em prosa, nossa principal fonte para esse artigo remonta aos tempos do rei Alfred o Grande (871 – 899) e ao que podemos chamar de *período alfrediano* (séculos IX – IX). Mais especificamente à documentação contida nos *textos alfredianos*:¹⁷ a versão em inglês antigo da obra *Consolatio Philosophiae* de Boécio (chamada em inglês antigo como *Froferboc*¹⁸). A escolha se dá uma vez que, entre as demais obras do conjunto, é nela que se encontra de forma mais explícita o elemento principal da produção literária sapiencial do período: a Sabedoria divina.

A respeito das fontes sobre o *Froferboc*, é sabido da existência de dois textos sobreviventes aos dias de hoje: os manuscritos *Bodley 180 (2079)* e o *Cotton Otho A. VI*. Conhecidos também como versões B (Bodley) e C (Cotton), estes dois manuscritos são os mais bem conservados e mais completos da versão feita a partir do texto de Boécio nos tempos alfredianos.

O manuscrito B contém uma versão da *Consolatio Philosophiae* em inglês antigo que se acredita ter sido escrito por um único autor, entre o final do século XI e começo do XII.¹⁹ A origem do manuscrito não é muito clara. Sabe-se apenas que ele foi adquirido pela Universidade de Oxford por volta de 1602, sendo identificado como *Translatio quaedam Alfrædi*, através da doação feita por um homem chamado Thomas Draper no ano anterior. O nome se deve ao texto começar com uma clara referência a figura do rei Alfred como responsável pela tradução, mas sem explicitar qual seria esse texto. Contudo, na terceira página há uma referência escrita à mão (supostamente do século XVI) onde se lê: “*Boecius de consolatione philosophie translated into the Saxonice tong by King Alfred*”. Juntamente com a versão do texto de Boécio, Draper também teria doado uma grande quantidade de cartas de Thomas Becket (copiadas no fim do século XII-XIII), o *Auctor imperfecti operis in Mattaeum, fo. MS* (uma cópia de comentários de pseudo-Crisóstomo sobre o texto de São Mateus) e uma coleção identificada como *Epistolae Cantuarienses*, escritas no começo do século XIII.²⁰ Devido a todas essas fontes apresentarem certa ligação com a sé de Canterbury, uma possibilidade seria de que a

¹⁷ Os demais textos que compõe os textos alfredianos seriam as versões para o inglês antigo de a *Regula Pastoralis* (de Gregório Magno), os *Solilóquios de Santo Agostinho*, os cinquenta primeiros *Salmos*, além das leis do rei Alfred.

¹⁸ “Livro da Consolação” em português.

¹⁹ GODDEN, Malcom & IRVINE, Susan. **The Old English Boethius: An Edition of the Old English Versions of Boethius’s *De Consolatione Philosophiae*, Vol. I.** Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 9.

²⁰ *Ibid.*, p. 18.

versão B também tivesse sido elaborada em Canterbury. Entretanto, não existem maiores indícios a esse respeito e a origem do manuscrito continua imprecisa.

O manuscrito da versão C, por sua vez, faz parte do volume conhecido como *Cotton Otho A. VI*. Este volume é composto pela versão em inglês antigo do texto de Boécio (datado do século X), uma cópia em latim da vida do rei Edward o Confessor (do final do século XII), e uma narrativa a respeito da visita de um grupo de peregrinos ao santuário de Edward em Westminster no ano de 1240 (datado do século XIII). Não se sabe quando estes textos foram reunidos como tal, mas é possível que isso não tenha ocorrido muito anterior ao final do século XVI-XVII, quando tal compilação chegou à coleção de Sir Robert Cotton. As primeiras referências ao manuscrito datam da década de trinta do século XVII nos catálogos da coleção Cotton. Devido a um incêndio em 1731, que danificou e destruiu boa parte da coleção, o manuscrito apresenta falhas e páginas parcialmente danificadas, principalmente nas bordas. Após ter sido levado para o Museu Britânico e posteriormente a fazer parte do acervo da British Library, passou por um processo de restauração durante a primeira metade do século XIX. Sobre sua origem, assim como a versão B, não há muitas informações. Não existem indícios de como e onde o manuscrito foi adquirido e sua procedência.²¹

Os dois manuscritos possuem características muito distintas entre si. A versão B está inteiramente em prosa, contendo um prefácio, índice e uma introdução sobre Boécio e Teodorico, seguida pela versão em inglês antigo da obra latina. O texto está dividido em quarenta e dois capítulos, onde a introdução conta como sendo o primeiro. A versão C se assemelha ao formato do texto latino original, começando por um prefácio (em prosa), um segundo prefácio (em forma poética, mas sem um índice como na versão B), seguido de passagens em verso e prosa sucessivamente até o final. O conteúdo dos trechos em prosa é muito similar aos da versão B, enquanto que o mesmo não ocorre com os trechos em forma poética.

Atualmente existem duas principais hipóteses a respeito da existência dos manuscritos. Primeiramente, há um consenso de que teria existido uma versão original em prosa da qual as duas versões atuais descendem.²² Uma primeira hipótese é de que esta versão original em prosa seria um rascunho, usada como referência para a composição de outra versão em prosa e verso (sendo esta a versão final desejada para sua

²¹ Ibid., p. 18 – 19.

²² Ibid., p. 46.

circulação no período). A segunda hipótese seria de que o formato apenas em prosa é que seria de fato a versão final e que esta circulou pela Inglaterra da época e posteriormente elaborou-se uma versão alternativa em prosa e verso, tentando imitar o formato original do texto de Boécio.²³ Há um número maior de elementos que favorecem a segunda hipótese: a) o autor omite ou resume drasticamente muitas passagens originais em verso ao passá-las para o inglês antigo, fato que não ocorre com os textos em prosa (o que poderia indicar uma maior preocupação com a estrutura das passagens em prosa do que em verso); b) o formato da versão B está mais bem finalizado (contendo prefácio, índice, um texto dividido e numerado em respectivos capítulos) e c) seu conteúdo circulou na época (o texto da versão B era conhecido por Ælfric de Eynsham – final do século X e início do XI – que o utilizou ao compor os textos de suas “Vidas dos Santos”, e pelo arcebispo Wulfstan de York em suas homilias durante o mesmo período²⁴). Já sobre o texto da versão C, não há elementos suficientes que possam comprovar a circulação de seu conteúdo durante o mesmo período na Inglaterra.

O que nos chama a atenção para o texto da *Consolatio Philosophiae* em inglês antigo e para os demais *textos alfredianos* não é sua existência em idioma vernáculo, mas a maneira como se deu sua composição e as discrepâncias em relação aos textos originais. No caso do *Froferboc*, ele reproduz de forma geral o texto original de Boécio. Contudo, ao longo dele podemos notar alterações e reinterpretações, paráfrases e interpolações que por vezes diferem radicalmente da obra original (o que também se reflete nos demais textos do conjunto documental alfrediano e encontra paralelos nas reconstruções poéticas de inspiração bíblica do período, como o poema *Judite*,²⁵ por exemplo). Os primeiros estudos modernos sobre o texto em inglês antigo justificavam tais diferenças como erros de tradução, resultado da falta de um conhecimento mais aprofundado de seu autor do idioma latino e dos conceitos tratados por Boécio. Para tais críticos, o autor demonstrava um despreparo que o levou a cometer tais equívocos.²⁶ Entretanto, numa análise mais atenta, podemos notar vários elementos que indicam que isso não é verdade.

Um dos grandes exemplos de alteração interpretativa se dá através da imagem da *Fortuna*. Em Boécio, bens, riquezas, poder e outras coisas, estariam sob o jugo da *Fortuna*

²³ Ibid., p. 45.

²⁴ Ibid., p. 48.

²⁵ MEDEIROS, Elton O. S. “A Corajosa Mulher: Representações Femininas de Poder na Inglaterra Anglo-Saxônica”. *Revista Poder e Cultura*, 3 (5), 2016, p. 30 – 47.

²⁶ SEDGEFIELD, Walter John (trad.), *King's Alfred Old English Version of the Consolations of Boethius*. Oxford: Clarendon Press 1900, p. 242.

e ligados à ideia de efemeridade. No texto em inglês antigo não há esta presença da *Fortuna*, como no original. No *Froferboc*, a *Fortuna* latina sai de cena, até mesmo o nome desaparece, e a argumentação do texto é reconstruída em torno de dois novos termos em inglês antigo: *Wyrð* e *woruldsælða*. Diferentemente do que ocorre em Boécio com a *Fortuna*, nenhum desses dois termos são personificações. *Woruldsælða* seriam as coisas materiais em si, os bens e as vantagens terrenas as quais os homens adquirem e mantêm em função de sua busca pela Sabedoria. O termo *Wyrð*, por sua vez, remete a um antigo conceito do mundo germânico, sendo algo próximo da ideia de destino. *Wyrð*, no *Froferboc*, acaba se confundindo com a figura de Deus, pois, diferente da *Fortuna*, no texto em inglês antigo *Wyrð* não tem poder para influenciar as vidas dos homens. Os bens terrenos, a prosperidade e infortúnios, diferente da *Fortuna* de Boécio, são de responsabilidade exclusiva de Deus. No *Froferboc*, ao invés de uma força independente, *Wyrð* é na verdade a forma pela qual Deus manifesta sua vontade no mundo.²⁷

Contudo, uma das principais alterações do texto de Boécio para o inglês antigo está no papel que *Wisdom* (Sabedoria) desempenha do ponto de vista político e teológico: o princípio da realeza. Esta alteração fornece uma das identificações mais claras com o pensamento político alfrediano e com todo o conjunto de interpretações e mudanças realizadas ao verter o texto de Boécio para o vernáculo, assim como sua relação com os demais *textos alfredianos*. Em tais obras se torna de extrema importância o papel de tal sabedoria, tendo como seu principal referencial bíblico o arquétipo salomônico.²⁸ De maneira que isso acaba se refletindo em uma associação dos conceitos de sabedoria, governança e (consequentemente) aplicação da lei.²⁹ Algo que, não surpreendentemente, se reflete na produção poética do período, através da fala da personagem do rei Hrothgar a Beowulf em *Beowulf* (vv. 1724 – 1785); assim como também, de forma mais evidente, nos poemas *O Andarilho*, *Preceitos* e *Vanglória*.³⁰

²⁷ PAYNE, F. Anne. **King Alfred & Boethius: An Analysis of the Old English Version of the Consolation of Philosophy**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1968, pp. 87-92.

²⁸ PRATT, David. **The Political Thought of King Alfred the Great**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 152 – 153.

²⁹ Algumas passagens bíblicas servem para reforçar isso, como 1 Reis 3, 9 – 14; 2 Crônicas 1, 7 – 12; Sabedoria de Salomão 6, 1 – 25; 7, 7 – 14; 8, 9 – 16; Provérbios 8, 12 – 36 (em especial os versículos 12 – 21) e 9, 10; e também o Salmo 111 (110) capítulo 10; e Eclesiastes 1; 19, 18 – 21; 25, 13 – 15.

³⁰ KRAPP, George Philip (ed.) & DOBBIE, Elliot van Kirk (ed.) **The Anglo-Saxon Poetic Records III: The Book of Exeter**. Nova York: Columbia University Press, 1936, p. 134 – 136, 140 – 142, 147 – 148; **The Anglo-Saxon Poetic Records IV: Beowulf and Judith**. Nova York: Columbia University Press, 1953, p. 53 – 55; FULK, R. D. **The Beowulf Manuscript**. Cambridge: Harvard University Press, 2010, p. 199 – 205; MEDEIROS, Elton O. S. **Beowulf**. São Paulo: Ed. 34, 2016 (no prelo); PRATT, David. **The Political Thought of King Alfred the Great**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 153 – 154.

Ao longo do *Froferboc* a Sabedoria é descrita como a mais alta das virtudes (*hehsta cræft*), uma manifestação divina e, diferentemente do simples poder mundano, possui a capacidade de conceder méritos e qualidades àqueles que a buscam e a amam. Desta forma, a Sabedoria estaria identificada com Deus, e ligada à ideia de um Deus que é o governante supremo, detentor de um poder que está além da completa compreensão humana. *Wisdom* representaria o poder de Deus de governar a Criação, o verdadeiro poder dos reis, dos homens e de todos aqueles que detêm algum tipo de autoridade e bem a administram. E através de *Mod* (Mente) esta Sabedoria divina é venerada como a fonte do poder régio. A fonte do poder pelo qual é possível ser rei ao obter autoridade sobre os elementos materiais e espirituais necessários para a manifestação desta habilidade (*cræft*). Diferente de *Wyrd*, a presença de *Wisdom* no *Froferboc* beira à personificação, remetendo a elementos cristológicos³¹ e do Velho Testamento.³²

Desta forma, a Sabedoria estaria vinculada ao ideal da figura do soberano e atrelada à prática do poder. À qualidade da realeza, a que concede poder e que permite a prosperidade terrena a seus seguidores. Enquanto na obra original de Boécio a Filosofia (*Philosophiae*) assume uma postura ascética, desprezando riquezas, status, poder e fama, a Sabedoria (*Wisdom*) valoriza esses mesmos elementos como instrumentos necessários da vida humana e do governante. Através disso, a Sabedoria passa ao seu interlocutor (*Mod*) o respeito e a responsabilidade que ele deve ter no uso dos materiais e das pessoas deste mundo. Uma das principais qualidades que se espera de um rei. Podemos ver que este se torna um ponto fundamental para a compreensão do texto em inglês antigo e do discurso dos demais *textos alfredianos*: o poder e a autoridade que provém de Deus através da Sabedoria. No *Froferboc* é mantido o padrão do diálogo sapiencial (assim como nos *Solilóquios*); mas, enquanto no texto original este ocorre entre a Filosofia e o filósofo (ou entre a Razão e Agostinho), no texto anglo-saxônico pode-se interpretar que este ocorre entre a “Realeza” e o rei.³³ Realeza que se manifesta através da Sabedoria, uma força divina que controla e administra a Criação, e não mero conhecimento mundano (*cynescipe*).

³¹ “Cristo é a Sabedoria de Deus”; AGOSTINHO, *Civitate Dei*, XVII, 20.

³² “Eu sou a Sabedoria, moro com a sagacidade, e possuo o conhecimento da reflexão (...) É por mim que reinam os reis, e que os príncipes decretam a justiça; por mim governam os governadores, e os nobres dão sentenças justas” - Provérbios 8, 12-16.

³³ Supondo que a figura do rei Alfred o Grande tenha de fato alguma ligação direta com a composição do texto, o diálogo sapiencial poderia ser interpretado também como representando um debate entre Cristo e o próprio Alfred.

Este seria um ponto fundamental para o ideal régio cristão alfrediano e para a legitimidade de sua autoridade do ponto de vista filosófico, teológico e principalmente político; cujos reflexos interpretativos poderão ser encontrados ao longo do *período alfrediano* tanto em textos em prosa (como na documentação legislativa e nos textos de Ælfric de Eynsham e do arcebispo Wulfstan) como na poesia (em *Beowulf*, por exemplo, a manifestação de termos como *wyrd* e *wisdom* ao longo do poema se dá exatamente como interpretado no *Froferboc*). Ideal presente no discurso dos demais *textos alfredianos* e que serviria aos propósitos da Casa de Wessex ao promover um novo tipo de prática de poder que iria mudar as relações da organização social anglo-saxônica ao fortalecer a autoridade da aristocracia (afetando diretamente a administração pública e influenciando a reorganização militar), mas ao mesmo tempo (diferente do que acontecia antes do século IX) restringindo sua autonomia por estar mais submetida a uma autoridade régia centralizadora. O que contribuiria mais tarde para o processo de unificação da Inglaterra nos tempos do governo do rei Athelstan (neto de Alfred), com o qual este ideal de poder régio cristão anglo-saxônico atingiria seu clímax ao consolidar a imagem do monarca, do soberano de toda a ilha.³⁴

Sobre a tradução atual

Como podemos ver na produção literária anglo-saxônica, o campo de abrangência da “literatura sapiencial” é vasto. Sendo assim, trazemos o poema *Vanglória* como uma pequena amostra de como essa literatura pode proporcionar uma série de abordagens, enfoques e relações com outros textos do mesmo período, tanto na Inglaterra quanto fora dela. A tradução do poema para o português foi realizada a partir da transcrição do texto original em inglês antigo presente na obra de George Philip Krapp e Elliot van Kirk Dobbie, *The Anglo-Saxon Poetic Records III: The Book of Exeter* de 1936.³⁵

A respeito da tradução a partir do *Froferboc*, como dissemos anteriormente, foi escolhido o capítulo 17 da versão B, contido no manuscrito MS. Bodley 180 (2079). Para essa tarefa nos baseamos na transcrição do original anglo-saxônico que se encontra no primeiro volume da obra de Malcom Godden e Susan Irvine, *The Old English Boethius*:

³⁴ STENTON, Sir Frank M. **Anglo-Saxon England**. Oxford: Oxford University Press, 1943, p. 349; MEDEIROS, Elton O. S. “Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: A construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica”. *Mirabilia* 13, 2011, p. 134 – 172.

³⁵ KRAPP, George Philip (ed.) & DOBBIE, Elliot van Kirk (ed.) **The Anglo-Saxon Poetic Records III: The Book of Exeter**. Nova York: Columbia University Press, 1936, p. 147 – 148.

An Edition of the Old English Versions of Boethius's De Consolatione Philosophiae, de 2009.³⁶

Em ambos os casos, vale ressaltar (especialmente para a tradução de *Vanglória*), a forma escolhida para suas versões finais em língua portuguesa foi a prosa – para assim auxiliar sua leitura e para uma melhor compreensão – devido às particularidades do inglês antigo e seu estilo poético. Ao mesmo tempo também houve a preocupação de manter os textos o mais próximo possível de seu conteúdo original – visando facilitar o estudo e a consulta junto ao texto em inglês antigo – realizando adaptações e alterações apenas quando uma tradução mais literal se tornou inadequado em língua portuguesa.

Traduções

Consolation Philosophiae em Inglês Antigo (*Froferboc*)

[Versão B: Ms. Bodley 180 (2079)]

Capítulo 17

Original em Inglês Antigo	Tradução
<p>[<i>Hu þæt mod sæde þæt him næfre seo mægþ and seo gitsung forwel ne licode buton tola þe he tilade</i>]</p> <p>Þa se wisdom þa þis leoð asungen hæfde, þa geswigode he, and andsworede þæt mod and þus cwæð. Eala gesceadwisnes, hwæt þu wast þæt me næfre seo gitsung and seo gemægð þisses eorðlican anwealdes forwel ne licode, ne ic ealles forwiðe ne girnde þisses eorðlican rices, buton [tola] ic wilnode þeah and andweorces to þam weorce þe me beboden was to wyrçanne; þæt ic unfracodlice and gerisenlice mihte steoran and reccan þone anweald þe me befæst wæs. Hwæt þu wast þæt nan mon ne mæg nænne cræft cyþan ne nænne anweald</p>	<p>[<i>Como a Mente disse que a ambição e a cobiça nunca lhe atraíram muito, exceto as ferramentas que ela buscou</i>]</p> <p>Quando a Sabedoria cantou sua canção, ela então ficou em silêncio,³⁷ e a Mente respondeu e assim disse: “Ó Razão, verdadeiramente você sabe que a cobiça e o desejo por esse poder terreno nunca me atraíram muito, nem eu ansiei grandemente por essa autoridade terrena, mas busquei pelas ferramentas e material para a tarefa a qual fui incumbido de cumprir; de forma que eu honradamente e adequadamente possa guiar e conduzir aquele poder que me foi confiado. Verdadeiramente você sabe que ninguém pode demonstrar qualquer habilidade,³⁸</p>

³⁶ GODDEN, Malcom & IRVINE, Susan. *The Old English Boethius: An Edition of the Old English Versions of Boethius's De Consolatione Philosophiae*, Vol. I. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 277 – 278.

³⁷ *þa geswigode he*: numa tradução mais literal, “então ele se silenciou”; em inglês antigo a personagem da Sabedoria é tratada pelo pronome masculino “ele”.

³⁸ *Cræft*: pode ser traduzida como “habilidade”, “virtude”, “arte”, “talento” e etc. Apesar de não existir originalmente tal conceito na Inglaterra anglo-saxônica, poderíamos aproximar à ideia de *mana* – de forma não totalmente satisfatória, devemos admitir. O termo vem da Antropologia, originalmente dos estudos sobre as culturas polinésias de cujo idioma provém a palavra. *Mana* estaria relacionada com um tipo de poder “sobrenatural” presente na sociedade e que estaria concentrado em objetos, palavras, atos e pessoas.

reccan ne stioran butan tolum and andweorce. Ðæt bið ælces cræftes andweorc þæt mon þone cræft buton wyrcan ne mæg. Ðæt bið þonne cyninges andweorc and his tol mid to ricsianne þæt he hæbbe his land fulmannod. He sceal habban gebedmen and fyrdmen and weorcmen. Hwæt þu wast þætte butan þisum tolum nan cyning his cræft ne mæg cyðan. Ðæt is eac his andweorc þæt he habban sceal to þam tolum þam þrim geferscipum biwiste. Ðæt is þonne heora biwist: land to bugianne and gifta and wæpnu and mete and ealo and clapas, and gehwæt þæs ðe þa þre geferscipas behofiað. Ne mæg he butan þisum þas tol gehealdan, ne buton þisum tolum nan þara þinga wyrcan þe him beboden is to wyrceenne. Forþy ic wilnode andweorces þone anweald mid to recceenne, þæt mine cræftas and anweald ne wurde [forgiten] and forholen, forþam ælc cræft and ælc anweald bið sona forealdod and forswugod, gif he bið buton wisdom; forþam ne mæg non mon nænne cræft forðbringan buton wisdom, forþam þe swa hwæt swa þurh dysige gedon biþ ne mæg hit mon næfre to cræfte gerecan. Ðæt is nu hraþost to secganne þæt ic wilnode weorðfullice to libbanne þa hwile þe ic lifede, and æfter minum life þam monnum to læfanne [þe] æfter me wæren [min] gemynd on godum weorccum.

nem exercer ou conduzir nenhum poder, a não ser com ferramentas e materiais. O material de qualquer habilidade é aquele sem o qual ninguém pode exercer tal habilidade. Assim, o material para um rei e suas ferramentas com as quais governa são aquelas com as quais ele mantém sua terra povoada. Ele deve ter homens de oração e homens de armas e homens de trabalho.³⁹ Pois você sabe que sem essas ferramentas nenhum rei pode exercer sua habilidade. Assim também, seu material é aquele que ele deve ter para o sustento das ferramentas destes três grupos. Isto é então o seu sustento: terra para habitar, e presentes e armas e comida⁴⁰ e cerveja e roupas, e tudo aquilo que os três grupos necessitam. Sem isso ele não pode manter as ferramentas, nem sem essas ferramentas realizar qualquer uma das coisas que lhe é designado a realizar. Portanto, eu desejo material para então exercer poder, de forma que minhas habilidades e autoridade não sejam esquecidas e escondidas, pois toda habilidade e todo o poder serão logo sobrepujados pelo tempo e silenciados se forem sem sabedoria; pois ninguém pode realizar nenhuma habilidade sem sabedoria, uma vez que qualquer coisa que é feita através da estupidez não pode nunca ser considerada uma habilidade. Digo agora isso sucintamente: eu desejo viver honradamente o tanto quanto eu viver, e depois de minha vida deixar para aquelas pessoas que vier depois de mim minha memória em boas obras.

Termo adotado pela academia britânica e que se revelou muito útil para o estudo da autoridade régia tanto dentro do contexto da sociedade pré-cristã quanto da religiosidade cristã, assim como na compreensão de como a liturgia funcionava relacionada a fórmulas medicinais, bênçãos e demais práticas de fundo mágico e espiritual tolerados pela Igreja. Para uma melhor abordagem sobre o tema cf. MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 142-173.

³⁹ *He sceal habban gebedmen and fyrdmen and weorcmen*, temos aqui já a idealização das três ordens da sociedade medieval.

⁴⁰ *Mete*: “carne”, em um sentido mais literal.

Vanglória
Livro de Exeter
[MS. Exeter, Cathedral 3501, fol. 83a – 84b]

Original em Inglês Antigo	Tradução
<p>Hwæt, me frod wita on fyrndagum sægde, snottor ar, sundorwundra fela. Wordhord onwreah witgan larum beorn boca gleaw, bodan ærcwide,</p>	<p>Ouçam, nos tempos de outrora um velho conselheiro me disse – sábio mensageiro – sobre diversas maravilhas. Abriu seu tesouro de palavras⁴¹ sobre a sabedoria dos profetas, a prudência dos heróis instruídos, os velhos dizeres dos apóstolos,</p>
<p>5 Pæt ic soðlice sibþan meahthe ongitan bi þam gealdre godes agen [bearn, wilgest on wicum, ond þone wacran [swa some, scyldum bescyredne, on gescead [witan. þæt mæg æghwylc mon eaþe geþencan,</p>	<p>de forma que eu pudesse verdadeiramente reconhecer por estes ensinamentos o verdadeiro Filho de Deus, um convidado bem-vindo; e assim como aquele exilado eu devo reconhecer, banido por seus pecados. Todos os homens podem compreender isto,</p>
<p>10 se þe hine ne læteð on þas lænan tid amyrran his gemyndum modes [gælsan ond on his dægrime druncen to rice, þonne monige beoð mæpelhegendra, wlonce wigsmiþas winburgum in,</p>	<p>aqueles que não permitirem que durante este tempo passageiro sua mente seja nublada por um espírito de soberba e se deixe levar pela bebida por todos os seus dias: quando muitos homens se reúnem em assembleia, os orgulhosos guerreiros em suas fortalezas de vinho,</p>
<p>15 sittap æt symble, soðgied wrecað, wordum wrixlað, witan fundiaþ hwylc æscstede inne in ræcede mid werum wunige, þonne win [hweteð beornes breostsefan. Breahtem [stigeð,</p>	<p>sentados ao banquete, prontamente se pronunciam, trocando palavras, pensando que tipo de campo de batalha encontrarão dentro do salão entre os homens que o habitam, quando o vinho encharca o coração dos guerreiros. Um grito se ergue,</p>

⁴¹ *Wordhord* (“tesouro de palavras”): a boca.

<p>20 cirm on corþre, cwide scralletaþ missenlice. Swa beoþ modsefan dalum gedæled, sindon dryhtguman ungelice. Sum on oferhygdo þrymme þringeð, þrinteð him in [innan</p>	<p>um clamor na multidão, bradam diversas palavras. Assim são as mentes, diversas e divididas, os nobres homens são diferentes (entre si). Alguém em sua arrogância exalta sua força, nele flui</p>
<p>25 ungemedemad mod; sindan to [monige þæt! Bið þæt æfþonca eal gefylled feondes fligepilum, facensearwum; breodað he ond bælcæð, boð his [sylfes swiþor micle þonne se sella mon,</p>	<p>um espírito desagradável; muitos são desta forma! Está assim todo cheio de ódio, por dardos voadores⁴² e artimanhas do demônio; ele grita e urra, vangloria-se de si mesmo muito mais do que um homem melhor (que ele),</p>
<p>30 þenceð þæt his wise welhwam þince eal unforcuþ. Biþ þæs oþer swice, þonne he þæs facnes fintan sceawað.</p>	<p>pensa que seu modo de agir irá parecer a todos como honrado. Isto será outra mentira, quando ele vir o resultado desta farsa.</p>

Referências

Fontes

- ANLEZARK, Daniel. **The Old English Dialogues of Solomon and Saturn**, Cambridge: D. S. Brewer, 2009.
- BRADLEY, S.A.J. (trad. org.) **Anglo-Saxon poetry**, Londres: Everyman, 2003.
- CHARLES, R. H. (trad.) **The Book of Enoch**, Boston: Weiser Books, 2003.
- FULK, R. D. **The Beowulf Manuscript**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.
- GODDEN, Malcom & IRVINE, Susan. **The Old English Boethius: An Edition of the Old English Versions of Boethius's *De Consolatione Philosophiae*, Vol. I - II**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- HOLLANDER, Lee M. **The Poetic Edda**. Austin: University of Texas Press, 2000.

⁴² *Fligepilum* (“dardos voadores”): dentre as crenças populares dos anglo-saxões estava a de que seres como elfos e espíritos da natureza eram capazes de causar malefício às pessoas e animais ao atirar flechas e dardos invisíveis. Com a cristianização essa crença passou também a atribuir a seres demoníacos tal prática, causando males não apenas físicos como também espirituais; cf JOLLY, Karen. **Popular Religion in Late Saxon England**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.

- JÓNSSON, Guðni. **Hávamál**, Copenhagen, 1924. Disponível em: <http://www.heimskringla.no/wiki/H%C3%A1vam%C3%A1l> (Acessado em 18/07/2012).
- KEMBLE, John. **The Dialogue of Salomon and Saturnus**. Londres: Ælfric Society, 1848.
- KRAPP, George Philip (ed.) **The Anglo-Saxon Poetic Records I: The Junius Manuscript**, Nova York: Columbia University Press, 1931.
- KRAPP, George Philip (ed.) & DOBBIE, Elliot van Kirk (ed.) **The Anglo-Saxon Poetic Records III: The Book of Exeter**. Nova York: Columbia University Press, 1936.
- _____. **The Anglo-Saxon Poetic Records IV: Beowulf and Judith**. Nova York: Columbia University Press, 1953.
- MEDEIROS, Elton O. S. “Hávamál: Tradução Comentada do Nórdico Antigo para o Português”. **Mirabilia** 13 (2), 2013, p. 545 – 601. Disponível em: < http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2013_02_23.pdf > Acesso em: 03/05/2016.
- _____. “*ráðna stafi, mjök stóra stafi, mjök stinna stafi*”: Tradução Comentada dos Poemas Rúnicos Anglo-Saxão, Islandês, Norueguês e do *Abecedarium Nordmannicum*”. **Medievalis** 4 (1), 2015, p. 1 – 31. Disponível em: < <http://medievalis.nielim.com/ojs/index.php/medievalis/article/view/69/59> > Acesso em: 03/05/2016.
- _____. “Erudição e Poesia Encantatória na Inglaterra anglo-saxônica: *Salomão e Saturno I* & o *Encantamento das Nove Ervas*”. **Mirabilia** 20 (1), 2015, p. 313 – 363. Disponível em: < http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/20-17_0.pdf > Acesso em: 03/05/2016.
- _____. “A Linhagem Perdida de Scaef: Genealogias Mítico-Históricas na Inglaterra e Escandinávia & a Tradução do Prólogo da *Edda* de Snorri Sturluson”, **Signum** 16 (3), 2015, p. 46 – 77. Disponível em: < <http://www.abrem.org.br/revistasignum/index.php/revistasignum11/article/view/191/168> > Acesso em: 03/05/2016.
- _____. (trad. org.) **Beowulf**, São Paulo: Ed. 34, 2016 (no prelo).
- PROENÇA, Eduardo de (org.) **Apócrifos da Bíblia e pseudo-epígrafos**. São Paulo: Fonte Ed., 2005.
- PRUDENCIO. **Psychomachia**, Bryn Mawr: Bryn Mawr Commentaries, 2004.
- SEDGEFIELD, Walter John (ed.), **King’s Alfred Old English Version of the Consolations of Boethius**. Oxford: Clarendon Press, 1882.
- SEDGEFIELD, Walter John (trad.), **King’s Alfred Old English Version of the Consolations of Boethius**. Oxford: Clarendon Press, 1900.

Bibliografia

- BISCHOFF, Bernhard & LAPIDGE, Michael. **Biblical Commentaries from the Canterbury School of Theodore and Hadrian**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

- FULK, R. D. & CAIN, Christopher M. **A History of Old English Literature**. Oxford: Blackwell, 2005.
- GODDEN, Malcolm & LAPIDGE, Michael. **The Cambridge Companion to Old English Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HANSEN, Elaine Tuttle. **The Solomon Complex**. Toronto: University of Toronto Press, 1988.
- HUPPÉ, Bernard F. **Doctrine and Poetry: Augustine's Influence on Old English Poetry**. Nova York: State University of New York, 1959.
- JOLLY, Karen Louise. **Popular Religion in Late Saxon England: elf charms in context**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- KASKE, R. E. "Beowulf and the Book of Enoch". **Speculum**, 46 (3), 1971, p. 421-431.
- LAPIDGE, Michael. **The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England**. Oxford: Blackwell, 2004.
- LASSEN, Annette. **Odin på kristent pergament: En teksthistorisk studie**. Copenhagen: Museum Tusulanums Forlag, 2011.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MEDEIROS, Elton O. S. "Uma Introdução ao Estudo da Conversão e das Práticas Mágicas na Inglaterra Anglo-Saxônica", **Brathair** 10 (1), 2010, pp. 54 – 66. Disponível em: < <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/437/378> > Acesso em: 03/05/2016
- _____. "Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: A construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica". **Mirabilia** 13, 2011, p. 134 – 172. Disponível em: < http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2011_02_07.pdf > Acesso em: 03/05/2016.
- _____. "Mito e História no Campo de Batalha: Apropriação e Interpretação do Passado pelo Medievo e como História Nacional". **Revista de História Comparada** 8 (2), 2014, p. 29 – 59. Disponível em: < http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/rhc_volume008_Num002_002.pdf > Acesso em: 03/05/2016.
- _____. "A Corajosa Mulher: Representações Femininas de Poder na Inglaterra Anglo-Saxônica". **Revista Poder e Cultura**, 3 (5), 2016, p. 30 – 47.
- PAYNE, F. Anne. **King Alfred & Boethius: An Analysis of the Old English Version of the Consolation of Philosophy**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1968.
- PRATT, David. **The Political Thought of King Alfred the Great**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- PULSIANO, Philip & TREHARNE, Elaine. **A Companion to Anglo-Saxon Literature**. Oxford: Blackwell, 2001.
- STENTON, Sir Frank M. **Anglo-Saxon England**. Oxford: Oxford University Press, 1943.

ÁULICOS E A ELITE INTELECTUAL NA CORTE FLUMINENSE (1823-1831)

Nelson Ferreira Marques Júnior
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.¹

Resumo: Esse artigo foi fruto de discussões preliminares sobre o primeiro capítulo da minha tese, intitulada: “*O despertar do novo império independente*”: *áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831)*. O intuito deste artigo foi evidenciar quem são os *áulicos*, sua elite intelectual e o papel da imprensa *áulica* para sustentação do governo imperial e da monarquia constitucional centralizada, dirigida pela figura do imperador d. Pedro I.

Palavras-chave: *Áulicos*; Ideias; Imprensa.

ÁULICOS AND INTELLECTUAL ELITE IN FLUMINENSE COURT

Abstract: This article was the result of preliminary discussions on the first chapter of my thesis entitled: “The awakening of the new independent empire ” : *áulicos* and the formation of a Brazil project in the state Court (1822-1831) . The purpose of this article was to demonstrate who the *áulicos*, their intellectual elite and the role of *áulica* press to support the imperial government and centralized constitutional monarchy headed by the emperor d. Pedro I.

Keywords: *Áulicos*; Ideas; Press.

Áulicos.

Os *áulicos* no Primeiro Reinado foram responsáveis por apoiar politicamente d. Pedro I, momento em que o soberano usufruía de poderes para intervir diretamente nas decisões políticas gerais, por meio do Poder Moderador. Esses homens ocupavam diferentes espaços: na imprensa, no Legislativo, especialmente no Senado, no Executivo, nos serviços domésticos da Casa Imperial do Brasil, nas ruas, de maneira difusa, através de seus simpatizantes, e foram de suma importância para manutenção do imperador no poder, da imagem viva de uma monarquia integrada, mesmo com os inúmeros conflitos provinciais no período.

Entende-se que os *áulicos* se fizeram presentes no Primeiro Reinado, mesmo sendo, estruturalmente, desfalcados de um núcleo rígido organizado, ou seja, a presença do grupo foi uma representação, na qual sua parte física foi pouco ou quase nada

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na UFRRJ – PPHR; Bolsista CAPES; endereço eletrônico: nelsonfmarquesjr@hotmail.com

percebida.² Não há um amplo partido formalizado, institucionalizado, com reuniões periódicas para encaminhamento de propostas. Mesmo que tivesse, só corroboraria a parte física do grupo. Na verdade, percebeu-se a presença do grupo não por sua materialidade, mas pelo conjunto de ações, valores, ideias, tradições, linguagens que foram propaladas por esses indivíduos na imprensa e no Legislativo,³ ambos considerados *vetores de socialização*⁴ por excelência, mobilizando, portanto, símbolos, discursos e uma identidade coletiva que fornecia inspiração para a identificação de um projeto político de grupo, transformando em uma poderosa arma de defesa da monarquia constitucional perante a opinião pública. A participação política conjunta desses homens, nesse caso, foi decorrente da identificação aos valores defendidos, motivados por um conjunto de escolhas políticas que estavam em constante mudança. Contudo, tinham como princípio básico, a fidelidade que disponibilizaram ao Estado imperial e a d. Pedro I.

Compreendem-se os *áulicos* como grupo, com várias linhas de fuga (imprensa, Legislativo, Servidores da Casa Imperial), que escapavam das organizações partidárias. A força da política *áulica* vinha dos bastidores do funcionalismo imperial, dos discursos nas Assembleias, da imprensa, das ruas, que se constituíam também como centros de poder. Esses núcleos de poder refletiam uma *cobertura* homogênea da Monarquia de d. Pedro I, mas, em seu interior, ocultavam-se diversas hastes, em fluxos diversos, responsáveis pela força e o poder de decisão que manteve aquela imagem. Esses indivíduos se ligaram pelas ideias centrais, mesmo que alguns não tivessem posições fixas ao longo do tempo.⁵

É importante ressaltar que, em geral, o apoio a d. Pedro I se deu de forma instável e oscilante. Além disso, a maioria da população que não estava no círculo dos debates políticos, por vezes, pouco inteiradas dos assuntos, também poderiam se identificar de outras formas com *os áulicos*. Isso acontece na medida em que, para a

² Vale lembrar que a representação de um grupo ou de uma cultura política pode se representar e apresentar de maneira sensorial (direta) ou fazer-se presente, mesmo sendo ausente fisicamente. FALCON, Francisco. História e Representação. In: FLAMARION, Ciro; MALERBA, Jurandir. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000, 46.

³ O artigo terá por base apenas o estudo da imprensa. O trabalho com Legislativo vem sendo desenvolvido na minha tese, com previsão de término no primeiro semestre de 2018. MARQUES JR., Nelson “**O despertar do império independente**”: *áulicos* e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831). Rio de Janeiro: UFRRJ, cap III e IV.

⁴ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Estampa, 1998, p. 356-357.

⁵BENTIVOGLIO, Julio. Rizomas do Império: Estado monárquico e linhas de fuga da política imperial brasileira no século XIX. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Bastos das. **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 329-351.

maioria da população, boa parte da concordância com os governos se dá menos pelas ideias e mais pelos valores, tradições e costumes que são pregados e representados pelo grupo. A defesa dos *áulicos* também se deu via valores tradicionais do conservadorismo político,⁶ mesclado ao constitucionalismo, com reformas pontuais, vagarosas e necessárias. Em um mundo que se transformava de maneira rápida, o conservadorismo liberal atuava como freio que dosava o ritmo da aceleração. A opinião pública, acostumada com suas práticas e costumes mais tradicionais, viu nessa mudança controlada algo seguro. Foi no medo de uma mudança brusca, acompanhado dos distúrbios sociais difíceis de controlar que os *áulicos* ganharam força no cenário fluminense que necessitava de proteção.

A definição de um grupo, por mais que se faça uma construção bastante delimitada e recortada, é um trabalho árduo e que remonta o próprio sentido da palavra *áulico*.⁷ Observa-se que tanto no dicionário de língua portuguesa de d. Rafael Bluteau revisado e acrescido por Antônio Morais e Silva (1755-1824), publicado em 1789,⁸ quanto no dicionário de língua brasileira, redigido por Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), publicado em 1832,⁹ o vocábulo *áulico* possui o mesmo significado gramatical; palaciano, cortesão. Contudo, eventos tais como a permanência d. Pedro como regente e as discussões na Assembleia Constituinte de 1823 foram elementos circunstanciais para que esse adjetivo, no campo político, fosse ressignificado e ganhasse novos tons.

O termo *áulico* apareceu em alguns jornais, mas carregado de referências do Antigo Regime, ou seja, homens ligados às tradições absolutistas, visto como validos,

⁶Entende-se o conservadorismo político como um fenômeno que surgiu no século XVIII, em contraposição ao radicalismo iluminista. Conservadores como, Edmund Burke, vivenciaram as mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas que vinham ocorrendo desde o século XVI, devido à progressiva racionalização da vida (*mundanização*), contudo, não se afastaram do ideal de um universo moral, estável e ligado a um sistema de valores transcendentais. Ver. BONAZZI, Tiziano. “Conservadorismo”. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCI, Nicolau; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). **Dicionário de política**. 8ª ed. v. I. Brasília: Editora UNB, 1995, p. 243-245.

⁷ A evolução dos estudos sobre os *áulicos* deve-se principalmente ao projeto de pesquisa que participei durante a graduação, orientado e coordenado pelo Prof. Dr. Marcello O. Neri de Campos Basile, intitulado: *A Facção áulica no Primeiro Reinado: imprensa, nação e política no Rio de Janeiro (1824-1831)* e a dissertação defendida em 2013, intitulada: MARQUES JR, Nelson. Ferreira. “**Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação**”: *áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826)*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

⁸ **Dicionário da língua portuguesa**, composto pelo padre d. Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789, p.174. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210>.

⁹ **Dicionário da língua brasileira**, composto por Luiz Maria da Silva Pinto, Ouro Preto-MG, Tipografia de Silva, 1832, p.128. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100>.

demagogos, parasitas e males da boa governança.¹⁰ O termo caminha próximo ao significado dado pelos dicionários.

Os *corcundas* foram aqueles que apoiavam o governo de d. João e a monarquia luso-brasileira, pautada em um modelo de Antigo Regime, favoráveis ao absolutismo e avesso às ideias Constitucionais.¹¹ Entretanto, com a entrada da folha impressa como principal meio de difusão de ideias, costumes e práticas políticas, o regresso de d. João VI para Portugal, a coroação de d. Pedro em primeiro de dezembro de 1822 como soberano legítimo do Brasil e sua promessa de elaborar uma Constituição permitiram que outros tipos de monarquia, com preceitos constitucionais, viessem a despontar fortemente no Brasil. O ápice dessas novas ideias constitucionais, no entanto, manifestou-se somente no ano de 1823, quando se iniciou a discussão dos projetos de monarquias constitucionais na Assembleia Constituinte. A chegada dos ares constitucionais pelo atlântico abriu novos caminhos políticos de governo no Brasil.

As ideias que representavam os *corcundas* no período joanino não são as mesmas ideias dos *áulicos* do Primeiro Reinado, apesar de boa parte dos homens egressos de d. João VI terem mudado para a ala constitucional, unindo forças a seu filho d. Pedro. Para esses que migraram, além da atração pelas novas ideias vindas de Portugal, havia o interesse em manter seus privilégios. Todos esses fatores culminaram para que o significado político de *áulico e corcunda* seguissem caminhos opostos.

Os *áulicos* não se autodeterminavam como uma facção política. Eles não usaram o termo *áulico* para se autoidentificar como um grupo. Contudo, mesmo esses indivíduos não se automeando como *áulicos*, tiveram suas ideias e práticas políticas em comum, permitindo reconhecê-los como um grupo.¹² Esses homens gravitavam em torno de d. Pedro I e as suas órbitas ajudaram a direcionar muitos posicionamentos do imperador, isto é, não se tratava apenas de uma relação comensal dos *áulicos*, todos tinham participação na manutenção do Primeiro Reinado. A defesa dos *áulicos* por uma monarquia constitucional centralizada nas de d. Pedro começou a ser discutida na Assembleia Constituinte de 1823, mas somente foi posta em prática após da dissolução da Constituinte de 1823, ordenada por d. Pedro I e a outorga da Constituição de 1824.

¹⁰ *Império do Brasil: diário do governo*, n° 76, v. I, 7 de abril de 1823; n° 142, v. I, 30 de junho de 1823; n° 52, v. II, 1° de setembro de 1823. *Honra do Brasil desafiada de insultos da Astréa expadaxina*, n° 17, 17 de junho de 1828.

¹¹ NEVES, Lucia Bastos. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003. p. 132.

¹² Como foi evidenciado, os grupos de oposição enxergavam os *áulicos* como facção, termo esse considerado pejorativo.

Foi defendido pelos *áulicos* do Primeiro Reinado a divisão de quatro poderes: três poderes fundamentados em Montesquieu (Executivo, Legislativo e Judiciário), por meio de uma monarquia constitucional, e o quarto poder chamado de Poder Moderador, baseado nas ideias de Benjamin Constant de Poder Real ou Neutro, mas, que, no contexto brasileiro, foi ressignificado. Para Constant, o Poder Real servia para controlar os excessos dos outros poderes e mantê-los em equilíbrio.¹³ Pretendia conciliar a monarquia tradicional com o moderno governo representativo, afastando-se de qualquer radicalismo. José Joaquim Carneiro de Campos, o marquês de Caravelas, relator do projeto da Constituição de 1824, representante do Conselho de Estado, *áulico*, também enfatizava que no Brasil a única forma de manter a ordem e evitar o livre curso das paixões humanas era um equilíbrio sistêmico, cuja modalidade fosse a monarquia constitucional e representativa, uma espécie de governo misto em que o Poder Moderador manteria o equilíbrio político, explicava Caravelas.¹⁴ Além dele, outro célebre político *áulico*, senador vitalício a partir de 1826 e redator desde a chegada da imprensa no Brasil, foi José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú. Ele reforçou a defesa de d. Pedro I ao dizer que o Poder Moderador era: "*a mais brilhante joia do diadema imperial*"¹⁵ e que sem essa força o Brasil desviaria da rota da paz e da ordem. O Poder Moderador foi além das ideias do Poder Real e trouxe um tipo de organização política em que os outros três poderes giravam em torno dele, além de incentivar a integração do monarca no processo legislativo. Esse quarto poder concebido no Brasil apoiou o veto imperial e concedeu poderes extraordinários ao imperador.

No Poder Executivo d. Pedro tinha direito que também favoreceram os *áulicos*, como: nomear magistrados, prover mais empregos civis e políticos, nomear os comandantes da força de terra e mar, nomear embaixadores, agentes diplomáticos e comerciais, conceder títulos, honrarias, ordens militares e distinções, nomear bispos e prover benefícios eclesiásticos. Todos esses cargos e benefícios fazem parte de um grande tabuleiro de xadrez imperial, em que o rei possuía peças nobres e peões que serviram de estratégicas linhas defesa da casa imperial contra os ataques dos oponentes.

¹³ CONSTANT, Benjamin. **Princípios de política aplicáveis a todos os governos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. pp. 39-77.

¹⁴ LYNCH, Christian Edward Cyril. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)**. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 90-92.

¹⁵ VIANNA, Helio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p.359.

Diante disso, evidencia-se a relevância em abordar os membros da imprensa *áulica* e os seus periódicos como principal veículo condutor das propostas e ideias *áulicas*.

Uma vez mais, a imprensa *áulica* atuou de forma incisiva como formadora da opinião pública e adotou uma posição política definida. O objetivo comum era circular o maior número de notícias que coadunassem com os preceitos da política imperial, a fim de mostrar que a Monarquia Constitucional, dirigida por Pedro I, era o modelo mais legítimo e eficaz de governo.

Os jornais *áulicos* e a sua elite intelectual.

O Rio de Janeiro constituiu-se, nos anos de 1820, o cenário principal das atividades ligadas à imprensa política. Inúmeros jornais divulgavam suas ideias, sendo responsáveis pela difusão de um tipo de imprensa política-pedagógica. Nesses espaços públicos em construção, a imprensa assumiu a dianteira como principal veículo de comunicação, retirando as discussões políticas do domínio privado e erguendo novos espaços públicos de sociabilidade (cafés, livrarias, clubes, sociedades secretas), transformando as discussões políticas em coisa pública.¹⁶ Diante dessa gradual mudança dos espaços públicos, a opinião pública veio a reboque como uma poderosa ferramenta política, fruto dessas práticas modernas de publicidade.

Ao longo do Primeiro Reinado foram publicados 69 periódicos, fora os outros tipos de impressos.¹⁷ Desse total, 21 jornais foram de tendência política *áulica*, isso equivale, aproximadamente, a 31% de todos os periódicos fluminenses do período. Contudo, se analisarmos somente os jornais políticos, a porcentagem de jornais *áulicos* aumentaria de forma considerável, visto que, dentro desse número total de jornais, existiram diversos periódicos que não eram de cunho político, tratavam apenas de notícias locais e do exterior; literatura; ciências; comércio etc.

O total de jornais *áulicos* foi identificado a partir da investigação das temáticas centrais que circulavam nas folhas do Rio de Janeiro de 1823 a 1831. O posicionamento de natureza política do redator, sendo recorrentemente favorável ao governo de d. Pedro em diversos pontos, tais como: questão da soberania do imperador; apoio a dissolução

¹⁶ NEVES, Lucia Bastos. Opinión Pública: Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernandes. (dir). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850**, vol. I, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 1012.

¹⁷ BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Bastos (orgs.). **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 41.

da Assembleia Constituinte de 1823; defesa da Constituição de 1824, manutenção da Cisplatina no corpo do Império; os ataques aos redatores que defendiam a Confederação do Equador foram os principais critérios para reconhecer a existência de uma imprensa *áulica*. A autoidentificação do redator com algum grupo político, ex: *moderados* ou *exaltados*¹⁸ foi respeitada, sendo levados em consideração e tomando os devidos cuidados com os aspectos retóricos presente nos jornais, principalmente, no que concerne a utilização das figuras de linguagem, como a ironia. Outro ponto observado foi à utilização dos redatores da ideia de *afirmação pela negação*, ou seja, eles apontam a quais grupos não pertencem e rejeitam, todavia não revelem diretamente suas preferências políticas, podendo observar apenas nas entrelinhas.

Os jornais *áulicos* foram pesquisados a partir de meados de 1823 até o sete de abril de 1831. São eles: *Atalaia*; *A Estrela Brasileira*; *Império do Brasil: Diário do Governo e Diário Fluminense*; *o Propugnador*; *O Spectador Brasileiro*; *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro*; *Triumpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas*; *O Constitucional Brasileiro*; *Gazeta do Brasil*; *O Sol*; *O Analista*; *O Conciliador*; *Le Courier du Brésil. Feuille Politique, Commerciale et Littéraire*; *O Censor Brasileiro*; *Honra do Brasil Desafrentada de Insultos da Astrea Expadaxina*; *O Moderador, o novo Correio do Brasil*; *O Brasileiro Imparcial*; *O Verdadeiro Patriota*; *O Novo Brasileiro Imparcial e O Novo Censor: Jornal Analytico*. Vale ressaltar que, apesar da pesquisa ter sido feita, periódico por periódico, a análise foi refinada a partir do conjunto das principais ideias circuladas nos jornais, isto é, foi compreendido o somatório das ideias centrais ventiladas nos jornais *áulicos*.

A intenção do estudo da imprensa *áulica* não foi para enaltecer o Império, mas mostrar que, mesmo passando por momentos difíceis como a censura, as perseguições políticas, as sublevações nas províncias, as crises econômicas e políticas, a Monarquia constitucional centralizada perdurou por nove anos. Isso demonstrou que a censura às liberdades, que oscilou a sua intensidade durante o Primeiro Reinado, teve dupla consequência: uma negativa e outra positiva. De um lado, a censura desgastava politicamente o império, refletindo nas ruas a imagem de um rei autoritário e avesso às liberdades; de outro, essa forte regulação do governo abriu maiores *janelas de oportunidades* para a imprensa *áulica* trabalhar, contando, inclusive, com o financiamento de algumas folhas pelo governo. A forte concorrência ideológica na

¹⁸ Vale lembrar que os *áulicos* não se autoidentificavam como tais.

imprensa não intimidou a impregnação de um projeto político favorável ao império pelas folhas.

Nas folhas *áulicas*, evidenciou-se em todas elas a defesa constante da figura do imperador e de um Estado centralizado. Os pedidos de centralização da Monarquia constitucional feitos ainda pelos deputados *áulicos* na Assembleia em 1823 passaram a ser reportados nos periódicos *áulicos* e percorreu todo o Primeiro Reinado. Outras questões caras veiculadas nos jornais *áulicos* foram: a manutenção da integridade territorial do Império e a liberdade de imprensa.¹⁹

Foram coletadas e analisadas as informações sobre os redatores dos jornais *áulicos* da Corte fluminense. Infelizmente, nem todos foram possíveis de ser identificados. Para aqueles cuja identificação foi viável, tomou-se por base a construção de um painel socioprofissional com as principais características encontradas dos membros do grupo *áulico*,²⁰ escolhendo-se algumas categorias de análise como, jornal, data de nascimento, origem, instituição de formação, grau de escolaridade, curso de formação, ocupação profissional, cargos políticos, emprego público e os títulos e honrarias. Esses integrantes são o que se pode denominar de “a elite intelectual *áulica* do Primeiro Reinado”.

Quadro I - Elite intelectual *áulica*: jornal, data de nascimento, origem, instituição formadora e grau de escolaridade²¹.

Redatores	Jornal	Data de Nascimento	Origem	Instituição formadora	Grau de escolaridade
Jean Baptiste Aimé Desloye	<i>Estrela Brasileira</i>	1798	França	Universidade de Toulouse	Superior
Pierre Plancher	<i>Spectador Brasileiro</i>	1779	França	N.I.	N.I.

¹⁹ A grafia foi atualizada, mas a gramática e as letras maiúsculas contidas nas fontes foram respeitadas.

²⁰ Alguns trabalhos serviram de inspiração para montar os quadros prosopográficos. Ver BASILE, Marcello. **O Império em construção**: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: U.F.R.J./ I.F.C.S., 2004. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005. NEVES, Lucia Bastos. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

²¹ A abreviatura (N.I.): Não indica.

José da Silva Lisboa	<i>Atalaia; Grito da razão na Corte do Rio de Janeiro; Triunpho da legitimidade contra a facção de anarquistas e o Honra do Brasil desafrentada de insultos da astrea expadaxina.</i>	1756	Salvador	Universidade de Coimbra	Superior
José Joaquim de Carvalho	<i>Gazeta do Brasil</i>	1775	Rio de Janeiro	Universidade de Montpellier	Superior
João Maria da Costa	<i>Gazeta do Brasil</i>	N. I.	Portugal	N.I	N. I.
Francisco Vilela Barbosa	<i>Gazeta do Brasil</i> (colaborador)	1769	Rio de Janeiro	Universidade de Coimbra	Superior
Pedro Alexandre Cavroé	<i>O Analista</i>	1776	Portugal	Não fez	Secundário
Joaquim José da Silva Maia	<i>O Brasileiro Imparcial</i>	1776	Portugal	N.I.	Secundário
Francisco Vieira Goulart	<i>Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense</i>	1765	Portugal	Universidade de Coimbra	Superior
Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio	<i>Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense</i>	1778	Rio de Janeiro	Não fez	Secundário
José de Paiva Guedes de Andrade	<i>Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense</i>	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.
Antonio José Falcão	<i>Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense</i>	N.I.	Santa Catarina	N.I.	N.I.
Januario da Cunha Barboza	<i>Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense</i>	1780	Rio de Janeiro	N.I.	Secundário

Dos treze redatores analisados e identificados, todos nasceram na segunda metade do século XVIII. Isso demonstra que esses indivíduos, na sua fase adulta, viveram o momento de transição do absolutismo para a modernidade que se inicia no final do século XVIII até o primeiro quartel do século XIX. Esses homens transitaram em dois mundos: um de Antigo Regime e outro Moderno sob os preceitos constitucionais. Esses pequenos dados podem ajudar a compreender certas escolhas, mas não as determinar. Como indicou Marco Morel: “*não havia uma identidade política*

*rígida baseada apenas no critério do período de nascimento, além do fato, óbvio, de pertencerem ao mesmo contexto”.*²²

A origem desses redatores não foram as mesmas: seis brasileiros, quatro portugueses, dois franceses e um não identificado. A imprensa foi um espaço eclético que, no geral, não cultivou muitos atritos com a questão da nacionalidade dos redatores. Em contrapartida, nos espaços políticos institucionalizados, tratavam a questão da nacionalidade como uma opção política relevante, vide as manifestações *antilusitanistas* que rondou o Primeiro Reinado.²³ A imprensa nesse período demonstrou ser um canal exclusivamente de exposição de ideias, doutrinas políticas, informações, anúncios etc., pouco ou nada associado a questões de nacionalidade como critério básico de inserção à elite intelectual. Contudo, é importante reforçar, assim como salientou Morel em sua análise, a existência de uma quantidade considerável de redatores portugueses, confirmando a permanência de um “*campo português*”, mesmo no período após a independência do Brasil.²⁴

Três estudaram na Universidade de Coimbra, um na Universidade de Toulouse, um na Universidade de Montpellier, dois não fizeram ensino superior e seis não foram identificados. Dos redatores, apenas cinco frequentaram o ensino superior, ou seja, aproximadamente, 38,5% do total. José Murilo de Carvalho atentou que havia uma unificação ideológica da *elite política imperial*, por meio da educação superior.²⁵ Vale lembrar que a sua análise abrange todo o período do Brasil imperial o que pode causar certas distorções quando analisamos somente um recorte, no caso deste trabalho o Primeiro Reinado. Além disso, o foco do autor foi à *elite política*. Marcello Basile, ao analisar as elites do período regencial (*caramuru, moderados e exaltados*), percebeu que nos três grupos, apesar de a maioria terem concluído o ensino superior, nem todos os grupos tiveram a maioria formada em Coimbra.²⁶ Em contrapartida, ao investigar a elite intelectual *áulica* no Primeiro Reinado, essa homogeneidade ideológica não se configura, nem no quesito formação superior, tampouco no que concerne a instituição formadora. Sem dúvida, a educação superior foi um elemento facilitador para a coadunação das ideias dos *áulicos*, influenciados pelo pensamento constitucionalista

²² MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. *Op.cit.* p. 172.

²³ RIBEIRO, Gladys. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.

²⁴ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. *Op.cit.* p. 172.

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...** *Op.cit.* cap. 3 e 4.

²⁶ BASILE, Marcello. **O Império em construção**. *Op.cit.*, cap I e V.

que circulava nos principais centros universitários europeus no final do século XVIII. Entretanto, outras formas de comunicação e sociabilidade fizeram com que essa elite intelectual *áulica* tivesse princípios norteadores homogêneos, e o principal deles era defesa do Estado Imperial e da Monarquia Constitucional encabeçada por d. Pedro.

Uma agremiação é a união de indivíduos com afinidades, ideias e princípios em comum, que pode ou não ter um espaço físico oficial para suas reuniões. Espaços recreativos, culturais (cafés, teatros, tabernas), considerados informais, também são ambientes de organização política. Em um clube – como, por exemplo, o da *Gazeta*²⁷ – são desenvolvidas parcerias que não necessariamente tornam-se amizades. É um tipo de convivência construída por interesses, seja ele no campo das ideias, políticos ou no refúgio da manutenção dos privilégios pessoais. É uma sociedade, ou seja, um grupo de pessoas que possui um ou mais objetivos claros, semelhantes, embora isso não garanta adesão total entre seus membros, por se tratar de indivíduos que possuem suas especificidades, ideias e posturas, que, nem sempre, se encaixam em um quadro mais harmônico. A falta de uma harmonia uníssona no grupo de maneira nenhuma impede a sua identificação, na verdade, só demonstra que esses indivíduos pensam de maneira distinta, mas não indica que a mensagem principal que o grupo deseja difundir será comprometida. Essa definição vale, essencialmente, para *áulicos* e todas as ideias impregnadas por eles na imprensa, como foi visto. Após a abdicação, o sentimento de grupo ficou mais nítido, devido o sabor amargo que os *áulicos* sentiram com a falência do projeto.

Sustentar o Sr. D. Pedro I e a Constituição do Estado; desta arte cumprimos com o dever de bom cidadão, executamos aquilo a que pelos nossos juramentos, estávamos obrigados e nem poderá alguém notar-nos uma ideia se quer em que ofendêssemos, mesmo levemente, a Constituição jurada; o partido porém contra o Governo crescia de dia em dia e nós que ao princípio com a maior brandura e moderação o havíamos combatido, julgamos conveniente redobrar em vigor, então empregamos o choque do epigrama, carregamos as expressões e os resultados foram os mesmos!²⁸

Quadro II – continuação dos dados referente à elite intelectual *áulica*: formação, ocupação profissional, cargo político, emprego público e títulos e honrarias.

²⁷ Durante a pesquisa no doutorado, encontrou-se a presença do Clube da Gazeta, referente ao jornal *Gazeta do Brasil*. Não há referências sobre esse clube. As informações ainda estão sendo desenvolvidas em minha tese, intitulada: “O despertar do império do independente”: *áulicos* e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.

²⁸ *O verdadeiro patriota*, nº 47, 12 de abril de 1831.

Redatores	Formação	Ocupação profissional	Cargo político	Emprego Público	Títulos e honrarias
Jean Baptiste Aimé Desloye	Direito	Comerciante/ Escritor	N. I.	N. I.	N. I.
Pierre Plancher	N.I.	Livreiro/ editor	N.I.	Oficial impressor imperial	N.I.
José da Silva Lisboa	Direito	Magistrado	Senador	Diretor da Imprensa Régia e censor da Mesa do Desembargo do Paço	Visconde e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial
José Joaquim de Carvalho	Medicina	Médico	Senador	Médico honorário da Coroa	Imperial Ordem de Cristo
João Maria da Costa	N. I.	N. I.	N. I.	N. I.	N. I.
Francisco Vilela Barbosa	Matemática	Professor/Militar	Conselheiro de Estado	Lente na Real Academia dos Guardas-marinhas em Lisboa	Marquês de Paranaguá e Grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro
Pedro Alexandre Cavroé	Belas artes	Redator e arquiteto	N.I.	Arquiteto da Câmara municipal e da Casa Imperial	N.I.
Joaquim José da Silva Maia	N.I.	Negociante	Vereador da Câmara Municipal de Salvador	Matriculado na Real Junta de Comércio do Rio de Janeiro	N.I.
Francisco Vieira Goulart	Filosofia	Professor	N.I.	Cônego Magistral da Capela Imperial	Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro
Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio	Teologia	Clérigo	N.I.	Examinador da Mesa de Consciência e Ordem e Censor Episcopal	N.I.
José de Paiva Guedes de Andrade	N.I.	N.I.	N.I.	Oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império	N.I.
Antonio José Falcão	N.I.	Militar	N.I.	Capitão de Mar e Guerra	N.I.
Januario da Cunha Barboza	Seminário	Clérigo	Deputado	Cônego da Capela Imperial	Cavaleiro da Ordem de Cristo

Fontes: BLAKE. Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. 7 vs. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 (ed. fac-similar da original de 1883-1902). JAVARI. barão de. **Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império**. 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1979. PAULA, Sergio Goes de. **Um inventário pioneiro de biografias para os historiadores das ciências, História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, ISSN 0104-5970, vol.5 no.1 Rio de Janeiro, 1998. SENADO FEDERAL. **Períodos legislativos do império (1826-1889)**. Brasília: Portal dos Senadores, 2010. SILVA. Innocencio Francisco da; ARANHA, Brito. **Diccionario bibliographico portuguez**. Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses. CD-ROM. SISSON, Sisson. **Galeria dos brasileiros ilustres**. 2 vs. 3ª ed. Brasília: Senado

Federal, 1999. SUCHAUX, L. *Galerie Biographique du département de la Haute-Saône*. Vesoul: Typographie de A. Suchaux. 1864. VASCONCELLOS, barão de, e VASCONCELLOS, Smith barão de. *Arquivo nobiliarquico brasileiro*. Lausanne: Impremere la Concorde.

Dando continuidade ao estudo prosopográfico desses indivíduos, no quesito formação, verifica-se que não há a predominância de um curso de formação, evidenciando que, no treinamento, a elite intelectual *áulica* também não era homogênea. Afinal, para um publicista o que valia era suas ideias e a sua capacidade de comunicação, pouco importou para um publicista o seu curso de formação, diferente daqueles que alçaram as carreiras políticas. Para escrita de um impresso, a formação superior e a ocupação profissional foram elementos facilitadores, mas não exclusivos. Mesmo aqueles que não possuíam nível superior poderiam adquirir as habilidades necessárias por estar em contato com outros tipos de ocupação, tal como: o comércio, mercado editorial e o mundo dos impressos. Isso fica ainda mais claro quando se analisa os casos de Plancher, Maia e Cavroé. Os dois primeiros redatores estavam ligados ao negócio dos impressos, antes mesmo de despontarem como redatores *áulicos* no Primeiro Reinado; e Cavroé, além de negociante, tinha a arte correndo em suas veias, principalmente no campo da poesia e das belas artes.

A fusão entre homens de letras e homens públicos, mencionados nos dados levantados por Morel,²⁹ foi presente nos *áulicos*. Cinco jornalistas *áulicos* foram também identificados como membros da *elite política imperial*, atuando no Executivo ou no Legislativo, ou seja, os homens de letras não ficaram reservados somente à *elite intelectual*, alguns seguiram a carreira pública. Esses homens circularam em diferentes camadas de discussão, levando suas ideias e propostas das assembleias para os impressos que era o atalho mais próximo para chegar às ruas e formar a opinião pública. A imprensa se tornou um espaço intermediário entre o poder institucionalizado e o cotidiano. A mistura da vida pública e privada fica ainda mais evidente, quando analisamos os itens: emprego público e títulos e honrarias. Foram revelados que 85% dos redatores *áulicos* tinham empregos públicos próximos à Coroa; e, 38,5%, tinham títulos e honrarias reconhecidos diretamente por d. Pedro I. Para elite intelectual *áulica* a imprensa foi um caminho possível para almejar melhores oportunidades de empregos públicos, títulos e, inclusive, cargos políticos, tanto no Executivo como no Legislativo. Para o governo, essas benesses ofertadas serviam como recompensa pelos serviços prestados ou moeda de troca para uma possível adesão política.

²⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. *Op.cit.* p. 184.

Considerações finais

Os apontamentos desses componentes iluminam como era feito o processo de proteção da imagem e do governo imperial. Paralelamente às suas atividades de publicista, esses homens passaram em diversas instâncias de poder (administrativo, político e imprensa), muitas vezes, assumiam, simultaneamente, a batalha nesses diferentes espaços para ampliar seus canais de comunicação e convencimento. A homogeneidade da elite intelectual *áulica* não se dava propriamente pela sua formação, instituição formadora ou carreira, mas sim por princípios e ideias nodais que norteavam um esboço de projeto político *áulico* comum, pautado na manutenção do Estado imperial capitaneado por d. Pedro I.

Fontes

O Verdadeiro Patriota. 23 de setembro de 1830 a 17 de junho de 1831. Localização: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Referenciais Bibliográficos

ANDRADE, Santiago Silva de. ***Domus Regis: a Casa Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)***. Tese (Doutorado em História Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.

BAKER, Keith. M. Introduction. In: K. M. Baker (ed). ***The french revolution and the creation of modern political culture***. v.1. Oxford: Pergamon Press, 1987.

BASILE, Marcello. ***Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial***. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

_____. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. In: José M. de Carvalho e Adriana P. Campos (Org). ***Perspectivas da cidadania no Brasil Império***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Governo, nação e soberania no Primeiro Reinado: a imprensa áulica do Rio de Janeiro. In: José. M de Carvalho; Miriam H. Pereira; Gladys. S. Ribeiro e Maria J. Vaz (orgs.). ***Linguagens e fronteiras do poder***. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 174.

BERSTEIN, S. A Cultura Política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. ***Para uma História Cultural***. Estampa, 1998. p. 350-352.

_____. Os partidos. In: RÉMOND, R (Org.). ***Por uma história política***. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). ***Dicionário de política***. 8ª ed. v. I. Brasília: Editora UNB, 1995.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil: o império e a ordem liberal**. vol. v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- _____. **O Rei cavaleiro: vida de d. Pedro I**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1948.
- CARDOSO, C. F. e MALERBA, J. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.
- CARVALHO, José. Murilo. **A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial** – 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. Cidadania: tipos e percursos. In: **Estudos históricos**, v. 9 - nº 18. 1996.
- _____. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: **Topoi: revista de história**, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.
- _____. Organização e introdução. In: Visconde do Uruguai. **Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai**. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CARVALHO, J.M. de; BASTOS, L (orgs.). **Dimensões e fronteiras do estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.
- CARVALHO, J.M. de; BASTOS, L.; BASILE, M. (orgs.). **Às armas, cidadãos! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: ed. UFMG, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CONSTANT, Benjamin. **Princípios de política aplicáveis a todos os governos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A Fundação de um Império Liberal: discussão de princípios. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de ; CAMPOS, Pedro Moacyr. **História geral da civilização brasileira, t.II- O Brasil monárquico, o processo de emancipação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.
- FONSECA, S. C. P. B; CORRÊA, M. L.(Orgs.). **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. – 3º ed. – São Paulo: EDUSP, 2012.
- HEINZ, F. M. Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo who's who em pesquisa prosopográfica. In: Flávio M. Heinz (Org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A Herança colonial – sua desagregação. In: Sérgio Buarque de Hollanda (dir.), e Pedro Moacyr Campos (assist.), **História geral da civilização brasileira, t. II- O Brasil monárquico**, 1º v.- O Processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: Jurandir Malerba (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LESSA, M. L. & FONSECA, S.C.P. de B. (orgs.). **Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil – e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MARQUES JR, Nelson Ferreira. **Os verdadeiros Constitucionais, amigos do rei e da nação: áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826)** – dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

MONTEIRO, Tobias do Rego. **História do Império: o 1º Reinado**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1982.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte – MG: Fino traço, 2014.

NEVES, Lucia M. Bastos Pereira. **“A guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo, 1999.

_____. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

_____. Opinión Pública: Brasil. In: SEBASTIÁN, J. F. (dir). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850**, vol. I, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

_____. (Org). **Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

NOVAIS, Fernando. A.; MOTA, G. C. **A independência política do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

PEREIRA, Christiane Peres. **A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)**. 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

PEREIRA, Vantuil. **Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro 1822-1831**. São Paulo: Alameda, 2010.

PERROT, Michelle. (org.). **História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PINSKY, Carla B.; et al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____.; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRES, M.P.B. **Impressão, sociabilidades e poder: três faces da tipografia do diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2001.

PUJOL, Xavier. G. La historia política de La Edad Moderna europea, hoy: Progressos y minimalismo. In: BARROS, Carlos (ed). **Historia a debate. Actas Del Congresso Internacional “ a historia a debate”**. Santiago de Compostela: historia a debate, 1995.

RÉMOND, René. (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Gladys. Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.

_____. & PEREIRA, V. O Primeiro Reinado em revisão. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (org). **O Brasil Imperial – vol. 1: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o Geschichtliche Grundbegriffe e a atividade acadêmica futura. In: Marcelo G. Jasmin & João Feres Jr. (org.). **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio/Loyola, 2006.

SEBASTIÁN, J. F & CAPELLÁN, G. M. (eds.). **Language, tiempo y modernidad. Ensayos de historia conceptual**. Chile: Globo Editores, 2011.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Octávio Tarquínio. **A vida de d. Pedro I**. Rio de Janeiro: José Olympio, 3 vs, 1972.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA: FÁBIO LUZ E O *IDEÓLOGO*

Alex Brito Ribeiro

Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo: Este presente texto tem como proposta analisar alguns aspectos da obra do médico baiano e militante anarquista Fábio Luz, principalmente o seu texto intitulado *Ideólogo*. Nosso objetivo, é pensar aspectos literários do autor e relacioná-los ao seu contexto histórico, o Brasil da Primeira República. Nesse sentido, entendemos que a literatura pode contribuir no processo de entendimento histórico, e Fábio Luz seria um dos elos para a nossa análise.

Palavras chaves: Literatura, História, Sociedade

Abstract: This analysis as the objective to analyze some aspects of the work of the physician from Bahia and anarchist, Fabio Luz, principally his work “Ideólogo”. Our objective is to study the literary aspect of the author and link his work with his historical time, the Brazil of the First Republic. In this way, we understand that the literature can contribute in understanding the historical process and Fabio Luz would be one the links for our analysis.

Keywords: Literature, History, Society

Introdução

Fábio Lopes dos Santos Luz era o nome de batismo de Fábio Luz, como ficou conhecido. Iniciou sua vida em 1864, filho da professora Adelaide Josefina Lopes Luz, e de Manoel dos Santos Luz, funcionário público que trabalhava como administrador da *Mesa de Renda*.¹

Luz nasceu e viveu parte de sua juventude no município de Valença, que fica localizada aproximadamente a 270 km da capital do Estado da Bahia. Se formou médico na Escola de Medicina da Bahia e logo depois se mudou para o Rio de Janeiro, onde escreveu diversas novelas e romances como *O Ideólogo*, *Os emancipados*, entre outros.

Além de médico e escritor, Fábio Luz era militante anarquista. Escrevia, principalmente, como uma forma de militância política, entretanto, sua produção literária foi, de alguma maneira, reconhecida em seu tempo, que o levou para ocupar uma cadeira da Academia Carioca de Letras em 1934.

¹ Cargo criado no período regencial, com o objetivo de operar despachos aduaneiros e fiscalização em portos de escasso movimento. LIMA, JOSELY TOSTES DE. **A palavra e a pena: dimensões da militância anarquista de Fábio Luz. (Rio, 1903/1938)**. Dissertação de mestrado, p. 10.

A literatura produzida pelo médico anarquista pode ser considerada como algo que está na fronteira entre a ficção e o real. Embora sejam considerados como textos romanceados, os seus textos escritos possuem uma carga de história, de crítica social, de concepções políticas, de propostas de futuro que não podem ser ignoradas.

Fábio Lopes dos Santos Luz faleceu no dia 09 de maio de 1938, nos deixando ampla produção intelectual não apenas na literatura, nos jornais pelos quais escreveu, nos folhetos, mas principalmente pela sua entrega a uma causa, a sua luta diária pela anarquia, vivendo o anarquismo não apenas nos livros, mas principalmente no seu cotidiano, em sua vida. Como escreveu Edgar Rodrigues: “Viveu e morreu pobre entre os pobres que labutavam honradamente, dia a dia.”²

Conceito de Romance Social

Talvez seja muita pretensão de nossa parte tentar traçar um panorama conceitual do termo “Romance Social”. Entretanto, entendemos ser necessário alguns esclarecimentos por conta da falta de estudos mais específicos em relação ao tema de forma mais específica e, principalmente, para situarmos a obra de Fábio Luz dentro de um contexto literário. Ou seja, não pretendemos buscar uma classificação fria, pura e simples. O nosso objetivo também não é colocá-lo em um pedestal, algo que o próprio autor em toda sua vida não almejou; mas usar o termo para entender o contexto da obra do médico anarquista.

Queremos, na verdade, pensar a literatura como algo que ao mesmo tempo pode entreter e também instruir, não apresentando apenas críticas sobre uma sociedade, mas também propondo soluções para a mesma. Ou seja, tentar demonstrar a relevância do romance “Ideólogo”, publicado em 1903, não apenas para a militância ácrata, mas também para o campo literário e principalmente para campo histórico.

Alfredo Bosi aponta que a transição de estilos no Brasil, entre o *Romantismo* e o *Realismo*, aconteceu por volta da segunda metade do século XIX: “Os anos de 70 trouxeram a viragem antirromântica que se definiu em todos os níveis. Chamou-se realista e depois naturalista na ficção, parnasiana na poesia, positiva e materialista em filosofia.”³

² RODRIGUES, Edgar. **Os Libertários: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz**. Rio de Janeiro: VJR, 1993, p. 146.

³ BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 48ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2012, p. 261-262.

Mas para que a percepção em relação a essa transição de estilos fique bem mais evidente, Alfredo Bosi nos convida a pensar o momento político brasileiro da segunda metade do XIX e o seu impacto na sociedade, que atinge diretamente a literatura: “De qualquer forma, só o estudo atento dos processos sociais desencadeados nesse período fará ver as raízes nacionais da nova literatura, raízes que nem sempre se identificam com a massa de influências europeias então sofridas”.⁴

Podemos tirar pelo menos dois aspectos interessantes da citação acima: um indicativo que, justamente, sugere a análise do cotidiano brasileiro para observar as novas direções da literatura, e outro no qual se adverte sobre esses rumos, que podem surgir sem que o velho continente seja a nossa principal influência. Ou seja, podemos pensar a literatura brasileira de maneira bastante particular, a partir de características próprias, na qual a sociedade irá fornecer os elementos para se pensar a transição de estilos literários que não estarão presos aos padrões europeus, embora eles fossem uma de nossas fontes de inspiração.

O cotidiano político brasileiro fez com que o escritor de literatura se aproximasse, em especial, do cenário político, da realidade em que o país se encontrava, ao mesmo tempo, que acabou se afastando do cenário romântico da literatura. O autor passou a se importar mais com a realidade e, conseqüentemente, passou a ser motivado pelos acontecimentos contemporâneos. As questões do cotidiano passaram a ser fonte de inspiração para seus textos.

Dos escritores que estão na prateleira dos “cânones” da literatura brasileira, Lima Barreto um dos exemplos de autores que se aproximaram de forma mais evidente da questão social em seus romances, nos seus textos em geral. É o que afirma um conjunto de estudiosos do tema, entre os quais: Alfredo Bosi, Nicolau Sevcenko, Antônio Arnoni Prado, Francisco Foot Hardman, Antônio Candido.

Ainda falando de Lima Barreto, Alfredo Bosi destaca:

Tal duplicidade de planos, o narrativo (relato de percalços do brasileiro em sua pátria) e o crítico (enfoque dos limites da ideologia) aviva de forma singular a personalidade literária de Lima Barreto, em que se reconhece a inteligência como força sempre atuante.⁵

Lima Barreto, para o autor, pode ser caracterizado como um escritor realista. Partindo desse pressuposto, o seu olhar crítico em relação à sociedade é transmitido quase em tom de ideologia por intermédio de seus textos ao longo de sua vida.

⁴ Idem, p. 177.

Entretanto, temos que salientar que o *Ideólogo* de Fábio Luz é anterior ao primeiro livro publicado por Lima Barreto, “Recordações do escrivão Isaías Caminha”, em 1909.

Isso poderia ser visto como um fato irrelevante, contudo, entendemos que não, pois em uma análise literária, o livro de Fábio Luz tem muito a contribuir a essas classificações, e não é citado na bibliografia em momento algum.

Voltando ao início do debate, o historiador de literatura destaca que, o autor da segunda metade do XIX, mas principalmente, a partir da década de setenta, como produto de seu tempo observa a realidade de forma empírica, absorvendo e escrevendo a partir de suas experiências cotidianas.

Os escritores realistas voltaram-se para a observação do mundo objetivo. Consideravam possível a sua representação artística. Procuravam fazer arte com os problemas concretos de seu tempo, sem preconceito ou convenção. E renovaram a arte, ao focalizarem o cotidiano, desprezado pelas correntes estéticas anteriores. Pretendiam os realistas estabelecer uma relação real entre suas ideias e o mundo objetivo de sua época.⁶

Benjamin Abdala Junior publicou na década de noventa do século vinte, um livro cujo título dado tem muito a ver com o que estamos discutindo, pois se chama “O Romance Social”. Mesmo se dedicando a trabalhar com os autores da década de 1930, o autor aponta alguns elementos bem interessantes e importantes para que possamos traçar um panorama sobre o *Romance Social*. Entendemos que estes elementos podem ser transportados para o nosso recorte temporal a fim de nos ajudar a compreender um pouco mais sobre o conceito expressão.

O romance, para os autores pesquisados, como para seus predecessores, pode ser visto como forma de intervenção na sociedade, uma possibilidade de criticar ou denunciar os problemas sociais que nos cercam, conscientizar o leitor para os problemas reais do seu tempo. Ou seja, os autores não escrevem apenas pelo prazer artístico ou buscando laureados elogios, mas atrair a atenção do leitor para os problemas reais do seu cotidiano.⁷

A linha que permeia o romance voltado para a análise da sociedade, ou seja, aquele que tem como temática a crítica à sociedade é bastante tênue, pois muitos romances tratam do assunto de forma direta ou indireta. Esse ponto de vista é defendido pelo grande sociólogo Florestan Fernandes, para quem o “romance social pode ser todo

⁵ Idem, p. 339.

⁶ JUNIOR, Benjamin Abdala & CAMPEDELLI, Samira Youssef. **Tempos da Literatura Brasileira**. 2ª Edição. São Paulo: Ática, 1986, p. 133.

romance”. Para o sociólogo paulista, o autor direta ou indiretamente tem o seu cotidiano transferido para sua obra.⁸

Partindo desse pressuposto, o “julgamento do autor se faz a partir de sua capacidade em recriar ambientes e, nestes, criar um clima de vida humana, por meio de personagens vivos, em interação, caracterizados por sua conduta e pelos padrões de comportamento que a explicam”.⁹

Na reflexão proposta por Florestan Fernandes, há algo que pode soar simples, mas que, aplicado ao assunto que estamos tratando, faz bastante diferença na nossa interpretação. Quando ele fala sobre “personagens vivos”, entendemos que, em um romance social, as personagens devem ser idênticas às pessoas, como o leitor e o autor. Isso quer dizer que as personagens podem ser transportadas para a “vida real”, para fora do romance, sem nenhuma alteração. As personagens de uma maneira geral sentem as mesmas dores do cotidiano que os leitores.

Um “Romance Social” não deve apenas tratar da sociedade, mas também levar a sociedade para as páginas do livro, dando vida as personagens no sentido de serem reais em um texto de caráter fictício. Em um livro de ficção, todas as personagens estão vivas em nosso imaginário, entretanto, queremos evidenciar que, no romance social, às personagens, além de vivas, são representações do cotidiano, do dia-a-dia.

Mesmo não oferecendo uma definição concreta sobre o termo “Romance social”, alguns autores do campo libertário, como Milton Lopes¹⁰ e Edgar Rodrigues¹¹ classificam o livro de Fábio Luz, *Ideólogo*, como um dos precursores do gênero no Brasil.

Um dos poucos autores que trataram do tema, mesmo que de passagem, foi José Adriano Fenerick. Seu estudo sobre a literatura anarquista nas duas primeiras décadas do século XX, abordando de forma mais específica Fábio Luz e Manuel Curvelo de Mendonça, mostrou alguns aspectos característicos da literatura libertária.

Porém, podemos adaptar esses itens para nos ajudar a pensar o termo objeto dessas linhas iniciais. O autor afirma que “os romances de cunho anarquista, basicamente, constituem-se de três elementos: a descrição de uma sociedade burguesa, a

⁷ JUNIOR, Benjamin Abdala. **O Romance Social**. São Paulo: Scipione, 1993, p. 11.

⁸ FERNANDES, Florestan. O Romance Social no Brasil. IN: **Folha da Manhã**. São Paulo. Ano XIX, n 6172 de 27 de abril de 1944.

⁹ Idem.

¹⁰ LOPES, Milton. A Universidade Popular: Experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro. In: AARÃO Reis Filho, Daniel e DEMINICIS, Rafael. **História do anarquismo no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: EdUFF/Mauad X, 2006.

¹¹ RODRIGUES, Edgar. Op. Cit.

apresentação e crítica das contradições desta sociedade e a projeção de uma sociedade utópica baseada nos preceitos do ideário anarquista”.¹²

Os romances de cunho social, além de descreverem a sociedade vigente, apontam críticas a essa mesma sociedade, críticas ao sistema político, ao comportamento da sociedade, não se restringindo apenas à elite, mas também do sofrimento do povo. E, de fato, o *Ideólogo* se insere nessas características, além da militância anarquista propriamente dita.

Em meio a estes questionamentos e abordagens do autor, entendemos de uma forma geral que o “Romance Social” se refere a um texto de carácter ficcional que não foge da realidade, mesmo apresentando personagens fictícios ou mesclando personagens reais e fictícios. Como mostra o exemplo de Fábio Luz, o texto busca analisar de forma crítica o espaço social em que este autor está inserido. Nesse sentido, ele não é apenas uma representação do cotidiano, um olhar descritivo, mas também na análise crítica da sociedade em praticamente todos os aspectos, como os sociais, políticos e econômicos.

É claro que não podemos nos esquecer de que se trata de um romance, logo, no curso de o *Ideólogo*, ele tratará de diversos temas, perpassando por tramas envolventes que nos farão não apenas perceber todo o contexto social, mas nos envolver com as personagens.

Fábio Luz entre a escrita e a arte

Segundo Gaetano Manfredonia, a arte e a política, sobretudo, a arte e o socialismo estão longe de ter um bom relacionamento no final do século XIX. O autor afirma que o episódio da Comuna de Paris ocorrido em 1871 foi considerado pelos artistas com algo traumático, nesse sentido, para superar este trauma, a solução encontrada foi refugiar-se no que o autor chamou de arte pela arte,¹³ ou seja, o envolvimento com a política passou a ser evitado.

A arte pela arte servia como uma forma de defesa em relação aos imprevistos do cotidiano, uma defesa ao envolvimento com a política e os danos colaterais que esta união poderia a vir causar. “Uma arte concebida como uma espécie de escudo protetor

¹² FENERICK, José Adriano. A literatura anarquista dos anos 1900/20: um estudo da recepção em dois quadros críticos. In: **Revistas de Humanidades**, v. 5, n. 10, Junho de 2004.

¹³ MANFREDONIA, Gaetano. *Arte e Anarquismo na França da belle époque (1880-1914)*. IN: Vários autores. **Arte e Anarquismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2001, p.36.

em relação ao mundo exterior ameaçador e imprevisível em que as forças ‘bárbaras’ estavam para desencadear-se a qualquer momento”.¹⁴

Os artistas deveriam, segundo os anarquistas, colocar a sua arte a serviço da revolução, a serviço daqueles que mais precisam, deixando claro que a luta deve ser contra quem oprime o povo, onde a influência, penetre nos poros em direção ao coração levando o sentimento revolucionário por todo o corpo, mostrando ao povo que a vida da forma como segue não está correta, inflamando no povo a luta pela emancipação social.¹⁵

Em 1934, Fábio Luz publicou o texto *Dioramas*, e a partir dele, podemos ter diversas perspectivas literárias e sobre a arte em relação ao médico escritor. Citemos a escrita como um dos aspectos que iremos trabalhar no romance *Ideólogo*. Trata-se justamente de uma escrita que entendemos ser de fácil entendimento para o leitor. Essa particularidade da escrita pode ser vista como uma característica própria de Fábio Luz que, no texto *Dioramas*, de 1934, estabelece uma crítica à forma extremamente rebuscada à qual se atém os literatos de seu tempo. “A frase difícil e a raridade do termo fino, de adjetivos, rebuscados nos dicionários e nas ciências e já em desuso, estão complicando nossa incipiente literatura”.¹⁶

Para o médico libertário, essa forma de escrever, na verdade, prejudicava a leitura e a compreensão do texto, principalmente daqueles que não tiveram acesso a uma formação contínua, fazendo o *leitor perder o fio da narrativa*, pois, para que este pudesse ler, deveria ter em mãos pelo menos um dicionário para, de tempos em tempos, parar a leitura para poder consultá-lo.

Trouxemos essa questão, pois acreditamos que ela seja pertinente, mesmo entendendo que o ato de consultar um dicionário seja fundamental para o enriquecimento do vocabulário, do conhecimento em si. Entretanto, o contexto no qual o autor escreve é bem distinto, o que reforça a crítica feita por ele. A população brasileira de então não frequentava escolas por conta da falta de oportunidade e possibilidade de estudar. A mensagem deveria ser transmitida com certa rapidez e de forma muito objetiva e clara, para que esse mesmo leitor pudesse absorver todo o conteúdo, principalmente o de propaganda ideológica e da crítica social contida nos

¹⁴ Idem, p 36.

¹⁵ KROPOTKIN, Piotr. **Palavras de um Revoltado**. São Paulo: Editora Imaginário, 2005. P 66.

¹⁶ LUZ, Fábio. **Dioramas: Aspectos Literários (1908-1932)**. V. I. Editora Ravaro. Rio de Janeiro, 1934. P 17.

textos escritos. Sendo assim, fazia-se necessária uma linguagem mais prática e clara, de fácil acesso para que os objetivos fossem alcançados pelos autores militantes.

A arte produzida pelos militantes anarquistas, de uma maneira geral, é vista principalmente como função social, como afirma o próprio Fábio Luz. Para o autor, a arte também deve cumprir uma função de registrar o cotidiano da sociedade e esse registro deve servir como estímulo para as gerações futuras reivindicarem as mudanças de caráter revolucionário.

O médico libertário se coloca desta maneira também para criticar a forma como a História era produzida e reproduzida em sua época. Em suas próprias palavras: “ensinamentos transmitidos pelos cronistas e escribas reais, cujas bajulações aos poderosos ainda servem de fonte de informações para a História, sempre contada à feição dos governantes ou ao sabor das preferências do historiador”.¹⁷

Fábio Luz acredita que a História produzida no Brasil tinha endereço certo, e sempre era vista por apenas uma ótica, a dos vencedores. Nesse sentido, o médico libertário entende que as informações, as experiências, as relações históricas de um povo devem ser deixadas por este mesmo povo, ou seja, essa análise a partir de uma produção artística variada é fundamental para uma compreensão histórica de um determinado recorte. Esse olhar parte da perspectiva do autor, de uma angústia, mas entendemos que esse ponto de vista não anula de maneira alguma a pesquisa empírica por meio fontes documentais ou da produção historiográfica acerca de um determinado assunto.

O escritor anarquista é muito firme na sua convicção sobre arte, pois, para ele, esta teria uma função social. O contrário é visto pelo autor como uma arte vazia, prejudicial, que não produz sentimento, não comove ou provoca entusiasmos. Os autores dessa estética criticada por Luz são vistos pelo mesmo como pessoas cansadas, incapazes de criar algo novo, permanecendo imóveis em face da evolução da própria literatura. No fim, dedicam-se a produzir uma “arte de japonarias, de exotismos, literatura de dicionário, erudição de catálogo, poesia de grandes cartazes de medicamentos milagrosos, com maiúsculos impressionantes, como preconcícios de estabelecimentos de arte gráfica, exibindo typos diversos em caixa alta...”.¹⁸

Não será também um produto de regras de escolas, no sentido de crítica. Será uma arte vibrante de vida e ideal e, acima de tudo, farta de sentimento. “Toda a alma,

¹⁷ Idem, p 16.

¹⁸ Idem, p 19.

quando o escriptor é sincero e escreve tomado pelo fogo ardente da concepção, sem subordinação nem respeito às cousas humanas, todo voltado e absorvido pelo seu ideal”.¹⁹

Outro ponto bastante importante que podemos destacar na forma de pensar de Fábio Luz tem a ver com o universo que circunda uma obra de arte, um livro, etc., ou seja, o universo do autor. “Depende o estylo do escriptor, como a maneira do pintor, de suas idiosyncrasias, de seu temperamento, de sua educação, da influencia do meio em que vive e viveu, do seu modo de encarar a natureza”.²⁰

Para o autor, “a arte escripta, se é humana, se é sincera e verdadeira, se bem exprime o sentir do auctor que sabe, com ardor e carinho, nella transfundir toda a sua alma e sua sensibilidade, impressionará a todos”.²¹ Isso quer dizer que, uma obra para ser observada com a devida atenção ou um livro seja lido com prazer, deve transmitir sentimentos. O leitor ou expectador deve se convencer, se comover por meio das emoções expostas presentes intrinsecamente em sua obra.

E, no entender de Fábio Luz, o sentimento deve passar invariavelmente pelo estilo de quem escreve. Ou seja, “o bom estylo depende de tanta sensibilidade, de tanto poder artístico, de tanto habito de trabalho, que se não pode modificar à vontade, depois que se consegue um característico”.²² Ou seja, o crítico deveria observar os aspectos de uma obra que estejam ligados à questão do sentimento, não se fixando apenas no olhar sobre a forma. Pois se toda obra tem ligação direta com quem a produz. O universo de experiências do autor está inserido direta ou indiretamente em uma obra, e os críticos deveriam se ater não apenas aos aspectos da forma, mas também do sentimento, do conteúdo.

O Ideólogo e o seu tempo

Percepções iniciais acerca do romance

O romance *Ideólogo*, de Fabio Luz, publicado no ano de 1903, talvez seja o principal texto escrito pelo autor, por conta principalmente do seu conteúdo e por ser um dos primeiros a abordar essa temática. Está claro que o autor não tinha preocupações literárias no sentido de viver da pena ou de se enquadrar dentro de um perfil estético que o elevasse ao patamar dos grandes autores. Entretanto, a obra do médico e escritor pode

¹⁹ Idem, p. 28.

²⁰ Idem, p. 31.

²¹ Idem, p. 34.

²² Idem, p. 31.

facilmente figurar entre os principais romances de sua geração. Entendemos e reconhecemos a importância do livro escrito pelo médico anarquista, mas que ainda hoje se encontra no limbo historiográfico e, por que não dizer, literário. Comprendemos também que o autor carrega em seu texto um universo de perspectivas acerca da sua geração, e isso torna o livro tão especial e importante. Trata-se de um romance, que hoje podemos chamar de histórico, mas também podemos e devemos chamar de social.

O *Ideólogo* apresenta uma narrativa que não oferece sinais de dificuldade para o entendimento, sem arroubos de erudição ou fatos desconexos com a realidade, elementos que podem tornar o texto difícil de ser lido. Pelo contrário, a leitura é bastante fácil e tranquila, permite que nos aproximemos de certas personagens com as quais nos identificamos e personagens que odiamos. Quando falamos em leitura fácil, não estamos dizendo uma leitura simplória, ou seja, por mais fácil seja a leitura do texto escrito pelo médico anarquista, isso não quer dizer que não seja um texto mal elaborado e sem proposta ou propósito, no sentido do olhar literário.

A função do livro de Luz é ser um propagador de ideias e críticas, no qual qualquer pessoa, desde o intelectual até o operário, pudesse perceber claramente a proposta do autor, as questões colocadas por ele em seu texto. Pensamos desta forma, porque entendemos que o texto tem uma finalidade evidente, o de exercer um papel de propaganda, de denúncia, de crítica à sociedade.

A narrativa possui alguns personagens principais e outros que perpassam o texto. De uma maneira geral, são poucos, mas todos necessários para o andamento da trama. Os dois principais, Anselmo e Alcibiades, são amigos e conterrâneos de longa data, que vivem no Rio de Janeiro, mas que se diferem na profissão e na ideologia. O narrador conta de uma maneira bastante agradável os movimentos das personagens, mas não se insere no contexto da trama. Também pode ser visto como alguém que está lendo o texto em voz alta para outras pessoas, prática comum no Brasil da época, onde a maioria da população era analfabeta e os textos eram lidos de fato em voz alta para que todos tivessem o mínimo acesso.

O livro tem um direcionamento claro, objetivando penetrar nos lares das camadas mais baixas da população. Já os representantes das camadas mais ricas e abastadas da sociedade podem entender o texto escrito por Luz como uma afronta ao seu estilo de vida, à sua forma de se relacionar com as outras pessoas, pois são

abordados pelo autor como uma *categoria* na qual as maiorias dos indivíduos não têm alma e nem escrúpulos.

Mas, esse não é o único aspecto que poderia afastar os leitores ricos do texto de Luz, ao retratar de forma fidedigna o cotidiano dos subúrbios ou das prisões, autor se dedica a relatar os problemas vividos pelos menos abastados, às vezes em situação de doença, ou até mesmo preso. Nesse sentido, o leitor abastado acaba se afasta da trama, pois não se identifica com o sofrimento dos mais carentes, não se identificando como um daqueles apresentados no romance, vulgos *sem alma*.

Já o outro lado, os mais pobres, podem se identificar facilmente com alguns personagens da trama de Luz, talvez nem tanto com as personagens principais, mas com algumas das personagens transversais que vivem a mesma realidade, sendo na verdade uma representação da sociedade no texto ficcional. Essas personagens transversais são retratadas de forma bastante elogiosa pelo autor. Elas se relacionam com Anselmo, o *ideólogo*, um advogado rico que tem como um grande objetivo de vida ajudar aqueles que são menos favorecidos. Um personagem bondoso, que, mesmo sendo rico, sofre por amor, pela miséria de seu povo. Seu ímpeto em querer dar tudo o que tem, dividindo com os pobres, tem o objetivo de provocar bons sentimentos no leitor, mas trataremos disso mais adiante.

Como um bom romance, o *Ideólogo* não vive apenas da militância. Existe todo um cenário de tragédia, de relacionamentos que ora permeiam o universo da conveniência e o do desejo de “um bom casamento”, ora perpassam relações nas quais o amor é o principal motivador de sentimentos. Tragédia para Fábio Luz está relacionada ao cotidiano do ser humano e nesse sentido, o autor explora a tragédia social em diversos aspectos, tais como a maneira que a sociedade burguesa lida com o casamento e todas as suas nuances. Nesse aspecto, o casamento de Alcibiades serve como argumentação, já que ele é um médico de relativo prestígio, que vem a se casar com uma mulher de índole duvidosa por conta do seu dote.

O romance dialoga também com a forma como vivem as pessoas mais pobres dos subúrbios, muito bem retratada pelo autor. São provas claras da tragédia social à qual são submetidos os trabalhadores carentes. A morte segue toda a vida das personagens principais do romance. Alcibiades vive à sombra do suicídio da mãe de Elsa, uma criança gerada do romance entre ele, um jovem rico, e uma mulher mestiça e pobre. Assim como acompanha Anselmo, que por pensar mais nos pobres, se descuida

do horário, fazendo com que sua mulher, Martha, viesse a sofrer um grave acidente ao ir procurá-lo, acidente este que acaba tirando-lhe a vida.

Não só de tragédias trata o livro de Fábio Luz. Há também alegrias, como novos relacionamentos surgidos por meio do amor, perspectivas de novos rumos para as pessoas que antes eram mal vistas pela sociedade, possibilidades de ruptura de formas de pensar. O livro também revela um grande sentimento de otimismo por parte do autor. Na verdade, o livro está cercado por dualidades que de alguma maneira se complementam. Polos antagônicos entre si, em uma relação onde um não existe sem o outro. A vida e a morte, a crítica à sociedade e a proposta de transformação social, são as tônicas do livro, abarcando a vida do ser humano, perpassando desde o nascimento até a morte do indivíduo.

O romance escrito por Fábio Luz nos deixa um legado bastante extenso acerca da sociedade do seu tempo. A partir do texto, temos diversas impressões da Cidade do Rio de Janeiro do início do século XX, diversos aspectos do cotidiano burguês, como escândalos, formas de enriquecer, etc. Constitui uma crítica à República, assim como expõe o universo das prisões, as realidades dos subúrbios, a exploração do trabalho e a religiosidade popular. Denuncia aceleração do ritmo de vida, a política sanitária promovida por Oswaldo Cruz, além de destacar a proposta econômica do encilhamento e de abordar o conflito ocorrido no Arraial de Canudos.

Sociedade em *Ideólogo*

Cabem aqui algumas palavras introdutórias antes de iniciarmos nossa exposição sobre o tema. Entendemos ser mais interessante dividir as percepções sobre o livro *Ideólogo* em três partes: Sociedade; Crítica Social; Anarquismo. Por se tratar de um romance de cunho social, acreditamos que os três aspectos dão conta de uma leitura mais criteriosa e analítica sobre a obra inserida em um contexto específico. Dentro das três partes, abordaremos alguns aspectos sobre a História e como o autor a percebe.

O livro começa com um diálogo entre dois amigos de infância, muito próximos desde a época do colégio, mas que se separaram na faculdade. Alcibiades viria se formar médico e Anselmo, advogado. Separados pela formação acadêmica, os dois amigos originários da região Norte do país irão se estabelecer profissionalmente e fixar residência na cidade do Rio de Janeiro. Oriundos da classe média, ambos tiveram a possibilidade de estudar, concluir o curso superior e se casar com mulheres do mesmo grupo social.

Entretanto, mesmo tendo praticamente a mesma formação enquanto cidadãos, os caminhos dos dois amigos tomaram sentidos completamente opostos no que diz respeito à formação ideológica, à forma de enxergar a sociedade e às perspectivas para o futuro. O diálogo entre os dois acontece no consultório do médico Alcibiades, sendo que quem começa a falar é Anselmo. O tema da conversa inicialmente é o casamento entre o advogado nascido na região Norte e a mineira Martha. Embora Anselmo ame a sua esposa, o relacionamento dos dois não anda muito bem das “pernas”. As brigas, ciúmes, descontentamentos são os pontos fortes dos desentendimentos entre o casal.

Mesmo parecendo algo sem importância, totalmente corriqueiro, sem relevância suficiente para tal destaque, o autor evidencia este ponto no diálogo. Nesse sentido, cabe aqui uma observação. Quando Anselmo fala: “Não maldigo a hora em que a vi porque ainda a amo muito. Vivo por ella e para ella, e é a injustiça que me magôa, é estar ella sempre a me criminar de falta de atenção, de pouco caso e pouco amor, quando eu a adoro.”²³ O médico e escritor quer destacar, ou talvez seja a leitura que estamos fazendo sobre o diálogo, que há um ponto de divergência bastante evidente entre as personagens principais do livro. Anselmo vem a se casar por amor, diferentemente de Alcibiades, que se casa por interesse financeiro.

O próprio Alcibiades reconhece que a sua postura em relação ao casamento é bem diferente da do amigo, que não casou por amor, não tem a mínima preocupação com os sentimentos. Seu desejo é simples e bem característico da sociedade em questão, descrever e ao mesmo tempo criticar: “Quero glória, renome, e considero a esposa um acessório indispensável ao medico”.²⁴

Logo nas primeiras linhas do romance, Fábio Luz tece seu primeiro ponto de vista crítico em relação à sociedade, pensando a forma costumeira como alguns dos membros integrantes das camadas mais abastadas agiam frente ao matrimônio. Quase que de forma instantânea podemos eleger a personagem favorita de acordo com a índole de quem está lendo o texto.

Dentro dessa ideia de dualidades, fica claro que a personagem do advogado Anselmo representa o bem, no sentido de ser um personagem de bom caráter, de boas ações e sentimentos, simulando o melhor do indivíduo. Completamente o oposto do médico Alcibiades. Embora os dois sejam amigos, este pode ser visto como um

²³ LUZ, Fábio. **Ideólogo**. Rio de Janeiro: Altina, 1903, p. 4.

²⁴ Idem, p 12.

integrante da sociedade que está em decadência, submergida em um mar de luxúrias, em ambições desmedidas, na deturpação dos valores morais do indivíduo.

Se não bastasse a passagem acima transcrita para deixar o leitor decidido de qual personagem escolher como preferido, para estimular ainda mais a sua repulsa, vendo como Fábio Luz fala sobre a Igreja e sua relação com a sociedade. Para a maioria das famílias burguesas, a Igreja não estimula a fé, o desejo de salvação, mas “o desejo mundano de appacerer com maiores donativos”.²⁵ Na verdade, a boa ação não nutre o anseio de se fazer bem ao próximo, por querer de fato ajudar aquele que tem menos.

A relação entre a fé e o indivíduo se baseia no egoísmo, segundo o autor, pois o ato de ajudar o semelhante não era feito de forma sincera. A ação em si não é uma atividade fim, mas uma atividade intermediária entre esse indivíduo, que alcançaria como recompensa o prestígio obtido por meio de sua ação e um lugar cativo no paraíso.

Para que a narrativa de Fábio Luz ganhe tons emocionais, deparamo-nos com uma história bem comum na época, quando rapazes de família de posses acabavam se engraçando por filhas de mestiças pobres. Estas mulheres, com esperanças de um bom matrimônio, para que de alguma maneira pudessem sair da situação de pobreza na qual se encontravam, acabavam se envolvendo demais com esses rapazes ao ponto de ficarem grávidas. Por se tratar de um romance que vai a fundo nas contradições da sociedade burguesa, buscando expô-las, o autor não hesitaria em dar um sentido dramático a um drama social.

Nesse sentido, Alcibiades se envolve com uma mestiça e a engravida. Com receio de um escândalo em sua região que viesse a colocar o nome de sua família em risco, seus pais pegam a criança para cuidar. Entretanto, a mãe da criança não sabendo disso entra em tal desespero por conta do sumiço que tira a sua própria vida. Mesmo que seja um drama costumeiro na sociedade brasileira, Fábio Luz dará tons ainda mais dramáticos a esse acontecimento no desenrolar de sua trama. Daremos mais atenção a este caso nas próximas linhas.

O Rio de Janeiro nas palavras do narrador se apresenta como uma cidade linda, de belas paisagens, uma natureza exuberante e encantadora, mas, ao mesmo tempo, é uma cidade empobrecida, doente, cheia de vícios e de opressão. A então Capital Federal pode ser pensada como por meio de uma divisão entre dois polos opostos, mas que convergem. Essa convergência ocorre na medida em que há um Rio de grandes riquezas e luxos faustuosos e, do outro lado, ambientes onde a pobreza é o fator predominante,

²⁵ Idem, p. 14.

onde vivem e trabalham uma imensidão de trabalhadores, uma sociedade onde muitos existem para servir e outros poucos para serem servidos. Não estamos entrando no mérito do encanto da cidade do Rio de Janeiro. Pois além da beleza natural, o luxo da burguesia e tudo que a cerca, como os carros, a urbanização a custos sociais altíssimos, atribuiu ao Rio, outros patamares para além dos seus atributos naturais.

Outro ponto de vista interessante do autor é sobre as mulheres. Na verdade, Anselmo em seus pensamentos, analisa a formação de sua esposa Martha, depois de uma crise em seu relacionamento. A partir das reflexões da personagem, temos uma noção do processo de formação das moças de classe média. Partindo desse pressuposto, elas teriam uma educação voltada exclusivamente para viver em função de um marido que deveria pertencer ao mesmo grupo social. Tinha uma rígida educação, aprendia diversas línguas, música, bordado e todos os ritos ligados à Igreja Católica.

Nas palavras da personagem: “Metteram-na num internato de irmãs de caridade, ensinando-lhe piano, canto, francez, italiano, inglez, metteram-na nos mysticismos das communhões”.²⁶ Sobre a citação acima, gostaríamos de fazer algumas ponderações. O risco é evidente e perigoso, principalmente para o historiador, no sentido da possibilidade de estabelecer relações entre passado e presente e acabar caindo na armadilha do anacronismo. Pensando na citação do texto de Fábio Luz, acreditamos que a ordem disposta sobre o processo de aprendizagem da personagem Martha não foi casual ou aleatória.

O ponto que gostaríamos de destacar está relacionado com a música, pois, quando o autor relata que a personagem Martha aprendeu piano e canto, essa afirmação pode ser pensada como reflexo da sociedade dentro da obra de Fábio Luz. Talvez não de forma intencional ou com tons de crítica, mas de forma involuntária por conta dos costumes da época. Percebia-se o instrumento mencionado acima pertencia à elite, enquanto o violão, por exemplo, era visto como o instrumento ligado à malandragem, as camadas mais pobres da sociedade, um instrumento popular.

Mesmo que no final do século XIX se inicie um processo de *democratização do piano*, como afirma um dos mais importantes pesquisadores da história da música brasileira, José Ramos Tinhorão, o piano ainda simbolizava um status que diferenciava os cidadãos ricos dos pobres.

Na verdade, até bem entrado na segunda metade do século XIX, possuir um piano, no Brasil constituía privilégio de algumas poucas

²⁶ Idem, p. 75.

famílias de Pernambuco, da Bahia, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o que conferia ao instrumento uma sonora conotação de nobreza, poder, cultura e bom nascimento.²⁷

Voltando ao texto de Fábio Luz, a descrição do narrador sobre um típico representante da burguesia é bastante interessante. “Tinha o typo de adido de legação, oco e vasio, dentro de um bem talhada sobre-casaca, com a grande importância de um monóculo que o obrigava a uma contracção muscular contínua deformando-lhe o rosto, esgazeando-lhe o globo ocular. Era completo!”²⁸

O que nos chamou a atenção foi o uso da palavra *deformar*, pois não foi apenas nesse momento que o autor se utilizou desta palavra para fazer alusão à estética burguesa. Ao descrever a esposa, Anselmo também utiliza a palavra para expor a forma como sua esposa utilizava as roupas com o espartilho, que acabava por deformá-la. Isso dá a dimensão da crítica de Fábio Luz sobre o ser humano, ao submeter-se a uma estética a qualquer custo para se encaixar nos moldes pré-estabelecidos pela sociedade. Podemos ir mais fundo. Na verdade, isso representa para o autor algo que ele não entende, pois para ele o ser humano não deveria se submeter desta maneira. A felicidade que Fábio Luz tanto reivindica estaria em si mesmo, na forma de ver a vida principalmente por meio da ótica da liberdade.

Anselmo deixa claro que, sua esposa não seria a pessoa ideal para que ele compartilhasse uma vida. Para ele, “se fosse educada na liberdade fecunda dos campos, habituada ao trabalho e a fadiga, seria uma esposa exemplar”.²⁹ Isso levanta outro aspecto: o narrador descrever a esposa de Anselmo e Elsa de formas bem diferentes, deixando clara a sua preferência. Elsa, filha de Alcibiades com uma mulata, que ele não assumiu (a tarefa ficou a cargo de seus pais que a adotaram e a criaram como se fosse sua filha), não sabe de toda essa trama que envolve a sua vida. Ela se vê como irmã de Alcibiades.

Elsa ganhará papel de destaque na trama elaborada por Fábio Luz. Mas, nesse primeiro momento, vamos nos ater a sua descrição, que de alguma maneira nos dá pistas para o que ainda irá acontecer. Elsa teve sua formação assistida de perto pelos seus pais adotivos, mas desde o início mostrou ser uma menina diferente das outras do seu mesmo círculo social. Possui uma personalidade de certa maneira autônoma, não se

²⁷ TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. 2ª Edição. São Paulo: Ed 34, 2010, p. 136.

²⁸ LUZ, Fábio. Op. Cit., p. 84.

²⁹ LUZ, Fábio. Op. Cit., p. 75.

submetendo aos caprichos, deformações ou regras estabelecidas pela moda burguesa. Estudou História, Botânica, ou seja, era uma menina que não sabia tinha sido adotada, mas era bem rica, e mesmo assim, deixou de lado os arroubos faustuosos de que poderia se valer para estudar disciplinas mais reflexivas, que buscam estimular o debate, o pensamento.

Na verdade, ela optou por se dedicar a áreas mais humanas, indo na contramão da formação do grupo social a qual fazia parte, não se dedicando a preencher o vazio da vida de aparências levada a cabo pela sociedade burguesa. O narrador revela certa admiração de Anselmo pela formação de Elsa, expondo um gosto por mulheres que possuem autonomia ao invés das que se submetem aos prazeres e tentações burguesas.

Um romance que é ambientado na cidade do Rio de Janeiro acaba sempre nos revelando um pouco mais do cotidiano da cidade. Além das belas paisagens descritas pelo autor, o Centro da cidade também tem seu destaque. Nele circulam belas e ricas senhoras, em um desfile de elegância e ostentação, automóveis. Na Rua do Ouvidor, por exemplo, circulam muitas pessoas elegantes, cobertas de sedas e joias.³⁰

Mesmo sendo um texto de crítica e propaganda, o *Ideólogo* também é um romance. Nesse sentido, algumas tramas são desenhadas em segundo plano, mas elas também podem ser vistas como uma crítica a partir do momento que Fábio Luz descreve, na maioria dos momentos, uma sociedade hipócrita e em decadência.

O médico escritor toca em um ponto bastante complicado para a sua sociedade, que é dominada culturalmente e religiosamente, desde a chegada dos portugueses em nossas terras, pela Igreja Católica. Nesse sentido, o adultério feminino é visto como um tabu, por dois pontos em nosso entendimento. Pela ideia de pecado em si e pela imagem negativa que acaba manchando o nome do marido e de sua família. Entretanto, não se demonstra em nenhum momento algum tipo de preocupação com a mulher, sintetizando a ideia de uma sociedade extremamente machista e sexista.

Na trama escrita por Fábio Luz, e justamente a esposa de Alcibiades, que de se casarem, já tinha o hábito de se envolver com outros homens, mesmo que estes fossem casados. Antes do casamento, ainda em Petrópolis, onde vivia com os pais, Eulina se envolveu com um homem casado. Sem se importar com o escândalo que poderia, dentro dos padrões da época, manchar de alguma maneira a sua reputação, Alcibiades veio a se casar com ela. Mas ele tinha um objetivo bem específico para ser conquistado: adquirir o dote de sua futura esposa.

³⁰ LUZ, Fábio. *Op. cit.*, p. 89-90.

O casal formado por Alcibiades e Eulina, no romance, representa a percepção do autor em relação ao casamento burguês. De maneira geral, eles levam uma vida confortável e sem grandes preocupações, e Eulina continua praticando o adultério depois de se ter casado. Embora tenham uma vida mais tranquila do que os trabalhadores mais pobres no sentido financeiro, a falta de caráter no trato, a forma como conduzem suas vidas por conveniências, acaba indicando uma sociedade em franca decadência.

Fábio Luz não se restringe a apenas descrever a sociedade burguesa e as suas contradições. Ele também destaca algumas páginas de seu romance para apresentar o universo da pobreza, descrevendo como vivem esses trabalhadores explorados pelos grandes burgueses e pelo Estado. O autor destaca a forma como vivem, no sentido de mostrar, para quem lê o seu livro, que a vida nas camadas mais pobres da sociedade é bem difícil e tem como culpado o próprio burguês que por ventura lerá o seu livro. A fome que assola os moradores do subúrbio, as péssimas condições de moradia, os baixíssimos salários que recebem de seus patrões, a falta de vestimentas adequadas para suportar uma temporada de frio, até mesmo para o dia a dia.

Na verdade, o autor nos leva a refletir sobre a forma como eram tratados pelo Estado, assim como o Estado tratava a região onde se encontra a maioria das moradias dos trabalhadores, sem saneamento básico, questão que também pode ser pensada como bastante atual. A labuta sol a sol sem leis que regulamentavam o seu trabalho, e quando interrompesse o trabalho, por mínimo que viesse ser o problema levantado por ele, o trabalhador poderia vir a perder seu emprego, por motivos banais e sem nenhuma justificativa.

E os patrões não se preocupavam, pois a oferta de trabalho era bem menor do que a oferta de pessoas dispostas a trabalhar. De certa maneira, Fábio Luz descreve a sociedade criticando-a, expondo suas fraquezas, mas também algumas virtudes, pessoas que podem mudar a partir da tomada de consciência do seu papel nesta sociedade.

A Crítica Social em *Ideólogo*

Logo nas primeiras páginas do livro, em nossa interpretação, Fábio Luz já traça uma crítica bastante contundente, que se relaciona diretamente à vida pessoal do autor, não se limitando apenas ao campo ficcional da personagem. No diálogo inicial entre Alcibiades e Anselmo, este último relata alguns dos devaneios cometidos por sua esposa, Martha, que possui sentimentos de fidalguia, mesmo não passando perto de tal

posição. Por conta de tal sentimento de nobreza e imbuída de sentimentos excludentes, Martha não via com bons olhos nada que não fosse oriundo das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para ela, as coisas e os serviços prestados por pessoas não originários destas duas cidades eram de qualidade duvidosa, para não dizer ruins.

Em busca de controlar um dos ataques da sua esposa, Anselmo consegue levá-la para poder se consultar com um amigo médico que sempre o tratara (não fica claro no texto se esse médico é Alcibiades). A reação foi completamente diferente da esperada. Martha ficou ainda mais transtornada ao saber de que se tratava de um médico formado pela Academia de Medicina da Bahia, fora do eixo Rio, São Paulo. No texto, a personagem se coloca; “dizendo que os médicos formados por aquela Academia eram todos burros”.³¹ Isso quer dizer que para a personagem, o médico poderia ter origem nortista, mas independentemente de qualquer coisa, deveria ter se formado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro.

Esse fragmento nos faz entender a maneira de como a elite da capital federal percebe os demais estados e conseqüentemente seus moradores. Excetuando-se os estados de São Paulo e Minas Gerais, os demais, principalmente os do norte e nordeste do país, eram vistos como atrasados, habitados por pessoas sem educação, não desenvolvidos, estados que ainda vivem submersos em um passado colonial.

Martha se dizia descendente da fidalguia portuguesa, mesmo tendo apenas um pequeno sítio em Minas gerais e seu tio que mesmo em declínio financeiro, conservava se título de Barão. Com uma situação econômica não condizente com o seu discurso, Martha sempre fazia questão de dizer, inclusive em relação ao seu marido, como expõe a personagem de Anselmo, que ela tinha “nojo da gente do norte. Chama-nos descendentes de negros apegados aos hábitos e costumes coloniaes”.³²

Essas passagens não estão no texto para encorpá-lo ou por um mero recurso literário. Na verdade, se trata do próprio universo do autor inserido na narrativa ficcional. Pois o autor, além de ser baiano, cursou e se diplomou como médico pela Academia de Medicina da Bahia. Ou seja, na verdade, toda essa exposição do autor representa uma crítica de Fábio Luz à sociedade de sua época, no sentido de que o preconceito entre as diversas regiões do país era mais evidente, principalmente em relação à região norte, não muito diferente dos tempos atuais.

³¹ LUZ, Fábio. *Op. cit.*, p. 6.

³² LUZ, Fábio. *Op. cit.*, p. 6.

Em um diálogo bastante interessante, Anselmo, o *Ideólogo*, começa a expor suas observações sobre a sociedade obtidas por meio de suas experiências cotidianas como advogado criminal.

Mesmo tendo a mesma origem burguesa que Alcibiades, que exerce sua profissão com o único intuito de enriquecer e obter status sociais, Anselmo faz do seu ofício de advogado não apenas uma fonte para o seu sustento, mas também e principalmente uma possibilidade de ajudar aqueles que não têm condições financeiras para poder levar uma vida ao menos digna. Aqueles que não podem se defender das artimanhas do Estado e da burguesia em um Tribunal de Justiça.

Ao defender os *gatunos*³³, Anselmo acredita que está de alguma maneira fazendo uma reparação por todos os danos causados pela burguesia e pelo Estado desde muito tempo à população pobre de uma maneira geral. Pois os defende para “compensal-os das injustiças sociaes.”³⁴

Não é apenas responsabilidade da burguesia pela situação em que se encontram essas pessoas, mas também do Estado, que ao em vez de promover ações que possam recuperar esses indivíduos que cometeram algum tipo de crime, na verdade criam as condições que os estimulam ainda mais para a permanência na vida criminosa, na visão de Anselmo. Para o autor, a Casa de Detenção se trata de um lugar onde se forma pessoas viciadas. Lá se diplomam no ofício do crime, obtendo formação continuada no uso de *instrumentos* e *objetos* que o aprimorarão no crime. Ou seja, ao invés do sujeito se corrigir, ele sairá ainda pior, o que dá um caráter de inutilidade ao local.

Problemas bastante atuais, que Fábio Luz já evidenciava no início do século XX, e que nos fazem pensar que ele tinha razão ao criticar o Estado pela forma como procede com os detentos das Casas de Detenção. A começar pelo tempo dos processos para serem julgados, que determinam o tempo de estadia de um prisioneiro na Casa e que podem variar com a posição social deste detento. Mesmo que o crime cometido pelos mais pobres possa ter sido mais brando, ele esperará bem mais para ser julgado, na lógica do autor.

A Casa de Detenção não era um lar provisório apenas de pequenos ladrões. Lá também habitavam aqueles que eram considerados inimigos da República. Na verdade, toda a ação desses *revoltados* legitimava o rigor das perseguições e das punições

³³ Pessoas que estavam presas e que Anselmo defendia na Casa de Detenção.

³⁴ LUZ, Fábio. *Op. cit.*, p. 17.

daqueles, que entendiam que a República era um fim em si mesmo, governando para os seus pares e não para aqueles que o elegeram.³⁵

O problema vai mais além. A questão não era o local em si, mas o que vem antes dela. Ou seja, se a distribuição de riqueza acontecesse de forma igualitária, não existiria uma sociedade dividida em classes. Na verdade, seria uma sociedade onde todos pudessem ter acesso à educação, e as Casas de Detenções não seriam problemas. O indivíduo não precisaria cometer crimes para conseguir comida, pois isso não aconteceria em uma sociedade igualitária, na perspectiva do autor.

O que está em jogo na verdade, é o debate moral sobre a sociedade entre os dois amigos burgueses. Anselmo se recente pela situação atual das pessoas, representando os intelectuais que se identificavam com as teorias socialistas ou anarquistas e que pensam a sociedade criticamente, buscando perceber a origem da situação atual da sociedade, entendendo que o sofrimento do outro é o seu sofrimento também. Já o outro lado, o da burguesia que só pensa em acumular, ignora, age de forma completamente alheia à situação social do país, entende que divisão social em classes é fundamental para separar os ricos dos pobres. Esse grupo de pessoas é representando por Alcibiades.

“Pode haver bem estar onde há sofrimento?”. Pergunta Anselmo. Na verdade, é o próprio autor se perguntando e estimulando o leitor a se questionar sobre a sociedade em que vive. Como destacamos anteriormente, a época em que Luz escreve é bastante tumultuada. Havia dez anos, aproximadamente, que o Brasil deixou para trás uma monarquia de quarenta e nove anos sob o governo de Dom Pedro II. O país acabara de deixar de ser um lugar da escravidão. Enfim, essas e outras questões estavam nas rodas de debates da época.

Fábio Luz estava convidando o leitor a pensar a sua sociedade de forma mais crítica, demonstrando por meio de um diálogo, com argumentos de ambos os lados, mas evidenciando o lado que ele entende ser o correto, e chamando a atenção do leitor para os problemas sociais, para que este não tivesse satisfeito com a situação, que este pelo menos se questionasse sobre o seu papel dentro dessa sociedade. Ele não apenas convida, mas também demonstra a situação do trabalhador no Brasil, destaca o desemprego, a miséria dos subúrbios e dos bairros pobres, os processos financeiros.

E o Estado sempre a matar o operário, despedindo turmas e turmas dos arsenaes, para entregar mediante sommas fabulosas as construcções a industriaes estrangeiros, concedendo a titulo de

³⁵ LUZ, Fábio. *Op. cit.*, p. 111-112.

educação fóros de casa de correcção infantil a uma exploração capitalista da infância transviada.³⁶

Na verdade, trata-se de uma crítica contundente da personagem de Anselmo, que pode ser pensada como a própria exposição da forma de pensar do autor, que sem nenhum constrangimento, critica o Estado e a burguesia por toda a exploração do trabalho, por toda a situação de pobreza que essas pessoas se encontram. Essa é, a forma de pensar do próprio Fábio Luz, demonstrada não apenas na narrativa ficcional publicada no ano de 1903, mas em todos os seus escritos publicados ao longo dos seus longos anos de militância anarquista, nas diversas frentes, principalmente, em jornais ácratas.

Em um diálogo entre a personagem de Anselmo e Jorge³⁷, um terceiro personagem surge de forma repentina na cena. Martha, a esposa de Anselmo, que ouve a proposta dele, de criar uma *colônia de iguaes*, na qual ela também seria um membro. Portanto, iria dividir o mesmo espaço com pessoas pobres, como Jorge, e iria ter que trabalhar assim como os demais. Ela entra em desespero e critica ferozmente o marido. Essa crítica expõe o pensamento de um grupo econômico que detém a riqueza em relação ao grupo econômico que detém apenas o direito de ser explorado.

Fica bastante evidente e fácil de identificar a crítica social que o autor pretende realizar a partir da fala da personagem Martha. Expõe de maneira objetiva a maneira como os ricos de então enxergavam os pobres, além de confrontar a opinião desse grupo que possuía o poder econômico sobre a possibilidade da perda desse domínio para viver em uma sociedade onde todos fossem iguais. A menor possibilidade de nivelamento da sociedade era vista como uma ofensa para a burguesia de uma maneira geral. Igualar-se a uma pessoa mais pobre era uma opção que não passava pela cabeça desses indivíduos.

Da mesma maneira que podemos identificar certo sentimento de otimismo, no sentido de que Anselmo, ou o próprio autor, mesmo tendo origem burguesa, se dispunha a ajudar aqueles que não possuem recursos financeiros e conseqüentemente, educacionais. Ou seja, o local de nascimento não implica que todos os membros desse grupo pensem a sociedade da mesma forma, havendo a possibilidade de mais pessoas com recursos se identificarem com a proposta do autor e, de alguma maneira, contribuíssem para com os demais. Fábio Luz, na verdade, está chamando a

³⁶ LUZ, Fábio. *Op. cit.*, p. 24-25.

³⁷ Esse diálogo faz referência à proposta de Anselmo em criar uma colônia de iguais e o convite a Jorge. Esse diálogo será discutido no sub-item Anarquismo.

responsabilidade essas pessoas, para que elas comecem a refletir sobre esses aspectos, a partir da leitura do seu romance cheio de tons militantes.

Sobre a crítica levantada pelo médico anarquista, boa parte das pessoas que fazem parte do mesmo grupo social da personagem Martha, entende que o pobre é sinônimo de imundice, ignorância, enfim, eles são vistos como *porcos*.³⁸ Não percebem que aqueles que possuem condição social inferior não vivem na ignorância e na inércia por opção, justamente ao contrário, vivem assim pela falta de oportunidade para poder evoluir.

Fábio Luz não fica apenas no universo imaginário do pobre, visto que, vai a fundo na realidade como destacaremos na citação a seguir:

Anselmo parou junto ao córrego infecto, em parte coberto por um bambual. Em frente a uma serie de casinhas, antigas senzalas talvez, ficava um pequeno pateo batido e varrido, indo terminar no córrego; do lado da rua, entre o matto rasteiro e o capim, corria uma sargeta, onde lama cheia de detritos se escoava lentamente, exhalando um cheiro detestável de matérias orgânicas em decomposição. Do outro lado, dando para a outra rua, mulheres lavavam, e cantavam em um terreno baldio, onde as hervas cresciam livremente.³⁹

Passagem bastante interessante por revelar alguns aspectos importantes da cidade do Rio de Janeiro. Nela, o autor descreve um pouco da triste realidade vivida pelos moradores dos subúrbios cariocas, como o próprio Fábio Luz, que como já destacamos, morou no bairro do Méier. Por isso, o autor demonstra conhecer bem essa realidade. Como destacamos no capítulo anterior, Fábio Luz, como médico, atendia pacientes pobres do seu bairro e de bairros vizinhos de forma gratuita, a fim de colaborar com pessoas que dificilmente teriam acesso a um acompanhamento médico de qualidade.

Cometeríamos um erro grave se abordássemos a Revolta da Vacina que ocorreu no ano de 1904, ou seja, um ano depois a publicação do livro aqui estudado. Entretanto, percebemos a partir do romance escrito pelo médico anarquista que as bases que motivaram o movimento contra a vacinação obrigatória estavam sendo alicerçados há alguns anos antes da eclosão da revolta. Fábio Luz retrata em certo momento do romance o universo, como destacamos acima, do pobre que vive no subúrbio. Na trama, o advogado de tendências libertárias foi visitar Jorge, que, doente e cercado de vizinhos, se perguntam quando o *Commissario de Hygiene* iria averiguar a sua possível doença.

³⁸ LUZ, Fábio. *Op. Cit.*, p. 71-72.

³⁹ LUZ, Fábio. *Op. Cit.*, p. 115.

Fica evidente que a população pobre já temia Oswaldo Cruz e seus métodos de tratamento de doenças. “Dizem que só os pobres é que vão e que na gente se faz experiência do remédio que vem de Manguinhos (...). Diz que lá se aproveita a gente para fazer estudo e que depois de morto se vae para os estudantes.”⁴⁰ Esse imaginário popular, de dúvida, da desconfiança em relação ao futuro desconhecido em Manguinhos, aos métodos aplicados pelo famoso sanitarista, demonstram porque a aprovação da Lei Federal nº 1261, de 31 de outubro de 1904, que no seu primeiro artigo diz: “A vacinação e revaccinação contra a variola são obrigatorias em toda a Republica”⁴¹ foi o estopim de um movimento, que já tinha suas bases elencadas nos anos anteriores. Mais uma vez a realidade se confunde com a ficção, pois ao abordar a questão das doenças que atingiam principalmente a população pobre da cidade e a forma como os pobres vivem.

No folheto, *A luta contra a tuberculose do ponto de vista social* publicado em 1913, Fábio Luz disserta sobre a moléstia como uma doença social, embora o autor não especifique a enfermidade de Jorge no romance. Na verdade, a forma como a sociedade pobre dos subúrbios cariocas vive são os indicadores de que a achaque, não a sua origem, mas causas são por conta da situação de vida dos mais pobres. Explica o médico romancista que à falta de luz, a não circulação de ar pelos ambientes, somados à fome, o frio, dos cômodos apertados onde vivem um número grande de famílias, a falta de recursos para tratamento, só contribuía para a proliferação dessas epidemias de doenças como a tuberculose.

Fábio Luz expõe a ineficiência dessa República que, apoiada nas instituições que cercam, como a Assembleia, está em situação de decadência. Onde o Executivo e o Judiciário se somam ao Legislativo decadente. O Estado e as instituições que a cercam, para o autor estavam falidas.

Embora o romance escrito por Fábio Luz não esteja listado no rol dos grandes clássicos de nossa literatura, nem o próprio autor tenha o devido reconhecimento, por toda a sua história de militância, ele deve ser lido com bastante atenção, e assim podemos compreender diversos aspectos históricos sobre o Brasil dos anos de 1900. Por conta de sua característica realista, o romance sofreu severas críticas na época em que foi lançado, pois o texto trata de diversas nuances desta jovem República chamada

⁴⁰ LUZ, Fábio. *Op. cit.*, p. 117-118.

⁴¹ Lei Federal de nº 1261 de 31 de outubro de 1904. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1261-31-outubro-1904-584180-publicacaooriginal-106938-pl.html>>. Acessado em 20 de setembro de 2015.

Brasil. Aborda também, as contradições de uma sociedade em vias de modernização política e econômica.

Por ser tratar de um livro produzido com uma proposta de ser bastante realista, que busca evidenciar e criticar as contradições presentes na sociedade de então de uma forma bem didática, para que todos pudessem compreender o que estava escrito e que hoje o livro de Fábio Luz pode ser lido como um recurso para melhor compreender o momento histórico em questão. Nesse sentido, o autor aborda em seu romance diferentes temáticas sobre o seu cotidiano e que hoje se destacam como tópicos muito recorrentes e importantes em nossos livros didáticos. Em diversos momentos, Fábio Luz evidencia as algumas questões que permeiam o universo do trabalhador pobre, no qual às vezes lhe falta o básico para a sobrevivência humana, como a comida, tanto quanto o universo da alta burguesia da capital federal, no qual as pessoas se preocupam com o luxo, com os escândalos matrimoniais baseados não nas relações amorosas, mas nas relações econômicas.

O autor não se limita em destacar apenas as contradições e dualidades presentes na sociedade. Ele também escreve sobre situações reais, como por exemplo, o fez ao denunciar as diversas artimanhas utilizadas pelos políticos para permanecerem no poder. “Sob a denominação de Política de Governadores se fundará uma oligarquia de mandarins, e as Assembleias unânimes no apoio incondicional encampavam todas as negociatas”.⁴²

Na verdade, a citação acima, assim como todo o livro do médico escritor, serve como resposta a uma das perguntas, do nosso projeto, no que diz respeito à literatura como uma fonte de conhecimento histórico, mais especificamente, o romance. O texto favorece a nossa resposta pela própria proposta do autor em escrever um romance de caráter realista, mas não preso a padrões estéticos de estilos literários, imbuído de novas paixões literárias que proporcionavam ao autor um novo posicionamento sobre a política. Nesse sentido, encantado com o universo libertário, Fábio Luz desejou expressar na forma de literatura, outra paixão, todas aquelas ideias novas dentro de um contexto específico, a realidade da sociedade em que vive.

O autor destaca o Encilhamento e o Funding-Loan, políticas econômicas promovidas pelo Governo Federal, de uma forma negativa. Pois na verdade, elas só estimulam o sentimento de enriquecimento a qualquer preço, a esperança de investimentos e lucros que seriam obtidos de forma duvidosa. “Os operários estão sem

⁴² LUZ, Fábio. *Op. cit.*, p. 113.

trabalho; os processos financeiros do funding-loan empobreceram a indústria, mataram quase a lavoura.”⁴³

Considerações finais

A partir das fontes aqui analisadas, e tendo como base uma bibliografia bastante relevante, podemos chegar a algumas conclusões preliminares. Pois entendemos que o nosso trabalho não é um texto final, no sentido de termos todas as respostas, mas antes inicia um debate bastante importante sobre alguém que merece o devido reconhecimento por parte da historiografia brasileira. Esperamos que este texto seja um estímulo a outros estudos que buscam dar voz àqueles que merecem ser ouvidos e que no momento ainda estão sendo silenciados.

Fábio Luz, além de um importante militante nas fronteiras libertárias, também deve ser tratado como uma figura de destaque no campo literário, mesmo que escrevesse objetivando reconhecimento por um grande público. E sobre esse aspecto literário, temos três pontos fundamentais de análise: o primeiro ponto tem a ver com o sucesso obtido pelo escritor baiano em levar o anarquismo para além das fileiras militantes, entendemos por meio das fontes que este não era o objetivo no ato da escrita, mas uma consequência pela qualidade de seus textos. Embora Luz tenha sido atacado ferozmente pelos críticos literários burgueses, seus textos e livros eram lidos pelos privilegiados da sociedade brasileira.

Fábio Luz teve seu esforço literário reconhecido pelo grande público ao ponto de ter sido indicado ainda vivo e ter feito parte da Academia Carioca de Letras. Esse feito, no nosso entendimento, é bastante significativo, demonstrando que, a literatura militante poderia ultrapassar as barreiras do movimento operário possibilitando uma nova perspectiva. É claro que não podemos generalizar, pressupondo que todos os escritores libertários tiveram o mesmo sucesso. Contudo, Fábio Luz merece o devido reconhecimento por conseguir algo impensado talvez para a época.

O segundo ponto observa a literária em si. Encontramos muita dificuldade, por conta da falta de estudos, de identificar um conceito de romance social que pudesse nos ajudar em nossa análise. Entretanto, chegamos a alguns elementos que contribuíram bastante para o nosso trabalho.

O *Ideólogo* de Fábio Luz publicado em 1903, de fato se enquadra perfeitamente na categoria de romance social. Pois, ao analisar friamente e de forma bastante

⁴³ LUZ, Fábio. *Op. cit.*, p. 24.

detalhada diversos aspectos relacionados à sociedade de sua época, não apenas criticando-a, mas também apontando elementos para uma sociedade futura, o autor demonstra escrever sobre as questões sociais. Mas, acima de tudo, propõe formas de romper com o paradigma de sua época que estão muito presentes em suas linhas, configurando então o *Ideólogo* como um romance de caráter social.

O terceiro ponto também se relaciona com a literatura, no sentido de que por meio do romance o *Ideólogo*, temos um excelente exemplo de como a literatura pode contribuir para a compreensão histórica, fornecendo mais elementos sobre o tempo histórico no qual vive o autor. Ou seja, embora se trate de uma obra ficcional, o romance escrito em 1903 apresenta um conteúdo bastante importante para a compreensão do período em questão. É óbvio que o romance não substitui o estudo mais sistemático do historiador e da historiografia, mas o romance serve como um instrumento paralelo e que deve ter uma digna importância na re-construção do processo histórico.

Referências:

Documentos:

LUZ, Fábio. **Ideólogo**. Rio de Janeiro: Altina, 1903

LUZ, Fábio. **A luta contra a tuberculose do ponto de vista social**. Rio de Janeiro, 1913.

LUZ, Fábio. **Dioramas: Aspectos Literários (1908-1932)**. Volume I. Editora Ravaro. Rio de Janeiro, 1934

Bibliografia:

ADDOR, Carlos Augusto. **Um homem vale um homem: Memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

BRITO, Broca. **A vida literária no Brasil: 1900**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 48ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2012.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade: Estudos de teoria e história literária**. 6ª Ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1980.

CANDIDO, Antônio & ROSENFELD, Anatol & PRADO, Décio de Almeida & GOMES, Paulo Emílio Salles. **A personagem de ficção**. 12ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHARTIER, Roger. Debate: Literatura e História. IN: **Topoi**. Rio de Janeiro, n° 01, vol 01, 2000. Disponível em: < http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_debate01.pdf > Acessado em 10 de junho de 2013.

CORRÊA, Felipe. *Ideologia e Estratégia: Anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca, 2011.

FENERICK, José Adriano. A literatura anarquista dos anos 1900/20: um estudo da recepção em dois quadros críticos. IN: **Revistas de Humanidades**. V05, N10, Junho de 2004.

FERNANDES, Florestan. O Romance Social no Brasil. IN: **Folha da Manhã**. São Paulo. Ano XIX, n 6172 de 27 de abril de 1944.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultural anarquista no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JUNIOR, Benjamin Abdala & CAMPEDELLI, Samira Youssef. **Tempos da Literatura Brasileira**. 2ª Edição. São Paulo: Ática, 1986.

JUNIOR, Benjamin Abdala. **O Romance Social**. São Paulo: Scipione, 1993.

KROPOTKIN, Piotr. **Palavras de um Revoltado**. São Paulo: Editora Imaginário, 2005.

LIMA, JOSELY TOSTES DE. **A palavra e a pena: dimensões da militância anarquista de Fábio Luz. (Rio, 1903/1938)**. Dissertação de mestrado.

LOPES, Milton. *A Universidade Popular: Experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro*. IN: AARÃO Reis Filho, Daniel e DEMINICIS, Rafael. **História do anarquismo no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: EdUFF/Mauad X, 2006.

MANFREDONIA, Gaetano. *Arte e Anarquismo na França da belle époque (1880-1914)*. IN: Vários autores. **Arte e Anarquismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

PROUDHON, P. J. **Do princípio da arte e de sua destinação social**. Campinas: Editora Armazém do Ipê, 2009.

RESZLER, André. **A estética anarquista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

RODRIGUES, Edgar. **Os Libertários: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz**. Rio de Janeiro: VJR, 1993.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

SAMIS, Alexandre. **Negras Tormentas: O Federalismo e internacionalismo na Comuna de Paris**. São Paulo: Hedra, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. 2ª Edição. São Paulo: Ed 34, 2010.

TOLSTOI, Leon. **O que é arte?** São Paulo: Ediouro, 2002.

O CERCEAMENTO ÀS PRÁXIS ESPÍRITAS EM 1890: A CONSTRUÇÃO DE UM BEM-JURÍDICO EM SALVAGUARDA À SAÚDE PÚBLICA

Adriana Gomes¹

Doutoranda em História Política e Cultural (UERJ), Professora SEEDUC/RJ,
Pesquisadora PNAP- Fundação Biblioteca Nacional - FBN

Resumo: A proposta do artigo é discutir como as práticas do espiritismo começaram a ser evidenciadas como um malefício à sociedade a partir da década de 1870, por meio de uma série de publicações no periódico carioca *Gazeta de Notícias*, que corroboraram para que se interpretassem os espíritas como promovedores da desordem e da intranquilidade pública por atuarem na arte de curar sem a habilitação acadêmica. Dessa forma, eles passaram a ser considerados violadores do bem jurídico que estaria em processo de tutela pelo Estado a fim de garantir a preservação da saúde pública, que foi assegurado mediante criação de um capítulo específico na norma penal republicana, que em seu artigo 157 criminalizou o espiritismo.

Palavras-chave: *Gazeta de Notícias*; Espiritismo; Bem Jurídico

THE CURTAILMENT TO PRACTICES SPIRITISTS IN 1890: THE CONSTRUCTION OF A WELL IN LEGAL SAFEGUARD TO PUBLIC HEALTH

Abstract: The purpose of the article is to discuss how spiritism practices began to be highlighted as a harm to society from the 1870s through a series of publications in the Rio de Janeiro newspaper *Gazeta de Notícias*, which confirmed that it interpret the spirit as promoters of disorder and public unrest for work in the art of healing without academic qualification. Thus, they are now considered legal and the violators would be in state under the trusteeship process to ensure the preservation of public health, which was achieved by creating a specific chapter in the republican criminal law, which in its article 157 criminalizes spiritism.

Keywords: *Gazeta de Notícias*; Spiritism; Legal Well

No prelúdio do regime republicano, por meio do decreto 847 de 11 de outubro de 1890, foi promulgado o Código Penal Brasileiro pelo chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, Manoel Deodoro da Fonseca (1827-1892) para a substituição ao Código Criminal de 1830. A mudança na norma penal brasileira já era motivo de discussão há algum tempo no país, conquanto com o fim da escravidão o

¹ E-mail: adrianagomes.rj@hotmail.com

debate em torno de uma revisão na legislação penal se intensificou, no entanto, a consolidação da mudança no código penal veio com o advento do novo regime.

A norma penal republicana foi instituída antes da constituição que foi promulgada em 1891. Essa situação promoveu uma série de antinomias nas normas jurídicas do país. Entre elas, em relação à prática do espiritismo, visto que de acordo com a Carta Magna era permitida a liberdade religiosa, porém pelo Código Penal de 1890 a prática do espiritismo² foi proibida mediante seu artigo 157.³ O sobredito dispositivo penal foi inserido no livro referente à tranquilidade pública, no capítulo sobre os crimes contra a tranquilidade pública.

Não obstante, apesar de o espiritismo ter sido criminalizado no advento da República, podemos identificar que anos que antecederam a implementação do novo regime as práxis do espiritismo começaram a ser interpretadas por alguns como promovedoras de uma série de malefícios à sociedade e as reverberações desses supostos perigos foram evidenciadas em jornais que circulavam no período e também entre os profissionais da medicina, cujas asseverações adversativas em relação ao espiritismo eram recorrentes.

Em 1862, já podemos identificar discursos que demonstravam descontentamento com a atuação de espíritas na arte de curar. Entre alguns desses discursos, o articulado pelo médico Nicolao Joaquim Moreira nos asseverou relevância por ter sido proferido diante de D. Pedro II em uma sessão solene ocorrida na Academia Imperial de Medicina. No discurso, Nicolau Joaquim Moreira locucionou diversas acusações em argumentações *ad personam* fundamentado em suas percepções contraproducentes sobre o espiritismo. O médico depreendeu que a “doutrina do espiritismo” seria um instrumento de aniquilamento da racionalidade das pessoas, uma vez que só objetivaria

² O espiritismo que discutiremos historiograficamente no presente artigo refere-se ao codificado por Allan Kardec (1804-1869), que tem como obras básicas que fundamentam a Doutrina Espírita, a saber: *Livro dos Espíritos* (1857), *Livro dos Médiuns* (1861), *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (1864), *O Céu e o Inferno* (1865) e *A Gênese: os Milagres e as Predições segundo o espiritismo* (1868).

³ O artigo 157 estabelecia que era proibido “Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública:

Penas – de prisão celular de um a seis meses, e multa de 100\$000 a 500\$000.

Parágrafo 1º Se, por influência, ou por consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação ou alteração, temporária ou permanente, das faculdades psíquicas.

Penas – de prisão celular por um ano a seis anos, e multa de 200\$000 a 500\$000.

Parágrafo 2º Em igual pena, e mais na privação de exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o médico que diretamente praticar qualquer dos atos acima referidos, ou assumir a responsabilidades deles” (*Coleção de Leis do Brasil*).

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238

o lucro, sobretudo na atuação da arte de curar. Visto que, por intermédio de recursos religiosos os espíritas procurariam “ponto de apoio [...] de uma ordem sobrenatural ou na imaginação exaltada [...] tendo sempre [a intenção] de abusar da credulidade pública [...] por interesse pecuniário” (MOREIRA, 1862, p. 7-16).

Entretanto, a maior propalação de concepções deletérias às práxis espíritas foram realizadas por meio de periódicos que circulavam no oitocentos. A importância de se contemplar a imprensa para compreender a elaboração do espiritismo como crime dar-se-ia pela linguagem e, sobretudo, pelos discursos que pode nos caracterizar os valores e as interpretações de uma sociedade em sua época, seja por meio de sua historicidade como, também, de suas especificidades culturais.

Para tanto, destacaremos para análise o jornal *Gazeta de Notícias*, por ser um periódico de prestigiosa relevância na capital do país por sua significativa tiragem e valor acessível no mercado,⁴ que o tornava bastante popular, uma vez que o jornal tinha como proposta a divulgação de informações nas áreas das artes, da literatura e da dramaturgia e, ainda, contava com as imprescindíveis pautas que evidenciavam temas da atualidade com ênfase para os acontecimentos do cotidiano da sociedade (ASPERTI, 2006, p. 47).

Assim posto, publicações relacionadas ao espiritismo eram recorrentes no periódico pela curiosidade que o tema suscitava nos leitores. Inicialmente, as publicações sobre as práxis espíritas eram com o propósito de divulgação da novidade, sobretudo dos fenômenos decorrentes das experimentações do espiritismo. Porém, na década de oitenta do oitocentos as notícias que começaram a ser publicadas com mais periodicidade foram de malefícios que a Doutrina Espírita poderia trazer para a vida das pessoas. Nesse sentido, as requisições e apelos para que houvesse intervenções governamentais no cerceamento das práxis espíritas tornaram-se frequentes no periódico carioca.

O espiritismo e as suas práxis começaram a ser discutidos no jornal como uma perniciosidade que deveria ser eliminada da sociedade e, como todo mal, ele deveria ser

⁴ O valor da *Gazeta de Notícias* era bastante acessível no mercado, pois a orientação dos editores era oportunizar a população carioca à aquisição exequível. O valor do exemplar da *Gazeta de Notícias* era de 40 réis nos anos de 1880 e a tiragem diária no período era de 24 mil exemplares. No decorrer dos anos de 1880 a tiragem passou a ser de 35 mil exemplares por dia e na década de 90 do oitocentos a tiragem chegou aos 40 mil exemplares (SODRÉ, 1999, p. 204).

combatido pelas autoridades competentes com a atuação da polícia e a criação de leis penais para que não existisse qualquer possibilidade de contestações.

As publicações contraproducentes eram divulgadas em formato de editoriais da *Gazeta de Notícias* ou em declarações dos leitores, que conseguiram promover uma série de argumentações adversativas ao espiritismo que, sobremaneira, corroboraram para que as suas práxis fossem criminalizadas, visto que as sucessivas publicações possibilitaram uma leitura clara de que a prática do espiritismo era um mal para a sociedade, mesmo que em meio às apreciações estivesse intrínseca uma sucessão de argumentos controversos, preconceituosos, insipientes e de má fé.

Entre as principais seções da *Gazeta de Notícias* que propalava depreciações ao espiritismo, destacamos a *Publicações a Pedido*. A coluna era um espaço destinado aos leitores que, de maneira comumente, veiculavam diversas formas de insultos, de críticas a qualquer pessoa ou situação e até mesmo impeliam um desafio a qualquer desafeto particular. Era uma das seções mais populares do jornal carioca.

Nas diversas propalações da população carioca, o espiritismo era impetuosamente combatido. As publicações tinham a tendência de serem únicas, sem apresentação de desdobramentos em outras edições, com raríssimas exceções. A maior parte das denúncias era geralmente proferida por alguém que supostamente teria testemunhado uma ação improbada atribuída às práxis do espiritismo, cujo depoimento era publicado em forma de delação. As responsabilidades conferidas às mazelas imputadas ao espiritismo não tinham qualquer compromisso de existência de investigação e muito menos comprovação da veracidade dos acontecimentos. Era a denúncia pela denúncia.

Uma diversidade de infortúnios pessoais e sociais era atribuída à influência do espiritismo ou à participação dos protagonistas das histórias relatadas em sessões de centros espíritas. Dessa maneira, uma série de casos de loucura e comprometimentos mentais, suicídios, assassinatos, abandonos de lar, desaparecimentos, curas ilícitas, entre outras adversidades, teriam sido promovidas pelas práxis espíritas em alguma circunstância.

Entre os diversos casos analisados, destacaremos alguns deles, a partir de agora, com o propósito de revelarmos o processo de construção de um crime com a elaboração de uma série de argumentos que contribuíram na articulação de pressuposições que

fundamentaram sobre a necessidade de existência de proteção legal do Estado para as práxis espíritas.

Em 1881, o periódico publicou sob o título *Atenção*, uma denúncia realizada por um amigo do pai de uma suposta vítima do espiritismo. Segundo o depoimento, após um jovem cadete assistir a uma sessão de espiritismo a convite de um tio passou a sofrer “perturbações” mentais e para conter os “excessos” os familiares acabaram por feri-lo. Por essa circunstância, o rapaz estaria internado em um hospital militar em tratamento para a loucura, com o conhecimento do chefe de polícia que estaria realizando os trâmites cabíveis para punir os responsáveis pelo desafortunado. Os procedimentos policiais não foram mencionados no depoimento e, tampouco, foi revelado qualquer parecer médico. A apreensão do acontecimento foi a associação evidente entre a loucura e o espiritismo (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 10/06/1881, p. 2).

Em 1882 um caso de suicídio foi publicado no jornal e, como tantos outros, ele também foi relacionado ao espiritismo. Em depoimento anônimo, foi relatado que um homem teria retirado a sua própria vida no dia de seu casamento. Segundo a exposição, o rapaz estaria em meio aos convidados de seu enlace matrimonial que ocorreria em sua própria casa, quando se dirigiu para alguns deles e manifestou que havia chegado a hora. Depois da suposta colocação, o noivo retirou-se do ambiente e encaminhou-se para o quintal da casa onde retirou a sua própria vida com um tiro. A única hipótese propalada na notícia para a motivação do suicídio foi de que o “infeliz se achava intimamente ligado à seita do espiritismo”. Assim, mais uma vez podemos identificar que o espiritismo teria sido o impulsionador de um suicídio (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 11/08/1882, p. 1).

Outra evidência da *Gazeta de Notícias* que podemos destacar pela ausência de anonimato dos envolvidos foi o caso da filha de um capitão denominado Joaquim Antônio da Silva. Segundo a matéria, a moça frequentava assiduamente sessões de espiritismo e por conta dessa prática teria comprometido as suas “faculdades intelectuais”. Em momento algum nos fora revelado quais seriam as supostas limitações intelectuais que a jovem estaria sofrendo, mas de qualquer maneira todos os seus comedimentos mentais foram atribuídos às suas presenças em sessões de espiritismo (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 01/02/1884, p. 1).

Alguns casos de assassinatos relatados no periódico carioca também foram diretamente relacionados ao espiritismo. Entre um desses casos, consideramos relevante

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238

mencionar o episódio que envolveu um vigário, cujo assassinato havia sido cometido por um amigo bastante próximo que por influências do espiritismo teria perpetrado o infortúnio. Ao se referir ao assassino, a *Gazeta de Notícias* o chamava de “infeliz maníaco” e nenhuma outra motivação foi considerada como possibilidade para o crime a não ser às práxis espíritas. Destarte, a sobredita notícia revelava ao leitor que além do espiritismo ser um qualificado impulsionador de assassinatos, sub-repticiamente, também conseguia promover desavenças fatais entre amigos (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 18/06/1886, p. 2).

Por certo que diversas foram as notícias reverberadas no periódico que procuraram associar as vicissitudes físicas e sociais dos cariocas às práticas do espiritismo. Contudo, um caso nos chamou muito a atenção por destoar das demais notícias. A publicação não foi única como era comum ocorrer e os dobramentos do episódio foram surpreendentes, o que nos permitiu debruçar ainda mais em reflexões sobre as ocorrências anteriormente evidenciadas por suas inconsistências e imprecisões.

A notícia publicada inicialmente era referente a uma queixa policial registrada na Glória, bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, pelo marido de uma mulher de 26 anos que havia desaparecido de casa há quase duas semanas e teria deixado para trás seus três filhos. Segundo o marido, o desaparecimento de sua esposa estava relacionado à ida dela a uma sessão espírita na companhia de dois homens. Seguindo os trâmites cabíveis, o subdelegado de polícia intimou que os acompanhantes da moça fossem prestar os seus depoimentos sobre o ocorrido. Ao serem interrogados os dois negaram qualquer envolvimento com a desapareção da jovem (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 20/09/1888, p.1).

Entretanto, como mencionado, o caso teve desdobramento. Na edição seguinte, a *Gazeta de Notícias* revelou que a jovem desaparecida – Paulina Jorge de Mattos – havia se apresentado à polícia após o acesso à informação de registro do caso por meio do jornal. As suas revelações ao subdelegado foram impactantes. Segundo Paulina, ela teria saído de casa em consequência dos maus tratos que recebia de seu marido, que a espancava frequentemente e os próprios hematomas espalhados pelo corpo foram evidenciados ao subdelegado de polícia. A fim de não passar mais pelas situações recorrentes, ela teria tentado refúgio em algum lugar e acabou sendo abrigada por um casal desconhecido (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 21/09/1888, p. 2).

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238

Em relação à presença em uma sessão espírita, Paulina esclareceu que realmente havia frequentado um centro espírita com o objetivo de tirar o “domínio de um espírito” para que não sofresse mais a violência doméstica. A questão foi que a sua ida a uma sessão espírita não havia suprimido as agressões que sofria do marido, então, como os maus tratos persistiram ela deliberou abandonar a sua casa, mas teria deixado os seus filhos aos cuidados de sua mãe (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 21/09/1888, p. 2).

O desfecho dessa tragédia familiar e violência doméstica não prosseguiram nas edições seguintes. Contudo, a associação do desaparecimento da jovem com a sua participação em uma sessão espírita foi desvelada. O espiritismo foi um meio encontrado pela mulher agredida para tentar resolver as suas aflições, porém mediante a ineficácia de sua presença na sessão espírita para evitar as investidas de seu marido, o desaparecimento foi o lenitivo encontrado por Paulina para que os seus males pudessem ser minimizados de alguma maneira (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 21/09/1888, p. 2).

Mesmo com diversas notícias publicadas na *Gazeta de Notícias* vinculando o espiritismo a casos de transtornos mentais, suicídios, desaparecimentos, entre outras mazelas, asseguradamente, os episódios relacionados aos tratamentos de saúde por meio de práxis espíritas foram as ocorrências mais frequentes. Desde o início da década de 1880, o jornal carioca abria espaço para o registro de inúmeros fatos malsucedidos de espíritas que exerciam a arte de curar sem possuírem a habilitação acadêmica em Medicina. Já na década sobredita identificamos algumas denúncias que promoviam pedidos de prisão aos responsáveis pelas curas malogradas.

A partir de 1886 as discussões em torno da ação dos espíritas no campo do saber científico relacionado à arte de curar começaram a ser registradas com mais frequência e as reverberações começaram a serem mais combativas as ações dos espíritas curadores, sobretudo com as sucessivas publicações de casos de pessoas que teriam ido a óbito por terem, supostamente, feito uso de formas terapêuticas de cura que envolvia práticas do espiritismo. Contudo, no ano seguinte as denúncias relacionadas às tentativas de cura por meio do espiritismo tornaram-se mais incisivas na exigência de ações enérgicas por parte do governo a fim de inibir que os espíritas atuassem na área da saúde.

Entre as medidas recorrentemente deliberadas na *Gazeta de Notícias* era que o governo começasse a tomar atitudes a fim de assegurar proteção à sociedade para que os malefícios ocasionados pelos procedimentos de cura realizados pelos espíritas fossem

extintos. Para tanto, requeriam a criação de leis proibitivas que reprimissem os espíritas curadores de tratarem os enfermos, mesmo que para esse fim houvesse a criminalização das práxis espíritas.

Um dos casos mais representativos desse certame entre os espíritas curadores e os defensores dos médicos publicados na *Gazeta de Notícias* foi referente ao cidadão reconhecido pelo nome de Nascimento. As queixas direcionadas ao ‘curandeiro Nascimento’⁵ nos permitiu a observância da comutação dos discursos, sobretudo nas ingerências ante as autoridades competentes para que houvesse sanções penais aqueles que exercessem a medicina por intermédio de intervenções do espiritismo.

As publicações imputadas ao Nascimento na *Gazeta de Notícias* explicitaram as mudanças no tratamento dispensado às práticas de cura dos espíritas. Inicialmente, as ações do suposto espírita curandeiro eram simples revelações de seus procedimentos de cura mediante intervenções mediúnicas. Não obstante, a partir da segunda metade da década de oitenta, os casos de cura atribuídos ao Nascimento começaram a ganhar outra reverberação e perpassaram do campo do entusiasmo e da admiração para o campo do charlatanismo, da irresponsabilidade e da criminalidade.

As sucessivas notícias com discursos depreciativos iniciaram em 1886, quando o jornal publicou que o ‘curandeiro Nascimento’ por intermédio instrumentalização de práticas espíritas de cura teria levado ao óbito duas pessoas. Segundo a denúncia, o curandeiro atuava livremente no Rio de Janeiro e em Niterói sem ter lugar fixo para ser encontrado. E, em tom acusatório, o redator da *Gazeta de Notícias* evidenciou que as curas por meio de intervenções mediúnicas seriam uma “praga que tão cedo não acabará”, visto que já existiam queixas sobre os procedimentos de Nascimento, mas as autoridades nada faziam para interromper a situação (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 11/08/1886, p. 2).

Entretanto, o caso sobredito não ficou sem averiguações das autoridades competentes, em 1887 o jornal carioca noticiou que Nascimento estaria sendo processado pelos óbitos revelados e, também, estaria sendo processado por aviar prescrições médicas homeopáticas por meio de suposta intervenção mediúnica do

⁵ A denominação ‘curandeiro Nascimento’ foi utilizada recorrentemente pela *Gazeta de Notícias* ao se referir ao suposto espírita curador. A sobredita alcunha foi a referência ao espírita em todas as edições do jornal.

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238 médico Dias da Cruz,⁶ o que o colocaria em situação de falsidade ideológica (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 26/06/1887, p. 1).

Ainda em 1887, outra denúncia ao ‘curandeiro Nascimento’ foi revelada na *Gazeta de Notícias*, porém dessa vez a imputação foi proferida por intermédio de um médico diplomado, Honório Vargas. Segundo Vargas, os seus serviços teriam sido solicitados para que diagnosticasse a enfermidade que acometia uma senhora e realizasse os procedimentos necessários para o tratamento. Nos exames para a identificação da patologia, o médico constatou que a senhora estava com a doença infectocontagiosa que assolava a cidade do Rio de Janeiro na época, a temida varíola. Contudo, após o término do atendimento a mulher solicitou que ele também examinasse o seu filho que se encontrava em outro cômodo da casa. Ao atender a criança, Honório Vargas constatou que o menino se encontrava em um estágio de extrema agonia, com o corpo repleto de pústulas variólicas sem qualquer diligência de cuidados básicos e necessários para tentar reverter a grave situação, com o agravante de estar deitado sobre uma esteira sem qualquer condição de salubridade. Diante do quadro descrito, Honório Vargas questionou ao pai da criança sobre quais procedimentos estariam sendo manipulados no menino, quando obteve a resposta que o tratamento estaria sob os cuidados de Nascimento e que por intermédio do espiritismo o menino conseguiria a sua recuperação, uma vez que a fé curaria a criança. Em posse das informações reveladas, o médico sentiu-se afrontado pelo pai da criança e recusou-se a dar qualquer prescrição medicamentosa ao menino, pois em sua interpretação o caso era de morte iminente e atribuiu o estágio agonizante da criança ao exercício ilegal da medicina realizado pelo aludido espírita (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 08/09/1887, p. 1).

No final de sua denúncia, Honório Vargas questionou a inércia dos legisladores do Brasil em tomarem as atitudes responsáveis a fim de coibir o exercício ilegal da medicina, visto que enquanto não houvesse o controle e a fiscalização de quem deveria exercer a arte de curar no país, casos similares ao do menino continuariam a existir em território brasileiro, afinal entre todos os curandeiros existentes, os espíritas seriam os

⁶ Foi um médico alopata, chefe do Partido Liberal no Rio de Janeiro e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e não apresentava qualquer inclinação para a medicina homeopata. Já o seu filho, que também se chamava Dias da Cruz (1851-1937), ao contrário do pai era adepto da medicina homeopata e foi um dos maiores divulgadores da homeopatia no Brasil. Ele presidiu o Curso Hahnemaniano e o Instituto Hahnemaniano do Brasil e, também, foi presidente da Federação Espírita Brasileira de 1890 a 1894.

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238

mais deletérios porque seriam “mercadores da ciência e exploradores da ignorância” alheias por congregarem a fé com a cura (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 08/09/1887, p. 1).

No entanto, vale ressaltar duas pressuposições que nos inquieta ante a denúncia de Honório Vargas. A primeira pressuposição seria referente a solicitação da senhora a visita de um médico para iniciar o tratamento de sua enfermidade. A situação nos sugere que o mesmo poderia ter sido realizado com o seu filho e com o agravamento do problema e o não recobrimento da saúde da criança, os pais poderiam ter recorrido aos procedimentos do ‘curandeiro Nascimento’. A outra pressuposição, que na realidade é mais uma constatação, foi a omissão de socorro do médico ao menino, uma vez que independente da criança estar sendo submetida a um tratamento mediado por um curandeiro espírita, como um médico diplomado ele não poderia condenar a criança à morte sem prestar o socorro devido e tentar realizar os procedimentos que compreendia como os cabíveis para o caso. A malquerença do médico aos métodos terapêuticos de Nascimento não lhe dava o direito de negar o tratamento ao menino. Afinal, a família teve a iniciativa de chamar um médico para dar consultas. Além disso, na residência havia uma terceira pessoa que usufruía de plena saúde, mas que teria ficado exposta a contaminação da varíola.

No mês de novembro de 1887, a *Gazeta de Notícias* retomou a discussão dos processos abertos contra os procedimentos do ‘curandeiro Nascimento’ com a evidenciação do desfecho. Segundo o jornal carioca, a justiça havia se posicionado impotente em punir Nascimento, tendo em vista que perante a norma penal vigente no país nenhum artigo puniria os curandeiros. O Código Criminal de 1830 não articulava qualquer referência ao exercício ilegal da medicina, assim, não poderia existir punibilidade aos procedimentos de Nascimento, que teria a liberdade de exercer a arte de curar e “especular a boa fé dos pobres”, mesmo sendo um “ignorante em tudo o quanto é ciência médica” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 27/11/1887, p. 1).

Outrossim, segundo o redator do jornal a legislação brasileira era tão permissiva ao exercício ilegal da medicina que ainda consentia que o ‘curandeiro Nascimento’ invocasse o suposto espírito do médico Dias da Cruz ou de qualquer outro médico que ele desejasse sem que nada o afligisse em termos legais, mesmo as autoridades tendo o conhecimento que a chancela dos supostos espíritos facilitassem o exercício de seus procedimentos de cura por meio do espiritismo e, ainda o viabilizasse prescrever medicamentos com certa autoridade, o que dificultava a busca pelo auxílio daqueles que

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238 deveriam ter a competência para exercer a medicina, os profissionais habilitados academicamente (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 27/11/1887, p. 1).

Entretanto, apesar da propalação da notícia da não punibilidade ao Nascimento pela inexistência de leis que permitissem a prisão, o editorial do periódico procurou sinalizar que existiam meios legais na legislação penal brasileira que poderia punir o curandeirismo. Assim sendo, Nascimento teria condições para ser enquadrado na lei penal como “todos os Nascimentos que por aqui superabundam”. Para tanto, a promotoria pública teria que se predispor em colocar a lei do Código Criminal de 1830 realmente em prática. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 27/11/1887, p. 1).

Apesar da norma penal de 1830 não ter capítulo exclusivo para os procedimentos relacionados diretamente à saúde pública, alguns artigos da norma penal do Império poderiam ser habilmente interpretados com o propósito de punir os supostos delitos cometidos pelos curandeiros. O artigo 192 desvelava que o homicídio em qualquer circunstância agravante mencionada no artigo 16 nos seus parágrafos 2, 7, 10, 11, 12, 13, 14 e 17 poderia penalizar o criminoso a pena de grau máximo. Essas penas seriam as galés⁷ perpétuas e a prisão com trabalho por vinte anos no mínimo.

Assim sendo, os supostos casos de crimes cometidos pelo Nascimento poderiam ser inseridos em circunstâncias agravantes mencionadas no artigo 16 do Código Criminal de 1830. Como a ele foi conferida a prescrição de remédios homeopáticos, cujos efeitos eram supostamente nulos ou agravavam a enfermidade, essa ação poderia ser compreendida como um crime com veneno, visto que teria levado as pessoas ao óbito. Conquanto, a probabilidade de incriminação por esse argumento poderia abrir precedentes para a defesa e articular um discurso favorável ao réu. Afinal, mesmo sem ter a habilitação profissional, o remédio manipulado por meio da homeopatia pode não ser evidenciado como sendo veneno. Ainda assim, mesmo esta hipótese de indiciamento de crime ser a mais remota, podia-se articular acusações sobre este mérito. Dessa forma, o curandeiro seria enquadrado no parágrafo 2 do artigo 16. E por ser reincidente no delito da mesma natureza, Nascimento também poderia ser enquadrado no parágrafo 3 do artigo 16 (*COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL*).

Não obstante, a evidência mais assertiva para punir o curandeiro, seria o seu enquadramento no artigo 16 em seu parágrafo 9. A acusação que recairia ao espírita

⁷ A pena de galés segundo o artigo 44 do Código Criminal de 1830 sujeitaria aos “réus a andarem com calceta no pé, corrente de ferro, juntos ou separados e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província onde tiver sido cometido o delito à disposição do governo” (*COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL*).

seria ter procedido com fraude e ter conduzido os enfermos ao engano. Nessa mesma ordem, como também supostamente abusou da confiança que lhe fora posta, o curandeiro Nascimento poderia ser enquadrado por ter infringido o parágrafo 10 do artigo 16 (*COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL*).

Sob essa análise, os abusos da fé pública na arte de curar sob a égide do espiritismo, tinham artigos na norma penal do Império que poderiam levar os curandeiros ou supostos médiuns curadores ao enquadramento criminal. Se não havia a punição ao curandeirismo não era por inexistência de legislação penal. De modo semelhante, um curandeiro também poderia ser enquadrado em praticar o estelionato caso fosse comprovada a sua fraude e má fé com o outro. O artigo 264 do Código Criminal de 1830 era o que versava sobre o crime de estelionato. E no seu parágrafo 4 considerava que qualquer um que fizesse uso de “artifício fraudulento” para abusar da boa fé alheia, poderia ser punido com prisão de 6 meses a 6 anos e multa de 5 a 20% do valor das coisas que caracterizou o estelionato (*COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL*).

Outrossim, o artigo 272 cuja referência era sobre os crimes contra a pessoa e contra a propriedade, punia aqueles que cometessem alguma “ofensa física, irresponsável ou de que resulte deformidade ou aleijão”, as penas seriam as galés por 4 a 12 anos. E se a “ofensa física” resultasse grave incômodo de saúde ou inabilitação da vítima em exercer os seus serviços por mais de um mês, as penas poderiam chegar a dezesseis anos de galés (*COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL*).

Nessa ordem de pensamento voltada para a legislação penal no Império, em 1888, a *Gazeta de Notícias* publicou novamente uma matéria sobre o exercício ilegal da medicina intitulada *O artigo 264*. A proposta do texto era erigir a possibilidade de punir aqueles que por meio de artifícios fraudulentos, visando a obtenção da fortuna alheia, praticassem o curandeirismo. O jornal chamava atenção para que nesses casos a aplicabilidade do artigo 264 era amplamente cabível. Sendo assim, os curandeiros não eram punidos por inoperância jurídica e não por ausência de leis que viabilizassem a punição (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 24/03/1888, p. 1).

E no cerco aos supostos espíritas curadores, a *Gazeta de Notícias* publicou em 1889 uma sucessão de denúncias contra espíritas que atuavam na arte de curar, mas com a diferenciação de que já existia alguma repressão ao curandeirismo. Entre as notícias, revelou o falecimento de uma criança de 3 anos que estaria assistida por um curandeiro denominado João Jacintho de Mello. Todavia, a polícia havia sido acionada e o caso

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238 estaria sendo averiguado pelo 3º delegado de polícia, porém o desdobramento da história não foi publicado (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 19/02/1889, p. 1).

Ainda em 1889, outro suposto espírita curador reconhecido na cidade do Rio de Janeiro começou a ter a sua história também desvelada nas páginas da *Gazeta de Notícias*, o curandeiro Tobias. Com a evidenciação de ações mais severas do Estado em relação a sua ação na arte de curar. O periódico anunciou que Tobias teve a sua casa devassada pela polícia com o propósito de encontrar comprovações de seu envolvimento com práticas do espiritismo e, conseqüentemente, coletassem provas que o indiciassem na infração. A devassa teria resultado na elaboração de um relatório produzido por médicos. Esses profissionais da medicina teriam declarado que Tobias fazia uso de ervas de várias espécies, bugigangas indescritíveis, esporões de galos, pés de galinha secos, medalhas, pólvora e até um rabo de arraia para realizar a cura aos enfermos. O artigo da *Gazeta de Notícias* não nos revelou o que aconteceu ao Tobias, mas não perdeu a oportunidade de expor a sua opinião adversa sobre o curandeirismo e, também, sobre o espiritismo (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 29/08/1889, p. 1).

Para o redator do artigo, a prática de curar por meio do espiritismo era muito mais grave que o curandeirismo por si mesmo. Em sua concepção o curandeirismo foi a “célula da medicina”, visto que por meio de observações rudimentares dos curandeiros que a prática médica começou a se desenvolver e a se aperfeiçoar com o transcorrer dos anos. Todavia, mesmo com a sua importância para o desenvolvimento da medicina, a prática curandeira não poderia ser mais aceitável, pelo contrário, deveria ser punida, mesmo sendo o “curandeiro o pai de Hipócrates”. Já a arte de curar por meio das práticas espíritas seria a forma mais grave do curandeirismo, uma vez que deixaria os “seus clientes estropiados [...] e simplesmente doidos”, pois o espiritismo seria uma “fábrica de idiotas e alienados”. E, em tom bastante enfático no seu discurso contra os praticantes do espiritismo, afirmou que se fosse legislador mandaria “fechar todas as igrejas dessa religião, pegava os religiosos e fazia-os purgar” (*GAZETA NOTÍCIAS*, 29/08/1889, p. 1).

Além de ataques diretos às práticas do espiritismo, a *Gazeta de Notícias* através de algumas crônicas publicadas denunciava ações de espíritas. Assim, de forma sutil e por meio de obras literárias, os leitores eram envolvidos no universo das curas espíritas com destaque para histórias que cingissem falcatruas, enriquecimento ilícito e exploração da boa fé alheia.

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238

Entre as crônicas mais significativas divulgada na *Gazeta de Notícias*, cujo curandeirismo espírita era associado ao charlatanismo foi publicada na coluna *A Cata de um Barrete*. Na crônica um bacharel por estar enfermo teria recebido a visita de um curandeiro que tinha uma enorme clientela em Praia Grande. Este curandeiro por meio do espiritismo prescrevia medicamentos para curar todas as enfermidades. Contudo, durante o suposto tratamento o bacharel percebeu que estava sendo enganado, visto que não tinha como ser curado através do uso das mãos e da água fria e mesmo sem qualquer condição física, ele conseguiu desmascarar o curandeiro colocando-o para fora de sua casa após dar “um salto [da cama] e tomando de um cabo de vassoura, com o que foi enxotando” e verbalmente, acusando o curandeiro de integrante de uma “corja de sacripantas e exploradores de indolentes” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 8/01/1890, p. 1).

A fim de ilustrar a crônica, a imagem a seguir contribuiu para envolver o leitor na trama.



(*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 08/01/1890, p. 1)

De fato, as cominações para a criminalização do espiritismo vieram de diferentes setores da sociedade, mas seguramente a *Gazeta de Notícias* teve um papel relevante nessa propalação de pressupostos contraproducentes em relação às práxis espíritas que contribuíram para que o exercício da medicina somente ficasse ao encargo dos profissionais habilitados pela academia. A imprescindibilidade do título acadêmico tornou-se recorrente nos discursos do periódico carioca que, por certo, contribuiu para que na virada do século se compusesse a criação de um bem jurídico em favorecimento à proteção da saúde pública.

Os clamores da sociedade são condições para se instituir um bem jurídico, que pode ser instituído a partir da relevância de algum juízo que a sociedade atribui como

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238

sendo um juízo de valor, a fim de avaliar a proteção e o desenvolvimento das pessoas. Como o Direito é dinâmico, pressupõe-se que ele acompanha os avanços da sociedade e se adapta, teoricamente, as suas vociferações. Nesse sentido, o ‘bem’ é imbuído de valores considerados vitais para salvaguardar a sociedade e, sobretudo, o indivíduo. Em razão disso, mereceriam a proteção legal pela sua significância social (CANTON, 2012, p. 3-16).

A soma de bens jurídicos constitui a ordem social de um Estado e como os juízos de valor das sociedades se diferenciam, os bens jurídicos podem também se diferenciar de sociedade para sociedade, na medida em que o critério de seleção para se constituir um bem jurídico é valorativo-cultural. Nessa ordem, os bens jurídicos também seguem uma dinâmica valorativa de acordo com determinadas épocas, com os períodos históricos e organizacionais da sociedade. Assim, assevera-se que os bens jurídicos dispõem de lastro social e por essa razão assumem uma função de coordenação em relação ao comportamento e a sanção diante do valor ou valores aos quais se adensam as inflexões (CANTON, 2012, p. 30-37).

No âmbito do Direito Penal, o bem jurídico detém função estruturante por ser a pedra angular que possibilita o elo entre as instituições penais do Estado e o ordenamento social no qual ele se insere. Esse bem se constrói e se sustenta por meio do embate entre os diferentes setores sociais cujos interesses divergem. Todavia, por meio de um diálogo aberto, em tese, com a sociedade que esse bem se regulamenta e se assegura como peça basilar de uma norma penal (CANTON, p. 13).

Assevera-se que a inclinação coletiva para a disposição de se engendrar um bem jurídico parte de uma determinada ‘visão de mundo’, que apoiada por um grupo cujas ideias conseguiram sobrepujar as vigentes, plasmou os seus valores a uma sociedade como um todo. Todavia, por se tratar de sociedade é assertivo que não possui homogeneidade em pensamentos e valores, assim há a possibilidade de conflitos e embates entre diferentes segmentos e grupos sociais (CANTON, 2012, p. 4).

A penalidade dar-se-á quando o bem jurídico adquiere tutela do Estado, que passa a considerar determinado comportamento inadequado aos valores sociais pré-estabelecidos, isto não quer dizer que tenham sido acordados por todos os grupos sociais. A partir de então, a conduta preconizada como transgressora, torna-se de fato um crime com penalidade por meio da norma penal vigente. Dessa maneira, os possíveis questionamentos a esse bem jurídico passam a ser por meio de sua

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238

hermenêutica a fim de esclarecer presumíveis ambiguidades e contestações que possam estar escamoteadas nas entrelinhas da lei (CANTON, 2012, p. 5).

Como o bem jurídico se pressupõe, em tese, ser um ponto de convergência de valores apoiados pela sociedade a fim de se instituir como proteção no Direito Penal, a sua regulação e aceitabilidade torna-se um provável consenso. Porém, quando o diálogo com a sociedade em seus diferentes grupos não sobrevém, a possibilidade de refutação transfigura-se como uma perspectiva corroborável, cuja regulação da lei evidenciar-se-ia com uma sustentabilidade controversa e questionável.

Contudo, vale ressaltar que a tarefa de antever os enfrentamentos é praticamente irrealizável, a tentativa de se provocar entrecruzamento de ações e perspectivas de diversos grupos da sociedade pode transmudar imprevisíveis contraposições produzindo situações caóticas que, de fato, apresentam-se mais como exiguidades de previsibilidades nas relações sociais. Todavia, mesmo em meio à imprevisibilidade na anuência de um bem jurídico, a ação, os valores e o comportamento da sociedade em que se delineia a criação deste, deve ser proeminentemente analisado e ponderado a fim de se proporcionar aquilo que tanto se preconiza, que é a viabilidade do ordenamento social.

Nessa perspectiva, no cenário específico da sociedade brasileira no oitocentos, em que havia a existência de valores conflituosos em relação ao exercício da medicina, no qual os médicos habilitados academicamente tentavam garantir o monopólio na arte de curar e, em contraposição, grupos sociais defendiam o prosseguimento à aceitabilidade de manipulação de práticas espíritas na arte de curar, a criação do bem jurídico em proteção ao exercício da medicina aos médicos habilitados transmutou-se em defrontação.

Assim, como analisamos, para o ordenamento social dever-se-ia subsistir o assentimento do bem jurídico. Como na sociedade brasileira não era uma realidade a aceitação exclusiva dos médicos no exercício da medicina, conferimos com um impasse de perspectivas. Grupos da sociedade no país em função de seus valores comportamentais não aceitaram a ordem social estabelecida. O bem jurídico não havia adquirido a sustentabilidade necessária para se compelir e tornar-se-ia controverso e questionável.

Todavia, em meio às controvérsias nos coube compreender as motivações para a criminalização do espiritismo por intermédio das publicações da *Gazeta de Notícias*.

Assim sendo, conseguimos depreender que mesmo um bem jurídico não tendo a plena aceitação de toda a sociedade, ele emana do meio social. Para tanto, o periódico carioca nos proporcionou a compreensão das argumentações que se tornariam as impulsionadoras para que a ação dos espíritas na arte de curar e os possíveis problemas originários de suas práxis tivessem que ser coibidos pelo Estado em benefício ao desenvolvimento e ao ordenamento social.

Não obstante, a aplicação de sanções penais àqueles que transgredissem ao bem jurídico de proteção à saúde pública não inibiu a prática do espiritismo, mesmo os seus seguidores sendo considerados corroborantes a não proteção dos bens vitais do indivíduo em razão de sua significação social de ordem pública. Dessa maneira, os espíritas passaram ser interpretados ao longo da Primeira República como impulsionadores da desordem e da intranquilidade da sociedade. Tendo em vista que, as práxis espíritas com os seus procedimentos inabilitados na arte de curar acometiam à saúde pública e violavam o bem jurídico que se propunha proteger a sociedade: a medicina deveria ser exercida somente pelos habilitados academicamente.

Referências:

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: *Gazeta de Notícias* e a defesa da crônica. In: **Revista Contemporânea**. Rio de Janeiro: vol. 4, n. 7, p. 45-55, 2006.

CANTON FILHO, Fábio Romeu. **Bem Jurídico Penal**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

DAMAZIO, Sylvia. **Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1994.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. Espiritismo e medicina: introjeção, subversão, complementaridade. In: ISAIA, Artur César. **Orixás e Espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea**. Uberlândia: EDUFU, 283-304, 2006.

ISAIA, Artur César. Espiritismo: religião, ciência e modernidade. In: MANOEL, Ivan Aparecido; ANDRADE, Solange Ramos (Orgs.). **Identidades Religiosas**. São Paulo: Civitas Editora, pp. 137- 164, 2008.

_____. A República e a teleologia histórica do espiritismo. In: ISAIA, Artur César; MANOEL, Ivan Aparecido (Orgs.). **Espiritismo e Religiões Afro-Brasileiras**. São Paulo: Ed. Unesp, pp. 103-117, 2012.

LEWGOY, Bernardo. **Os espíritas e as letras: um discurso antropológico sobre a cultura espírita e oralidade no espiritismo kardecista**. São Paulo: USP, 2000.

Veredas da História, [online], v. 8, n. 2, 2015, p. 69-87, ISSN 1982-4238

_____. O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil. In: ISAIA, Artur César. **Orixás e Espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea**. Uberlândia: EDUFU, 209-224, 2006.

MACHADO, Ubiratan. **Os intelectuais e o espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Publicações Lachâtre, 1996.

MAGGIE, Yvonne. **O medo do feitiço: relações entre a magia e o poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MOREIRA, Nicolao Joaquim. **Rápidas Considerações sobre o Maravilhoso, o Charlatanismo e o Exercício Ilegal da Medicina e da Pharmacia**. Rio de Janeiro: Thyptografia de M. Barreto, Mendes Campos e Companhia, p. 7-16, 1862.

SCAMPINI, José. **A liberdade religiosa nas Constituições Brasileiras**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Os sortilégios de Saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990)**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1983.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na república Rio Grandense – 1889-1928**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

Fontes Impressas

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL. **Código Penal de 1830**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm . Acesso em 13 de agosto de 2016.

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL. **Decreto 119-A**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm . Acesso em 13 de agosto de 2016.

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL. **Código Penal de 1890**. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049> . Acesso em 13 de agosto de 2016.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 10 de jun. 1881, p. 2.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 11 de ago. 1882, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 01 de fev. de 1884, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 11 de ago. de 1886, p. 2.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 18 de jun. de 1886, p. 2.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 26 de jun. de 1887, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 08 de set. de 1887, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 27 de nov. de 1887, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 24 de mar. de 1888, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 20 de set. de 1888, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 21 de set. de 1888, p. 2.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 19 de fev. de 1889, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 29 de ago. de 1889, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 08 de jan. de 1890, p. 1.

O CORPO DIVINO DO REI E O DIREITO DE PUNIR: A LEGITIMIDADE DA VINGANÇA EM *HAMBLET*

Tiago Quintana

Mestre em Linguística Aplicada pela UFRJ¹

Resumo: Na França renascentista do séc. XVI, François de Belleforest (1530-1583) reconta a história de Hamlet em sua obra *Histoires tragiques*, história essa que servirá de inspiração para a tragédia elisabetana do séc. XVII *A trágica história de Hamlet, príncipe da Dinamarca*, de William Shakespeare (1564-1616). Ambas são histórias sobre vinganças nas quais os protagonistas têm de matar os tios para obterem justiça pelos assassinatos dos pais. A proposta deste artigo é realizar uma análise de discurso crítica da narrativa sobre Hamlet a fim de se estudar os discursos sobre o ato da vingança na mesma.

Palavras-chave: Hamlet – vingança – corpos do rei

Abstract: In Renaissance France during the 16th century, François de Belleforest (1530-1583) retells the story of Hamlet in his *Histoires tragiques*, a story which will serve as the inspiration for the 17th century Elizabethan tragedy *The Tragedy of Hamlet, Prince of Denmark*, by William Shakespeare (1564-1616). Both are revenge stories in which the protagonists have to kill their uncles to obtain justice for the murder of their fathers. This paper proposes to perform a critical discourse analysis of the narrative about Hamlet in order to study its discourses on vengeance.

Keywords: Hamlet – revenge – bodies of the king

Introdução

Histórias sobre vinganças têm sido recorrentes ao longo da História. Nelas, a incapacidade da sociedade de aplicar suas leis e fazer justiça, isto é, de compensar de alguma forma o mal sofrido pelos personagens, leva o vingador a tomar para si o poder de retaliação normalmente reservado às autoridades (em quaisquer formas que assumam no contexto da história) e retribuir o dano causado. Se a justiça dos homens é considerada falha e imperfeita, a vingança, nesses enredos, representaria uma tentativa bem-sucedida do ser humano em trazer a justiça divina – dita perfeita – para seu próprio plano.²

¹ Autor de *Orgulho e tragédia em A saga de Kormak*. E-mail: quintanads@yahoo.com.br.

² Cf. PASCAL, 2005, p. 158, §418 (233), quando o autor afirma que a justiça humana é nula diante da justiça divina.

Uma história de vingança da literatura ocidental que pode ser considerada digna de nota é a tragédia elisabetana produzida c. 1601³ *A trágica história de Hamlet, príncipe da Dinamarca*,⁴ de William Shakespeare (1564-1616); a peça narra a vingança perpetrada pelo protagonista epônimo contra o tio, Cláudio, pelo assassinato do pai, também chamado Hamlet. O enredo da peça de Shakespeare teve como fonte de inspiração a história de Amleth, provavelmente originária de uma tradição oral, mas registrada por escrito no século XIII, na *Gesta Danorum* (“A gesta dos daneses”), do escritor danês⁵ Saxo o Gramático (c. 1150-c. 1220),⁶ uma coletânea de narrativas em prosa sobre reis lendários da Dinamarca e suas façanhas que, dentre outras histórias, trata da vingança de Amleth contra Feng, seu tio, pelo assassinato do pai, Horvendil. A história de Amleth – renomeado Hamlet – será recontada em francês médio por François de Belleforest (1530-1583) no quinto volume (de sete) da série *Histoires tragiques*, publicado em 1570, uma coletânea de narrativas trágicas (muitas das quais eram versões novas em francês médio de composições dos períodos clássico e medieval), publicado pela primeira vez em 1570.⁷

Um aspecto da vingança que deve ser considerado é a relação intrínseca entre o poder e a lei: para que a lei possa ser cumprida, é necessário que o poder governante a imponha. Existiram culturas ao longo da História nas quais a vingança era, ao mesmo tempo, um direito e uma obrigação do indivíduo devidamente codificada nas leis (ou, pelo menos, nos costumes), mas mesmo nessas sociedades esse direito à vingança estava submetido de alguma forma à comunidade, não era deixado inteiramente nas mãos do vingador; e em sociedades nas quais o poder de punição pertence exclusivamente ao Estado, nenhuma forma de represália levada a cabo por um indivíduo (em vez de pelas autoridades legais) é considerada aceitável, mesmo que existam circunstâncias que, no entendimento comum, possam servir de justificativa. Entretanto, as obras de ficção que trabalham com o tema da vingança muitas vezes retratam situações nas quais o poder legal, por qualquer motivo, encontra-se incapaz ou indisposto a atuar, e a única maneira da vítima reivindicar a compensação por um crime

³ Sua data exata de produção não é conhecida, mas estima-se que a peça foi escrita em algum momento entre os anos de 1599 e 1601. O crítico inglês Harold Jenkins (1909-2000) propõe a data de 1601 devido a certas alusões a eventos contemporâneos nela. Cf. SHAKESPEARE, 1982, p. 1-3.

⁴ Este é um dos títulos em português da obra, mas ela também é conhecida como *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*, ou simplesmente *Hamlet*, ou ainda *Amleto*.

⁵ “Daneses” é como os dinamarqueses medievais eram chamados.

⁶ Em latim, *Saxo Grammaticus*, às vezes traduzido como Saxo o Letrado. Referência ao domínio da língua latina por parte de Saxo (SAXO, 1979b, p. 1).

⁷ BULLOUGH, 1973, p. 11.

é ela própria levar a cabo essa cobrança. Nas três histórias supracitadas, por exemplo, o alvo das retribuições é o próprio rei (legítimo ou não), que, como tal, encontra-se além do alcance de toda forma de justiça, exceto aquela perpetrada pelos protagonistas. Portanto, a questão da legitimidade da vingança é algo a ser abordado mesmo que esse questionamento não seja feito (explícita ou implicitamente) pela obra.

No cerne do debate sobre a vingança, encontra-se a questão do direito de punir: até onde se estende o direito do indivíduo de buscar reparação por um mal que lhe foi infligido? Se existir uma autoridade responsável por assegurar essa reparação e ela não o fizer, por qualquer razão, o indivíduo tem o direito de fazer justiça com as próprias mãos? A proposta deste artigo é dirigir esses questionamentos à narrativa sobre Hamlet a fim de se estudar os discursos sobre o ato da vingança (especialmente a vingança de um príncipe contra um governante ilegítimo) na mesma. Para tanto, primeiro será apresentado um resumo da trama de François de Belleforest antes de ser realizada uma análise de discurso crítica da mesma.

Resumo da narrativa sobre Hamlet

Horvendile e seu irmão, Fengon, governam em conjunto a província de Ditmarse como reis vassalos de Rodericke, rei da Dinamarca. Horvendile é casado com a filha do rei, Gerud, e os dois têm um filho, Hamlet, mas Fengon e Gerud mantêm um relacionamento amoroso secreto. Finalmente, movido pela inveja, Fengon assassina o irmão, casa-se com Gerud e passa a governar Ditmarse sozinho.

Para não ser assassinado também, Hamlet passa a fingir ser louco. Alguns dos vassalos de Fengon suspeitam do engodo e decidem tentá-lo com uma bela mulher para colocar sua loucura à prova; no entanto, um dos homens responsáveis por levá-lo até a jovem que deve seduzi-lo foi seu irmão de criação e o alerta da tramoia sem que ninguém mais perceba. Além disso, a própria jovem também fora criada com ele e nutria sentimentos amorosos por Hamlet; assim, eles se deitam, e ela depois mente sobre isso para protegê-lo.

Essa não é a última vez que Hamlet é testado: outro vassalo de Fengon sugere que seu senhor se ausente do palácio e que Gerud chame o filho a seus aposentos para que possam conversar e assim descobrir se ele realmente está louco, enquanto o próprio vassalo estará escondido no quarto. No entanto, quando o príncipe é chamado por

Gerud, ele procura por espiões, encontra o conselheiro, mata-o e se livra de seu cadáver. Somente então ele revela a verdade à mãe e conquista seu apoio para vingar-se do tio.

Quando este retorna, não encontra o espião. Apesar de Hamlet enganar toda a corte sobre sua culpa no desaparecimento, Fengon está convencido de que o sobrinho e enteado esconde grande astúcia e toma a decisão de matá-lo, mas sem envolver-se diretamente com o ato. Ele envia Hamlet até o rei da Inglaterra; junto ao príncipe estão dois servidores de Fengon que levam consigo uma mensagem pedindo ao monarca inglês que execute o príncipe danês. Antes de partir, Hamlet deixa instruções à mãe para que realize um festim fúnebre em sua homenagem dali a um ano. Durante a viagem, ele altera secretamente a mensagem ao rei da Britânia para que mate seus acompanhantes e lhe dê a filha em casamento.

Durante sua estadia na Inglaterra, Hamlet dá provas de grande sabedoria ao rei inglês e se torna um estimado conselheiro, além de se casar com a princesa. Depois que um ano se passa, ele retorna a Ditmarse e disfarça-se novamente de louco antes de adentrar o salão de festas de Fengon, onde o próprio Fengon e a nobreza de Ditmarse celebravam festas fúnebres em sua homenagem.

Depois que os presentes se recuperam do choque de vê-lo vivo, Hamlet passa a agir como copeiro e serve o vinho continuamente, deixando a todos bêbados. Após Fengon se recolher aos aposentos e os lordes adormecerem ali mesmo no salão, Hamlet aprisiona-os a todos e atea fogo ao recinto; em seguida, vai até o quarto de Fengon, acorda-o, informa-o sobre sua vingança e depois mata-o.

Hamlet então se esconde para medir a reação do povo diante desses eventos em segurança. Ao ver que os sentimentos se encontram divididos, ele se revela, assume a responsabilidade pelas mortes e explica suas razões, enfatizando a perversidade dos atos de Fengon, que assassinara o próprio irmão, casara-se com a viúva deste, e governara como um tirano. Hamlet é aclamado como o novo rei.⁸

A legitimidade da vingança de Hamlet

Ao se analisar a narrativa de Hamlet, é possível observar que ela legitima a

⁸ Resumo feito com base na tradução para o inglês de Internet Shakespeare Editions. Cf. BELLEFOREST, François de. *The history of Hamlet (Internet Shakespeare Editions)*. Ed. David Bevington. University of Victoria, n/d. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/complete/>. Acesso em 24/02/2016. A história de Hamlet continua depois destes eventos, mas optou-se por não cobrir o resto dela por não ter mais relação direta com a vingança contra Fengon.

vingança do príncipe contra seu tio, Fengon, por meio de três artifícios: enfatizando que Hamblet estava à mercê de Fengon e corria risco de ser assassinado assim como seu pai o fora; enfatizando a vileza do caráter de Fengon e a tirania de seu governo; e, principalmente, apresentando Hamblet como o governante de direito que irá punir um súdito transgressor.

Quando Hamblet confronta a mãe, Gerud, ele deixa claro o perigo que corre:

- [...] Mas você, pelo contrário, me deixou exposto à morte quando deveria me defender. Não é isso a mesma coisa que me trair quando você, conhecendo a perversidade do tirano e suas intenções, cheias de pensamentos mortíferos no que toca ao sangue e imagem do irmão, em momento algum buscou ou desejou encontrar os meios de salvar seu único filho ao enviá-lo à Suécia, Noruega ou Inglaterra, em vez de abandoná-lo como presa de seu adúltero infame?⁹

Com isso, enfatiza-se que Fengon é um “adúltero infame” que matou o próprio irmão, e também que Hamblet precisa matá-lo não apenas para vingar o pai, mas também para se defender. Essa necessidade também é usada para justificar as medidas que Hamblet precisa tomar para se manter a salvo e conseguir punir Fengon:

- [...] Aquele que tem de lidar com uma pessoa perversa, desleal, cruel e descortês deve fazer uso de astúcia e invenções políticas tais que um raciocínio arguto possa melhor imaginar para que seu empreendimento não seja descoberto; visto que pela força não poderei realizar meus desejos, tal é a razão que me permite, por meio da dissimulação, sutileza e atividades secretas, prosseguir nisso.¹⁰

Da mesma forma, jamais alguém ficou renomado por ações mais sábias e prudentes que Brutus dissimulando uma grande transformação em sua mente, pois que o advento de tal artifício de tolice procedeu apenas de conselhos e deliberação bons e experientes, não apenas para preservar seus bens e afastar de si a fúria do tirano orgulhoso, mas também para abrir uma via larga por onde conseguir o banimento e a ruína completa do perverso Tarquínio e emancipar o

⁹ “ [...] *But you, to the contrary, expose and deliver me to death, whereas ye should defend me. Is not this as much as if you should betray me, when you, knowing the perverseness of the tyrant and his intents, full of deadly counsel as touching the race and image of his brother, have not once sought nor desired to find the mean to save your child and only son by sending him into Swethland, Norway, or England, rather than to leave him as a prey to your infamous adulterer?* ” Idem. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/Chapter%20III/>. Acesso em 24/02/2016.

¹⁰ “ *He that hath to do with a wicked, disloyal, cruel, and discourteous man must use craft and politic inventions, such as a fine wit can best imagine, not to discover his enterprise; for seeing that by force I cannot effect my desire, reason alloweth me by dissimulation, subtlety, and secret practices to proceed therein.* ” Idem. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/Chapter%20II/>. Acesso em 24/02/2016.

povo (antes oprimido) do jugo de uma servidão intensa e miserável.¹¹

A comparação com Brutus, que libertou Roma do jugo de um monarca opressor e ajudou a fundar a república,¹² é intencional. Ao traçar um paralelo explícito entre a situação de Hamlet e a de Brutus, novamente enfatiza-se a legitimidade da vingança do primeiro: ele não irá apenas vingar o pai e retomar a coroa que lhe pertence por direito, também irá salvar seu povo da opressão de um tirano (além de assassino adúltero).

Ainda no confronto entre Hamlet e Gerud, o príncipe afirma:

- E quem não sabe que traidores e perjuros não merecem que se mantenha a boa-fé ou a lealdade para com eles, e que pactos feitos com assassinos devem ser respeitados como teias de aranha e considerados como coisas nunca prometidas nem acordadas? Mas se eu puser as mãos em Fengon, não será um crime ou traição, com ele não sendo nem meu rei nem meu senhor, mas eu o punirei com toda a justiça como meu súdito que se comportou de forma desleal contra seu senhor e suserano. E visto que a glória é a recompensa da pessoa virtuosa e a honra e o louvor daqueles que servem aos seus príncipes naturais, por que a culpa e a desonra não deveriam acompanhar os traidores, e a morte aviltante todos aqueles que tiverem a ousadia de por as mãos nos reis sagrados, que são amigos e companheiros dos deuses ao representarem suas pessoas e majestade?¹³

Da mesma forma que Hamlet tem o cuidado de afirmar que é justo que ele puna Fengon, uma vez que ele é o rei e senhor de direito do tio, o narrador já afirmara em um

¹¹ *"In like sort, never any man was reputed by any of his actions more wise and prudent than Brutus dissembling a great alteration in his mind, for that the occasion of such his device of foolishness proceeded only of a good and mature counsel and deliberation, not only to preserve his goods and shun the rage of the proud tyrant, but also to open a large way to procure the banishment and utter ruin of wicked Tarquinius, and to enfranchise the people (which were before oppressed) from the yoke of a great and miserable servitude."* BELLEFOREST, n/d. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/Chapter%20II/>. Acesso em 24/02/2016.

¹² Segundo a tradição historiográfica romana, o tio de Brutus, Tarquínio, era o rei de Roma e um tirano que mandou assassinar diversos nobres da cidade, inclusive o pai de Brutus; este, para se manter a salvo dos expurgos, fingiu ser tão tolo que todos o consideraram inofensivo. Após o filho mais velho de Tarquínio estuprar Lucrecia, uma senhora casada que depois cometeu suicídio devido à desonra a qual fora submetida, Brutus liderou uma insurreição contra o rei e sua família que os expulsou da cidade; em seguida, Roma foi transformada em uma república.

¹³ *"'And who knoweth not that traitors and perjured persons deserve no faith nor loyalty to be observed towards them, and that conditions made with murderers ought to be esteemed as cobwebs and accounted as if they were things never promised nor agreed upon. But if I lay hands upon Fengon, it will neither be felony nor treason, he being neither my king nor my lord, but I shall justly punish him as my subject, that hath disloyally behaved himself against his lord and sovereign prince. And seeing that glory is the reward of the virtuous and the honor and praise of those that do service to their natural prince, why should not blame and dishonor accompany traitors, and ignominious death all those that dare be so bold as to lay violent hands upon sacred kings, that are friends and companions of the gods, as representing their majesty and persons?'"* BELLEFOREST, n/d. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/Chapter%20III/>. Acesso em 24/02/2016.

momento anterior no texto:

Mas quando falo de vingar toda lesão sofrida contra uma pessoa de alta distinção ou um superior, deve-se entender que tal pessoa não é o soberano, a quem não se deve resistir por quaisquer meios, nem praticar qualquer traição ou conspiração contra sua vida.¹⁴

Com isso, é possível observar um discurso recorrente na história de Hamlet: o rei não é apenas um governante temporal, mas também uma figura sacra, inviolável, a quem se deve obediência absoluta. Tal discurso remete à noção medieval do direito divino dos reis, segundo a qual os reis recebiam sua autoridade de Deus e eram até mesmo representantes diretos de Deus na Terra:

Assim, temos de reconhecer (no rei) uma *pessoa gêmea*, descendendo uma da natureza, e a outra, da graça [...] Em relação a uma personalidade, ele era, por natureza, um homem individual; em relação à sua outra personalidade, era, pela graça, um *Christus*, isto é, um Deus-homem.¹⁵

O poder do rei é o poder de Deus. Esse poder, especificamente, é de Deus, por natureza, e do rei, pela graça. Donde o rei, também, é Deus e Cristo, mas pela graça; e o que quer que ele faça, ele o faz não simplesmente como homem, mas como alguém que se tornou Deus e Cristo pela graça.¹⁶

Esse conceito do rei como governante absoluto que se encontra acima das leis dos homens (mas não de Deus) ainda perdurava na França renascentista, como visto nos escritos do filósofo e jurista francês Jean Bodin (1530-1596):

Os atributos da soberania são, portanto, marca distinta do príncipe soberano, pois se forem transmissíveis aos súditos, não podem ser chamados de atributos de soberania. Assim como Deus Todo-Poderoso não pode criar outro Deus igual a si próprio, uma vez que Ele é infinito e duas infinidades não podem coexistir, também o príncipe soberano, que é a imagem de Deus, não pode fazer com que um súdito se iguale a si próprio sem se autodestruir. [...] O primeiro atributo do príncipe soberano, portanto, é o poder de fazer leis que imperem sobre seus súditos em geral e sobre cada um em particular; mas para evitar qualquer ambiguidade, deve-se acrescentar que ele o faz sem que seja

¹⁴ “*But when I speak of revenging any injury received upon a great personage or superior, it must be understood by such an one as is not our sovereign, against whom we may by no means resist, nor once practice any treason nor conspiracy against his life.*” Idem. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/Chapter%20II/>. Acesso em 24/02/2016.

¹⁵ *De consecratione pontificum et regum*, MGH., LdL. apud KANTOROWICZ, 1998, p. 50.

¹⁶ *De consecratione pontificum et regum*, MGH., LdL. apud KANTOROWICZ, 1998, p. 52.

necessário o consentimento de qualquer outro, seja seu superior, igual ou inferior.¹⁷

Dessa forma, há uma preocupação por parte do texto em estabelecer que Hamlet, o protagonista da história, não está violando a santidade da pessoa do rei, mas sim está agindo em conformidade com sua própria responsabilidade como o legítimo herdeiro de Horvendile e soberano de Ditmarse, a pessoa de quem deve emanar a justiça. Tamanha é essa preocupação em estabelecer a inviolabilidade do monarca que, apesar de Fengon se encontrar no mesmo nível de Horvendile – uma vez que ambos governavam a província de Ditmarse como vassalos de Rodericke –, ainda assim o narrador afirma que ele comete um crime não apenas contra a virtude, mas também contra a majestade real ao matar o irmão:

Mas, como eu disse antes, o desejo de portar o governo e a autoridade soberanos não respeita sangue ou amizade, nem se importa com a virtude, sendo inteiramente desprovido de respeito pelas leis ou pela divina majestade; pois não é possível que aquele invade as terras e rouba as riquezas de outrem sem causa ou razão possa conhecer ou temer a Deus.¹⁸

Quando Hamlet finalmente conclui sua vingança ao decapitar Fengon, seu discurso ao cadáver¹⁹ reafirma a justiça de sua empreitada e oferece ainda outra razão que a justifica:

- Esta morte violenta é a recompensa justa e merecida para alguém como tu és. Agora segue o teu caminho, e quando chegares ao teu local de danação, assegura-te de não te esqueceres de contar ao teu irmão, a quem mataste traiçoeiramente, que foi o filho dele que te enviou para lá com esta mensagem, com o fim de, ele estando alentado com a notícia, sua alma possa descansar junto aos espíritos

¹⁷ “*The attributes of sovereignty are therefore peculiar to the sovereign prince, for if communicable to the subject, they cannot be called attributes of sovereignty. Just as Almighty God cannot create another God equal with Himself, since He is infinite and two infinities cannot co-exist, so the sovereign prince, who is the image of God, cannot make a subject equal with himself without self-destruction. [...] The first attribute of the sovereign prince therefore is the power to make law binding on all his subjects in general and on each in particular. But to avoid any ambiguity one must add that he does so without the consent of any superior, equal, or inferior being necessary.*” BODIN, 1955, p. 42-43.

¹⁸ “*But, as I said before, the desire of bearing sovereign rule and authority respecteth neither blood nor amity, nor caring for virtue, as being wholly without respect of laws, or majesty divine; for it is not possible that he which invadeth the country and taketh away the riches of another man without cause or reason should know or fear God.*” BELLEFOREST, n/d. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/Chapter%20I/>. Acesso em 24/02/2016.

¹⁹ Lembrando que em tempos medievais acreditava-se que o corpo e a alma encontravam-se integrados de tal forma que a condição de um se refletia no outro (PINCİKOWSKI, 2010, p. 1454).

abençoados e libertar-me da obrigação que me atara à procura por vingança contra meu próprio sangue, visto que foi por tuas ações que eu perdi o vínculo principal a esta aliança e consanguinidade.²⁰

Este é o único momento da história que o personagem Hamblet, ou até mesmo o narrador, reconhece o laço de família entre ele e Fengon como um empecilho à sua missão, ao mesmo tempo em que renega esse laço devido às ações do próprio Fengon.

Depois que Hamblet consegue concluir sua vingança ao matar Fengon, o narrador o descreve da seguinte maneira:

Um homem (sem se faltar com a verdade) resistente, corajoso e merecedor de honrarias eternas que [...] vingou a morte do pai muitos anos após o ato ter sido cometido de tal maneira que, guiando-se com tal prudência e levando a cabo seus propósitos com tão grandes audácia e firmeza, deixou para os sábios o juízo a ser feito sobre o que era mais louvável nele, sua firmeza ou magnanimidade, ou sua sabedoria em colocar seus assuntos em ordem de acordo com a determinação premeditada que concebera.²¹

Pode-se observar novamente ecos dos escritos de Bodin nessas qualidades de Hamblet:

Portanto, é marca autêntica da condição de rei que o príncipe seja ameno e maleável perante as leis da natureza tal como ele deseja que seus súditos o sejam perante a ele próprio. Isso significa que ele é alguém que teme a Deus, é compassivo com os flagelados, prudente em suas empreitadas, valente em ação, frugal na prosperidade, firme na adversidade, fiel à palavra empenhada, sábio ao aconselhar, atencioso com seus súditos, prestativo para os amigos, terrível para os inimigos, cortês àqueles de bom nascimento, flagelo dos malignos e justo para todos.²²

²⁰ “ *This just and violent death is a just reward for such as thou art. Now go thy ways, and when thou comest in hell, see thou forget not to tell thy brother, whom thou traitorously slewest, that it was his son that sent thee thither with the message, to the end that beeing comforted thereby, his soul may rest among the blessed spirits, and quit me of the obligation that bound me to pursue his vengeance upon mine own blood, seeing that it was by thee that I lost the chief thing that tied me to this alliance and consanguinity*”. BELLEFOREST, n/d. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/Chapter%20V/>. Acesso em 24/02/2016.

²¹ “ *A man, to say the truth, hardy, courageous, and worthy of eternal commendation, who [...] revenged his father's death many years after the act committed, in such sort that, directing his courses with such prudence, and effecting his purposes with so great boldness and constancy, he left a judgment to be decided among men of wisdom, which was more commendable in him, his constancy or magnanimity, or his wisdom in ordering his affairs, according to the premeditable determination he had conceived*”. BELLEFOREST, n/d. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/Chapter%20V/>. Acesso em 24/02/2016.

²² “ *It is therefore the authentic mark of kingship that the prince is as mild and pliable to the laws of nature as he wishes his subjects to be to him. This means that he is one that fears God, is merciful to the afflicted, prudent in his undertakings, brave in action, modest in prosperity, constant in adversity, true to*

Finalmente, a trama de Belleforest, deixa explícito o direito de Hamlet à vingança não apenas nos trechos citados, mas também a seguir:

Se a vingança é capaz de demonstrar qualquer justiça em alguma ocasião, é quando a piedade e a afeição, das quais não podemos prescindir, nos pressionam a não esquecermos de nossos pais assassinados injustamente e buscar meios de não deixar a traição e o assassinato impunes [...] [Q]uando existir o interesse do príncipe ou do país, o desejo por vingança não pode ser de forma alguma (não importa o quão ínfima) condenado, mas sim deve ser considerado honroso e digno de louvor [...] As leis atenienses, cujo costume era erguer imagens em memória dos homens que vingaram ofensas à comunidade ao massacrarem audaciosamente tiranos e outros que perturbaram a paz e o bem-estar dos cidadãos, testemunham isso.²³

Ao se estudar a história de Hamlet sob a ótica do direito de punir e da relação intrínseca entre lei e poder, o que se observa é que a retribuição do protagonista tem um motivo legítimo (pois Fengon realmente matara seu pai, violando ao mesmo tempo os laços de fraternidade e a inviolabilidade da pessoa do rei); que seu método para alcançá-la (fingir-se de louco) é devidamente justificado pela narrativa (pois ele não tinha forças para um confronto direto com Fengon); e que as consequências dessa retribuição são proporcionais e aceitáveis, pois apenas Fengon e aqueles que o apoiavam são executados em represália, e o rei de direito – inclusive o corpo sacro do rei – é restaurado (e, com isso, também o reino é restaurado, pois o rei e o reino são um só).

Hamlet matar Fengon não é apenas vingança pelo pai, mas também a ação de um príncipe que serve à sua comunidade ao purificar e restaurar o reino. Dessa forma, por mais que a vingança seja “algo que deva ser inteiramente repudiado em um cristão, que não deve, de modo algum, conter dentro de si o amargo fel ou ter seus desejos

his plighted word, wise in council, careful of his subjects, helpful to his friends, terrible to his enemies, courteous to men of good birth, a scourge of evil-doers, and just towards all.” BODIN, 1955, p. 59-60.

²³ “If vengeance ever seemed to have any show of justice, it is then when piety and affection constraineth us to remember our fathers unjustly murdered, as the things whereby we are dispensed withal, and which seek the means not to leave treason and murder unpunished [...] [W]here the prince or country is interested, the desire of revenge cannot by any means (how small soever) bear the title of condemnation, but is rather commendable and worthy of praise [...] Hereof the Athenian laws bear witness, whose custom was to erect images in remembrance of those men that, revenging the injuries of the commonwealth, boldly massacred tyrants and such as troubled the peace and welfare of the citizens”. BELLEFOREST, n/d. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/Chapter%20V/>. Acesso em 24/02/2016.

infectados com a vingança”,²⁴ a vingança de Hamlet é apresentada de tal forma que ela passa a ser considerada aceitável não apenas no contexto da história como também no contexto no qual ela foi escrita, o da França renascentista do final do séc. XVI – especialmente se for considerado que Belleforest afirma que escreveu a história de Hamlet para servir de “diversão e exemplo de virtude” (“*example of virtue and contentment*”) para a “nobreza francesa” (“*French nobility*”).²⁵

Considerações finais

A vingança de Hamlet é uma tarefa particular (isto é, executada por um indivíduo em prol de seus próprios interesses), não coletiva (isto é, executada por grupos em prol de interesses coletivos); apesar disso, ela também envolve a esfera da coletividade, visto que é uma vingança levada a cabo por um príncipe herdeiro contra um rei coroado (que não é governante de direito, mas é aquele que detém o poder sobre as leis e seu cumprimento), com consequências para o povo (no caso, a troca de governantes). Além disso, Hamlet não se vinga apenas de uma ofensa contra ele próprio, mas também vinga um crime cometido a um terceiro (seu pai) que não era mais capaz de reivindicar justiça ele próprio, à semelhança de Brutus e seus co-conspiradores vingando o estupro (e subsequente morte) de Lucrecia.

Para justificar a legitimidade da vingança do protagonista, a narrativa toma o cuidado de estabelecer que é justo que Hamlet mate Fengon não apenas devido aos crimes deste último, mas especialmente por ser o soberano de direito – demonstrando, com isso, que a retribuição é um direito reservado aos governantes, inacessível aos governados. Na trama de Belleforest, o rei – o representante de Deus na Terra, aquele que tem o corpo divino –, à semelhança do Estado moderno, tem o monopólio sobre o direito de punir.

Referências

BEJCZY, István P. **The cardinal virtues in the Middle Ages: a study in moral thought from the fourth to the fourteenth century.** Leiden; Boston: Brill, 2011.

BELLEFOREST, François de. **The history of Hamlet (Internet Shakespeare**

²⁴ “[W]holly to be disliked in a Christian, who by no means ought to have a bitter gall or desires infected with revenge.” BELLEFOREST, n/d. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/Chapter%20II/>. Acesso em 24/02/2016.

²⁵Cf. BELLEFOREST, n/d. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/section/The%20Argument/>. Acesso em 24/02/2016.

Editions). Ed. David Bevington. University of Victoria, n/d. Disponível em: <http://internetshakespeare.uvic.ca/doc/Belleforest_M/complete/>. Acesso em 24/02/2016.

BOBBIO, Norberto. *Direito e poder*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BODIN, Jean. **Six books of the Commonwealth**. Edição resumida. Trad. M. J. Tooley. Oxford: Alden Press, 1955.

BULLOUGH, Geoffrey. **Narrative and dramatic sources of Shakespeare, volume 7: major tragedies – Hamlet, Othello, King Lear, Macbeth**. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9ª edição revista. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei**. 2ª edição. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: WODAK, Ruth & MEYER, Michael. **Methods of critical discourse analysis**. London; Thousand Oaks; New Delhi: SAGE Publications, 2001. p. 121-138.

GENETTE, Gérard. **Narrative discourse: an essay in method**. Ithaca: Cornell University Press, 1980.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei. Um estudo sobre teologia política medieval**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. **Ensaio 3**. 2ª edição. Trad. Sérgio Milliet. Brasília: Universidade de Brasília; Hucitec, 1987.

PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. 2ª edição. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINCIKOWSKI, Scott. The body. In: CLASSEN, Albrecht (Ed.). **Handbook of medieval studies: terms, methods, trends**. Berlin; New York: De Gruyter, 2010. p. 1450-1458.

SAXO. **The history of the Danes, books I-IX – volume I**. Ed. Hilda Ellis Davidson. Trad. Peter Fisher. Cambridge: Brewer, 1979a.

SAXO. **The history of the Danes, books I-IX – volume II**. Ed. Hilda Ellis Davidson. Trad. Peter Fisher. Cambridge: Brewer, 1979b.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet (The Arden Shakespeare)**. Ed. Harold Jenkins. London; New York: Methuen & Co., 1982.

SIGNORINI, Inês (Ed.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE O FILME *O CORCUNDA DE NOTREDAME* (1996 & 1997)¹

Lucas Vieira de Melo Santos²

Graduado em História pela Universidade Federal da Bahia

Resumo: A Idade Média tem sido recorrentemente apropriada de diferentes maneiras pela indústria cinematográfica nos últimos tempos. O presente texto tem por objetivo analisar os discursos produzidos nos filmes *O Corcunda de Notre Dame* (1996 & 1997), focando a atenção nos discursos estereotipados contemporâneos sobre a imagem e papel das mulheres na sociedade medieval. O que se quer é perceber a (des)combinação e interação que essas imagens atribuídas ao Idade Média possuem com a Contemporaneidade, sobretudo, levando em conta como o gênero atravessa ou é atravessado por esses discursos.

Palavras-chave: Idade Média; Cinema; Gênero.

A GENDER LOOK AT THE MOVIE *THE HUNCHBACK OF NOTRE DAME* (1996 & 1997)

Abstract: The Middle Ages has been recurrently appropriate in different ways by the cinematographic industry in recent times. This paper aims to analyze the discourses produced in the film *The Hunchback of Notre Dame* (1996 & 1997), focusing attention on the contemporary stereotypical discourses on the image and role of women in medieval society. What you want is to realize the (dis)combination and interaction that these images assigned to the Middle Ages have to contemporaneity, especially taking into account how gender crosses or is crossed by these discourse.

Keywords: Middle Age; Cinema; Gender.

Introdução

As narrativas históricas e historiográficas foram, e ainda são, usadas ou apropriadas quando convêm, seja em discursos políticos, criação ou invenção de uma memória ou identidade nacional, ou até mesmo pela indústria cultural. A História Medieval, em particular, é alvo desses “(ab)usos” e tem sido bastante requisitada pela indústria cinematográfica nos últimos tempos. São inúmeras as obras que recriam ou se

¹ O presente texto é um desdobramento da pesquisa realizada no PIBIC entre os anos de 2013 e 2015, dialogando com o atual projeto coletivo sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima, intitulado *A Idade Média em múltiplos suportes historiográficos e documentais: (re)pensando a aplicação dos Estudos Feministas, da História Social das Mulheres, da História das Masculinidades e dos Estudos de Gênero para períodos “não-modernos”*.

² Email: lucas.vieirademelo@hotmail.com

apropriam das idades médias.³ É frequente encontrar pessoas que assistiram, por vezes, se encantaram e foram remetidos ao imaginário contemporâneo sobre o mundo medieval com filmes como *Cruzada* (2005), *El Cid* (1961), *Robin Hood* (2010), *Coração Valente* (1995), *Excalibur* (1981), *Rei Arthur* (2004), *As Brumas de Avalon* (2001), *Coração de Cavaleiro* (2001), *Joana D'Arc* (1999), *Lutero* (2003), *Dungeons and Dragons – A aventura começa agora* (2000) ou *Senhor dos Anéis* (2001).

Além destes, são muitas as animações com tramas ambientadas em algum lugar imaginário entre o medievo e a contemporaneidade, tais como *O Gato Félix* (1919), *A Branca de Neve e os Sete Anões* (1937), *Shrek* (2001), *Caverna do Dragão* (1983), *Valente* (2012), dentre outras. Muitas das produções cinematográficas transitaram por estes dois eixos, como é o caso das obras que serão analisadas neste texto e que estão relacionadas com o filme *O Corcunda de Notre Dame*.

Identificamos dez artigos que se debruçaram sobre as produções cinematográficas do Corcunda de Notre Dame, sendo divididos, a partir da formação acadêmica das(os) autoras(es), em quatro áreas do conhecimento: Letras (5), Educação (3), Comunicação Social (1) e Psicologia (1). Entre esses textos, os artigos *O Corcunda de Notre Dame. Grotesco, sublime e deficiência na Idade Média*,⁴ de Nerli Nonato Ribeiro Mori, e *Sagrado, Profano, Grotesco, Sublime: Relações entre o livro “Notre Dame de Paris” e a adaptação cinematográfica “O Corcunda de Notre Dame”*,⁵ de Yule de Campos Weimer e Diego Baraldi de Lima, dialogam com textos historiográficos. Entretanto, possuem uma concepção bastante simplista e estereotipada sobre a Idade Média, estando preocupados em discutir o não protagonismo da Catedral nas duas versões cinematográficas e as representações da deficiência e/ou o próprio papel de Quasímodo na animação.

Sendo assim, o presente texto tem por objetivo analisar os discursos produzidos nos filmes *O Corcunda de Notre Dame* (1996 & 1997) sobre as imagens e o papel das mulheres na sociedade medieval, procurando discutir como isso se conecta e se desconecta com o período compreendido por Idade Média e, sobretudo, como o gênero

³ Referimo-nos aqui às visões que existem sobre a Idade Média. Em conformidade com Hilário Franco Júnior (2001), as visões sobre a Idade Média oscilaram (e ainda oscilam, mesmo que inconscientemente) entre o pessimismo renascentista/iluminista e a exaltação romântica. Entretanto, em alguns suportes multiculturais contemporâneos como os manuais de RPG, jogos eletrônicos, dentre outros, estas visões sobre o medievo são (des)combinadas de muitas formas.

⁴ Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/art13_34.pdf> Acesso em 22 mai 2016.

⁵ Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0412-1.pdf>> Acesso em 22 maio 2016.

atravessa esses discursos. Tendo em vista estas primeiras notas, é necessário situar as questões teórico-metodológicas que fundamentam este debate para, enfim, partirmos para a análise de trechos das produções selecionadas.

Idade Média, Cinema & Gênero

Desde a sua invenção, o Cinema, gozando do status de indústria, arte e entretenimento, possui uma linguagem específica capaz de re(a)presentar mundos. É, sobretudo, neste ponto que as produções cinematográficas podem ser de interesse dos historiadores. Graças à abertura teórico-metodológica nos anos 1970 com a Nova História, o Cinema passou a ser visto como uma fonte histórica, reforçando a alargamento da noção de documento.

De acordo com Marc Ferro (1992), há duas dimensões intercambiáveis na relação entre História e Cinema: a leitura histórica do filme e a leitura cinematográfica da História. A primeira diz respeito ao fato do filme ser um produto, fruto do seu tempo, que registra percepções e noções de quem as produziu e do seu contexto de produção. A segunda dimensão nos alerta para a leitura que o filme faz sobre o passado, capaz de criar uma consciência histórica que não necessariamente corresponde com a produção historiográfica (p.19). José Rivair Macedo (2009) afirma que “das duas dimensões referidas, facilmente se identifica a preferência de Ferro pela leitura histórica do filme” (p.20). Entretanto, acreditamos que os trabalhos que versam sobre os dois tipos têm relevâncias singulares, sem hierarquização e, inclusive, para a realização de um trabalho mais complexo e coerente, é imprescindível a elaboração das duas leituras numa mesma obra.

Vale ressaltar que um filme “histórico” (isto é, que tem alguma pretensão fugidia de ambientar outras temporalidades diferentes do seu contexto de produção) fala muito menos do período em que a trama é ambientada do que do período em que foi produzido. Macedo (2009) nos esclarece algumas dessas questões.

Vale a pena chamar atenção para um aspecto importante da análise dos filmes com temática histórica. Embora num primeiro momento o expectador considere que a época focalizada numa película tenha sido retratada a partir de uma referência erudita, isto é, a partir da consulta aos documentos históricos e aos trabalhos de pesquisa produzidos a respeito do passado, não é isto que ocorre na maior parte das vezes. Em geral, os filmes de recriação histórica, inclusive aqueles relativos ao

Medieval, baseiam-se em romances históricos – portanto, em obras literárias de ficção ambientadas no passado.⁶

Este é um ponto muito importante. Quem consome esses filmes lhes concedem um estatuto de verdade sem compreender que muitas vezes reproduzem estereótipos. Entendemos que as representações “não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é” (CHARTIER, 2010, p.51-2). Ou seja, ajudam a configurar e confirmar concepções acerca de um período histórico, de um grupo social ou de um indivíduo. Desta forma, assistindo a um filme ambientado em uma suposta Idade Média, por exemplo, as pessoas acreditam que aquilo é como realmente foi sem estabelecer uma crítica mínima ao que se está assistindo.

No Brasil, ainda há poucos trabalhos que se dedicam às articulações entre as medievalidades e os estudos historiográficos sobre o Idade Média, especialmente os que priorizam a perspectiva de gênero. Os estudos de gênero estão ainda associados, mesmo nos meios acadêmicos, aos movimentos feministas ou a grupos de homossexuais e lésbicas, e não são vistos como uma opção teórica (SILVA, 2004, p.105). Sendo assim, em desconsiderar essa vinculação, percebemos a necessidade de combinar essa abordagem na discussão de Cinema e Idade Média.

Entendemos gênero a partir da definição de Joan Scott quando diz que gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significados às relações de poder. (1988, p.86). Nesta perspectiva, a categoria gênero não é sinônima de sexo. Gênero ultrapassa a visão biológica-anatômico que classifica o indivíduo como macho ou fêmea. É, portanto, um saber e prática associados a maneira como o masculino e o feminino são construídos sócio-cultural e historicamente; são saberes que são estabelecidos historicamente em meio às relações de poder (SILVA, 2013, p.3). Scott ainda discorre que “‘homem’ e ‘mulher’ são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes” (1988, p.93). Nesta perspectiva, podemos pensar qualquer conceito, categoria ou noção como vazia (não é universal, é histórica) e transbordante (dialoga com outras categorias), articulando gênero com demais identidades, sejam elas étnicas, sexuais e/ou de classe.

⁶ MACEDO, José Rivair; MONGELLI, Lênia Márcia (Orgs.) **A Idade Média no Cinema**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, 2009, p. 25-6.

O Cinema é um espaço onde se constrói realidades e se discute questões, tais como, por exemplo, o gênero. Os filmes falam e ensinam sobre o que se propõem re(a)presentar, assumindo sentido de verdade; exerceram e exercem pedagogias da sexualidade sobre suas plateias (LOURO, 2008, p.82), causando identificações, rejeições, simpatias e/ou repúdios na relação construída entre o público e a produção cinematográfica; proliferam possibilidades de sujeitos, de práticas, de arranjos e [...] proliferam questões” (LOURO, 2008, p.94). Desta forma, é preciso analisar criticamente as possibilidades, os discursos e as questões produzidas pelo cinema, pois “há ‘linguagens’, práticas de linguagem e aparatos discursivos que produzem sentidos” (LAURETIS, 1984, p.117), disputando, parafraseando Guacira Lopes Louro (2008), posições de sujeitos, práticas sexuais e gênero como legítimas, normais, desviantes, patológicas, impróprias.

Os filmes “O Corcunda de Notre Dame”

Para a realização deste trabalho, foram escolhidas duas produções cinematográficas: *The Hunchback of Notre Dame* (1996) e *The Hunchback of* (1997). Ambos serão chamados ao longo do texto de “O Corcunda de Notre Dame”, já que esta é a tradução das duas obras para o português e em virtude de serem releituras de outra releitura: *Notre Dame de Paris* ou *O Corcunda de Notre Dame* (1831), de Victor Hugo.⁷

A primeira produção é uma animação americana da Walt Disney dirigida por Gary Trousdale e Kirk Wise com duração de 91 minutos. Voltada para o público infantil, arrecadou \$325,338,851 milhões em bilheterias ao redor do mundo.⁸ Já a segunda, com duração de 99 minutos, foi uma produção norte-americana, dirigida por Peter Medak, com roteiro de John Fasano e produção de Craig Baumgarten. Contou com a atuação de Salma Hayek (Esmeralda), Mandy Patinkin (Quasímodo), Richard Harris (Frollo), Benedick Blythe (Phoebus ou Febus) e Edward Atterton (Pierre Gringoire). A animação foi escolhida justamente pelo seu alcance e sucesso de bilheteria, o que demonstra ampla circulação (inclusive ainda hoje). O filme de 1997 foi escolhido justamente por ter sido lançado logo após o sucesso da produção infantil, ou seja, foram produzidos em um contexto histórico e cultural semelhante.

⁷ Autor do século XIX que produziu este clássico da literatura mundial explorando o passado com marcas românticas típicas de uma França “pós-revolucionária” que olha para o passado medieval como berço de sua civilização.

⁸ De acordo com o site <<http://www.boxofficemojo.com/movies/?id=hunchbackofnotredame.htm>>, acessado 21 de maio de 2016.



Figura 1 e 2: Capas da animação (1996) e do filme (1997), da esquerda para direita.

Antes de nos debruçarmos na análise das duas produções cinematográficas selecionadas do *O Corcunda de Notre Dame*, é preciso indicar alguns passos metodológicos: a) tanto o filme quanto a animação são facilmente encontrados para *download* no internet, assim como é possível assistir pelo YouTube: foi pelo YouTube que tivemos acesso ao nosso *corpus* documental; b) algumas cenas mais importantes são descritas e em seguida analisadas no texto; c) para o filme, utilizamos a legenda oficial em português e para a animação, e utilizamos a versão dublada; d) utilizamos a análise de discurso iconográfica-cinematográfica para a compreensão das produções.

O Corcunda de Notre Dame conta a história de Quasímodo, um homem corcunda e feio que foi criado como filho pelo juiz eclesiástico Claude Frollo da Catedral de Notre Dame e ambos se apaixonam pela mesma mulher, a cigana Esmeralda. A história, inspirada no romance de Victor Hugo, é ambientada em uma Paris Baixo Medieval, mais precisamente no ano de 1480. É dia de festa dos “Reis dos Tolos” ou “Festival dos Tolos”, quando se observa a inversão da ordem social como nos descreve Mikhail Bakhtin em “A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais”.⁹ Há um pequeno concurso para se eleger a pessoa mais feia para se tornar o rei do povo. É então que os parisienses têm o primeiro contato visual com o Quasímodo, já que a população sabia da sua existência por ele ser o sineiro da catedral. As pessoas se espantam com a sua feiura e, obviamente, ele é eleito o mais feio de Paris, dando início à celebração,

⁹ Ver BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi. São Paulo: HUCITEC; Brasília: EdUNB, 1993, 419p.

em que a população ri e festeja. Em seguida, começam a ofendê-lo e atiram-no frutas e legumes, que só é interrompida pela cigana Esmeralda.



Figuras 3 e 4: A alegria de Quasímodo em ser o Rei dos Tolos antes de lhe arremessarem frutas e legumes.

A partir de então é que as tramas tomam caminhos diferentes. As narrativas da animação e do filme diferem quanto à relação do juiz eclesiástico com a festa, a comunidade e o rei, assim como a atuação de Quasímodo e dos personagens que se relacionam com Esmeralda (Febus na primeira e Gringoire na segunda). Entretanto, não é o nosso objetivo aqui comparar estes aspectos das narrativas muito menos compreender a construção de cada um desses personagens de forma mais profunda. Além disso, existem diversas questões que podem ser discutidas à luz do filme, como, por exemplo, a “transição” do mundo “medieval” para o “moderno”, a relação da Igreja com a realeza, os conflitos internos da Igreja, o espetáculo do “Festival dos Tolos” e os debates sobre o riso, o grotesco, a inversão da ordem social, dentre outros. O nosso interesse se encerra justamente nos pontos que as duas obras possuem em comum: a moralização do sexo e a

representação da personagem Esmeralda, suas falas, atitudes, expressões e suas relações com os demais personagens, ou seja, o seu papel na trama. Por isso, será necessário descrever algumas cenas para em seguida explicá-las.

Esmeralda e algumas caracterizações: mulher, bela, bruxa, cigana e fonte do pecado

Na animação, o cavaleiro Febus se incomoda com a humilhação que Quasímodo está sofrendo e pede ao Dom Frollo para intervir, mas é Esmeralda que, num ato de coragem, sobe à roda para interromper o espetáculo. Frollo a ordena parar e dando continuidade ao ato ela desafia o juiz eclesiástico e liberta Quasímodo. Sua postura é ainda política quando afirma que Frollo “maltrata este pobre rapaz como maltrata o meu povo”. Frollo hesita e Esmeralda grita “Justiça!”. O espanto toma conta do ambiente e a trilha sonora colabora na construção da cena de tensão. Pela atitude da cigana, o juiz eclesiástico ordena que Febus a prenda. Em sua condição de autoridade eclesiástica e homem, ele não poderia aceitar uma ofensa pública de uma mulher, cigana e pobre.



Figura 5: Momento em que Esmeralda desobedece às ordens de Dom Frollo e se prepara para libertar Quasímodo da humilhação.

É então que a personagem “atua” como se fosse uma mulher indefesa e encurralada e, usando um truque de mágica, some e reaparece distante dos guardas que vão a sua direção. No mesmo momento, Frollo a acusa de feitiçaria e no auge do espetáculo de sua fuga, Febus diz: “Que mulher!”. Só neste pequeno trecho já podemos destacar algumas questões: por que Esmeralda é acusada de feitiçaria? Por que a personagem passa a ser taxada de bruxa a partir de então? Como a bruxa e a feitiçaria eram vistas no período em que a história se passaria? Por que Febus se encanta e se apaixona por Esmeralda? Por que tanto ódio por parte de Claude Frollo?

Já no filme, Esmeralda dança para o “rei dos Tolos” em frente à Catedral de Notre Dame. Incomodado com a festa e, sobretudo, com a dança da cigana, Dom Frollo vai para

a rua ordenar o fim dos festejos e a exposição de Quasímodo. Em outra cena, Dom Frollo vai ao encontro de Esmeralda e diz que teria ouvido a música e a viu dançar. Esmeralda então pergunta o que ele quer dela e então percebemos em sua atuação e discurso a contradição, o pecado e o desejo. Vejamos:

Esmeralda: O que você quer de mim?

Frollo: As linhas do seu corpo acompanhando a música despertaram sentimentos há muito adormecidos em mim. **Sentimentos que eu acredito ter purgado do meu corpo.** Sentimentos de amor, amor físico. **Desejos indignos.** Eu não consegui trabalhar. Foi quando ocorreu em que você era um anjo. **É um anjo. Mas não um anjo de luz, um anjo sombrio mandado pelo inferno para destruir-me.** Destruir-me quando estou sendo mais diretamente desafiado. Tentei tirá-la da minha mente. Tentei fazer a vontade de Deus, mas a sua imagem está gravada no interior de minhas pálpebras como se eu tivesse olhado muito tempo para o Sol. **Foi quando eu resolvi que devo tê-la ou devo livrar-me de você.**¹⁰ (Grifos nossos)

A perturbação de Frollo com a dança da cigana Esmeralda é muito enfatizada nas duas produções. O clérigo (religioso e celibatário) se vê perturbado e confuso por sentir-se atraído pela cigana (luxuriosa e perigosa). Esta teria seduzido e desviado aquele através de sua dança. Na sua condição de sacerdote, jamais poderia cair em pecado carnal. Esses “desejos indignos” só puderam ser acionados mais uma vez por ela ser um “anjo sombrio”. Como veremos abaixo, ele se diz “um homem justo e bom” e quando reconhece o seu pecado, sua primeira atitude é a penitência (autoflagelação) e, na sequência, transformá-la em culpada de um assassinato praticado por ele para, enfim, tê-la ou matá-la. Quando afirma “devo tê-la ou devo livrar-me de você”, nos ajuda a caminhar para as nossas respostas: Esmeralda, ou melhor, a “mulher” (vista em uma singularidade universalizante), é colocada como fonte do pecado; da mesma forma, o “homem” deve lutar contra este desejo e, caso não consiga, é necessário utilizar da violência – física ou psicológica – para não cair em tentação.

Vejamos uma outra cena emblemática da animação que muito contribui para a nossa reflexão. É a cena em que Frollo está em frente à lareira e, através de uma canção, narra o seu desejo pela cigana. Vamos ao “Fogo do Inferno”:

Beata Maria
Eu sou um homem justo e bom
 E por isso posso me orgulhar

¹⁰ Texto da dublagem oficial do filme no Brasil.

Beata Maria
Sei que é mais puro o meu dom
Do que a plebe fraca e tão vulgar

Me diga, Maria
Por que eu a vi dançar?
Por que seu olhar me incendiou?

Eu sinto e vejo
Os seus cabelos a brilhar
Foi essa chama que me abrasou

Qual fogo do inferno
Tal fogo arde em mim
Desejo eterno
Do mal é o estopim

Não é a mim
A quem culpar
Foi a cigana, a bruxa a me enfeitiçar
Não foi por mim
Que afinal
Deus fez o homem bem mais fraco do que o mal

Me salve, Maria
Não deixe que ela lance mão
Do mal que me consome em seu ardor
Destrua Esmeralda
Que ela queime em aflição
Ou seja meu, só meu o seu amor

Cigana do inferno
Você vai escolher
Meu beijo tão terno
Ou no inferno arder

Piedade dela
Piedade de mim

Mas minha será
Ou vai arder¹¹ (Grifos nosso)

¹¹ Letra da canção “Fogo do Inferno” disponível em: < <https://www.vagalume.com.br/disney/o-corcunda-de-notre-dame-fogo-do-inferno.html>>.



Figuras 6 e 7: Cenas do Fogo do Inferno. Na primeira, Esmeralda aparece no fogo que, na outra, domina e envolve Dom Frolo.

A associação de Esmeralda como bruxa por Claude Frolo é recorrente ao longo das duas produções. Sua capacidade de sedução é oriunda da feitiçaria¹² (“Não é a mim a quem culpar. Foi a cigana, a bruxa a me enfeitiçar”). Uma bruxa não era apenas uma pessoa que realizava magia prejudicial, mas também aquela que tivesse feito pacto com o Diabo (LEVACK, 1998, p.8). Seguindo esta perspectiva, Frolo associa Esmeralda a um “anjo sombrio” – mesmo que seduzir o eclesiástico não tenha sido a intenção da cigana em nenhuma das narrativas – e sua paixão como “fogo do inferno”, como algo maligno, demoníaco.

No artigo *Do pecado ao gênero da confissão religiosa: algumas reflexões sobre as concepções de pessoa na legislação afonsina, século XIII*,¹³ Marcelo Pereira Lima analisa as (des)conexões entre “pecado” e “crime” em algumas versões da Primeira Partida – das *Site Partidas* – e do *Setenario* e chama atenção para a forma como o gênero atravessa e é atravessado nessas legislações castelo-leonesas do século XIII, sobretudo

¹² O termo “feitiçaria”, em praticamente em diversos contextos, denota a prática de magia através de algum processo mecânico e manipulável. Ver: LEVACK, Brian P. *A Caça às Bruxas na Europa Moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

¹³ LIMA, Marcelo Pereira. Do pecado ao gênero da confissão religiosa: algumas reflexões sobre as concepções de pessoa na legislação afonsina, século XIII. *Signum*, v. 11, n.1. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistasignum/index.php/revistasignumn11/article/view/11>. Acesso em 11 de agosto de 2016.

acerca das estilizações do ritual de confissão religiosa. Nessas legislações, elaborou-se um discurso assimétrico bastante complexo sobre a concepção de pessoa pecadora. O autor chega a destacar trechos da Primeira Partida que associam partes do corpo feminino à chama do fogo. Segundo Marcelo Lima (2010), nos escritos afonsinos “a maior preocupação estava no perigo exposto à vontade dos homens em geral, mas, sobretudo, também no ‘risco’ iminente dos confessores dedicados ao contato com o corpo feminino” (p.261). Ou seja, embora não trabalhe com a mídia contemporânea e o contexto supostamente francês, o ator aponta a lógica de que o corpo feminino por vezes era visto como transmissor do pecado, e o contato e proximidade dos clérigos com as mulheres deveriam ser restringidos durante as confissões para que não caíssem em pecado. Guardadas as devidas proporções históricas, Dom Frollo foi um clérigo que ousou se aproximar do fogo, se queimou (não tanto quanto queria) e caiu em pecado. Entretanto, para ele, a culpada foi Esmeralda.

Dom Frollo é claramente um clérigo apaixonado por Esmeralda e esta paixão é tratada como um pecado. É possível perceber, tanto na animação quanto no filme, o conflito interno que este personagem sofre. Entretanto, no filme este conflito aparece de forma mais explícita e na animação a obsessão fica mais no plano dicotômico do bem contra o mal do que numa relação violenta, insana, criminosa e hierárquica entre um homem e uma mulher. O desejo sexual é associado ao mal, ao “fogo do inferno”, e a culpa de tudo isso deveria recair no feminino, portanto, em Esmeralda, ou seja, o pecado se manifesta no clérigo e é provocado voluntaria ou involuntariamente pelo corpo feminino.

As duas produções cinematográficas não reproduzem sem ressalva ou crítica a imagem da mulher como fonte do pecado. Não refletem explicitamente a problemática como fazem com a visão preconceituosa em relação aos ciganos (por consequência, os marginalizados, oprimidos e/ou minorias). Mesmo sendo uma personagem ativa, Esmeralda ainda é uma personagem sexualizada (e muito!). No filme, os olhares e movimentos sensuais durante a dança e nos diálogos (“Por que seu olhar me incendiou? / Eu sinto e vejo seus cabelos a brilhar”) ajudam, mesmo que contraditoriamente, a reforçar a ideia do feminino dentro de uma dimensão sedutora, o que por fim justificaria o despertar do desejo sexual (“Desejo eterno”) e as atitudes consideradas quase involuntárias tomadas pelo clérigo.



Figuras 8 e 9: Cenas de Esmeralda dançando na coroação de Quasímodo como “rei dos Tolos”.

Em muitos casos, sobretudo para monges e clérigos, as mulheres representavam perigo na sociedade medieval.¹⁴ A condição do celibato frequentemente era vista como um impedimento – ao menos nos discursos e algumas práticas sociais – de praticar seus desejos sexuais. É necessário, então, que as mulheres fossem sempre discretas e a Igreja vai se empenhar ao longo da Idade Média em reforçar a ideia de feminino enquanto fonte do pecado, sedução e luxúria.¹⁵ Ainda no período da Baixa Idade Média, simples feitiços de cura, poções de amor, rituais de fertilidade e adivinhações básicas eram agora conceituadas como inerentemente diabólicas e feminilizadas. Teólogos da Universidade de Paris emitiram em 1398 uma lista de 28 artigos condenando a feitiçaria, adivinhação

¹⁴Sobre os discursos sobre as figuras femininas em escritos jurídicos castelo-leonês do século XIII, ver: LIMA, Marcelo Pereira. Do pecado ao gênero da confissão religiosa: algumas reflexões sobre as concepções de pessoa na legislação afonsina, século XIII. *Signum*, v. 11, p. 236-266, 2010.

¹⁵ Ver: MACEDO, José Rivair. Representações e modelos femininos. In: _____. *A mulher na Idade Média*. 5ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002, p.65 a 84.

e superstição (DEANE, 2011, p.204), pois os feiticeiros eram vistos como agentes ameaçadores da exclusividade da relação com o sagrado ministrado pelos dos clérigos.¹⁶

As ideias sobre magia, sua relação com a heresia e o perigo que representava para o mundo cristão mudaram drasticamente na Baixa Idade Média e estas crescentes preocupações estabeleceram uma base eclesiástica, legal e psicológica que levou aos julgamentos de bruxas nos séculos XVI e XVII. (p.185). Já no final do século XIV, as mulheres eram uma clara maioria dos acusados de feitiçaria; na primeira metade do século XV, as mulheres representam quase 70 por cento dos acusados. (DEANE, 2011, p.206), o que nos diz alguma coisa à luz do gênero. As acusações de magia e bruxaria ecoaram em outros tipos de hereges durante a Baixa Idade Média; em ambos os casos, o problema não era tanto o que a pessoa fazia, mas o que ele ou ela era (DEANE, 2011, p.187). Não podemos pensar em “classe”, estamento ou grupo social, raça/etnia, gênero e/ou sexualidade de forma isolada. Devemos pensar de forma relacional. É indispensável perceber que uma está inscrita no interior da outra; é constituída pela outra e constituinte da outra (LOURO, 1997, p.54).

Para o nosso caso, a acusação e perseguição à Esmeralda se intensificaram pelo fato dela ser cigana e ter despertado desejo em Claude Frollo. No discurso auto-referido, ele era um homem bom e justo que foi enfeitiçado por ela na animação e um homem de Deus, compenetrado e rígido que foi perturbado no filme. Apesar das exceções, num mundo marcadamente misógino, o problema não recairia sobre o homem ou o masculino, mas sim sobre a mulher ou o feminino. O ódio e repulsa que Frollo sentia dos ciganos pela sua “deslealdade pagã” (apesar de Esmeralda ser cristã na trama – faz sinal da cruz na Igreja e aclama por Deus para ajudar seu povo) é inflamada pelo fato de Esmeralda ser uma mulher e ainda mais uma mulher que não aceita suas imposições. Para ele, isso quebra as condições consideradas normais das coisas. Isso balança a hierarquia entre homens e mulheres.

¹⁶ Sobre os temas da feitiçaria e bruxaria na Idade Média, ver: BASCHET, Jérôme. A Igreja, instituição dominante do feudalismo. In: _____. **A Civilização feudal. Do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006, p.167-246; BARROS, José D'Assunção. Heresias na Idade Média. Considerações sobre as fontes e discussão historiográfica. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010, 44p. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf5/texto1.pdf>>; DEANE, Jennifer Kolpacoff. **A History of Medieval Heresy and Inquisition**. Rowman & Littlefield Publishers, 2011, 328p; LEVACK, Brian P. **A Caça às Bruxas na Europa Moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1998, 273 p.

Na animação, Esmeralda é procurada para ser condenada à morte pelo episódio da Festa dos Tolos. É Febus, o guarda real que trabalha para Frollo, que a vê entrando na Igreja e a segue. Já encantado pela sua beleza, o guarda a surpreende e tem início uma pequena briga entre os dois. Eis aqui um trecho do diálogo:

Febus: Luta quase tão bem quanto um homem.

Esmeralda: Iria dizer o mesmo sobre você.

No filme, Gringoire se apaixona por Esmeralda exclusivamente pela sua beleza e sensualidade. Na animação, Febus se encanta pela sua coragem, habilidades e beleza. Entretanto, para ele, há uma incompatibilidade no fato de Esmeralda ser bela, astuta e ainda saber empunhar uma espada. Explicando: Esmeralda era feminina demais para possuir uma característica tão masculina e viril, que era a da luta com espada. Este personagem tem uma concepção sobre o que é o feminino e que a animação ajuda a reforçar ou, até certo ponto, a questionar (o que é e o que pode ser masculino e feminino?!). Não que não houvesse mulheres que aprenderam a empunhar espadas e outras armas durante a Idade Média, mas esta discussão e crítica (em outras palavras, qual o problema em Esmeralda saber usar uma espada?) é muito mais uma preocupação contemporânea do que medieval. Por outro lado, a personagem Esmeralda também possui uma concepção sobre o que é o masculino. Ainda que Febus atenda aos estereótipos masculinos e inclusive se encaixe na ideia de homem que Esmeralda possui, ela o responde sarcasticamente a fim de incomodar e inferiorizar Febus: ele lutaria quase como um homem; seria menos homem entre os homens. Esmeralda, quando diz o que não diz, reafirma uma visão estereotipada (masculinizada) do que é ser homem: saber lutar e empunhar uma espada.

Quando Esmeralda é capturada por Frollo e seus guardas na animação, ela é condenada ao crime de bruxaria. Entretanto, ela ainda tem uma última chance: escolher o fogo ou escolher o clérigo. Em uma atitude de resistência por não aceitar se submeter a ele e aos seus desejos sexuais, demonstrando o controle que a personagem tinha sobre o seu corpo e sua vida, ela cospe em Dom Frollo. No filme, Esmeralda é presa e torturada com o objetivo de que confessasse o crime que não cometeu (ter matado o Ministro). A suspeita de Esmeralda como autora da morte do Ministro é plantada por Dom Frollo, por matá-lo com a faca da cigana. Esta foi a alternativa encontrada pelo clérigo para livrar-se de Esmeralda, já que não poderia tê-la. Como não cede à pressão psicológica do clérigo,

o destino de Esmeralda é justamente a fogueira. As figuras do carrasco ou dos guardas reais são constantemente acionadas nas cenas de cumprimento de penas (Quasímodo) ou de tentativa de execução (Esmeralda), indo relativamente de acordo com o que a historiografia ou o senso comum tem tido sobre o assunto: as execuções eram realizadas por oficiais dos governos seculares locais, mas com o consentimento da Igreja.¹⁷



Figura 10: Dom Frollo interroga e pressiona Esmeralda. Deve escolher entre ele e o fogo.

Ainda que muitas das acusações de bruxaria procedessem de cima (de autoridades e juízes), a detenção e o julgamento de bruxas requeriam o apoio da comunidade. Mantendo o compasso da produção historiográfica, no filme Esmeralda não é condenada. Ciganos e ciganas, juntos com Gringoire, se reúnem em praça pública para afirmar que Esmeralda não havia matado o Ministro do Rei. Em paralelo, Quasímodo consegue fazer com que Dom Frollo confesse o crime que cometeu e então Esmeralda é absolvida.

Considerações finais

Na Baixa Idade Média (XIV-XVI), as autoridades eclesiásticas lançaram mão de uma tríade feminina que foi o modelo móvel, mas básico para converter e salvar as mulheres: Eva (a pecadora), Maria (a Virgem) e Maria Madalena (a pecadora arrependida) (VENTORIM, 2005, p.194). Esmeralda não se enquadra em nenhuma destes referenciais estereotipados no medievo aqui e ali. As duas produções cinematográficas são importantes meios para pensar as idealizações dos papéis sociais e das mulheres na Idade Média e para além dela. Além disso, elas imprimem, mesmo que de forma limitada, ações atribuídas aos sujeitos femininos, sobretudo na animação da Disney.

¹⁷ Ver: DEANE, Jennifer Kolpacoff. Lawyer Popes, Mendicant Preachers, and New Inquisitorial Procedures. In: _____. **A History of Medieval Heresy and Inquisition**. Rowman & Littlefield Publishers, 2011, p.87-122.

Apesar na manutenção de visões tradicionais, a Esmeralda da Disney dialoga muito mais com os discursos limitada e relativamente “feministas” da sua época que a do filme. Para um público infantil dos anos 1990, o fato dela ter enfrentado o juiz eclesiástico e ter sido corajosa por ajudar Quasímodo faria muito mais sentido para a trama. A Esmeralda da animação é muito mais transgressora e contemporânea do que a Esmeralda interpretada por Salma Hayek. Além disso, tenta demonstrar ao longo da narrativa que as minorias, no caso os ciganos (vistos como bloco homogêneo), devem ser incluídos na sociedade. A moral que se transmitiria para as crianças é uma moral não necessariamente cristã e corresponde muito mais às discussões contemporâneas do que as da própria Idade Média. No período medieval, os ciganos, assim como outros grupos marginalizados, eram silenciados e combatidos, porque o nomadismo e seus hábitos poderiam romper com o *status quo* vigente e ia contra aos desígnios de certas autoridades que representavam a ortodoxia cristã.

Até certo ponto, as produções do *O Corcunda de Notre Dame* nos anos 1990 só podem (re)apresentar mulheres (sejam medievais ou contemporâneas) como agentes aparentemente ativos da (sua) História por conta das mudanças provenientes das lutas femininas e feministas nos campos sociais e políticos desde o século XIX, mas, sobretudo, a partir dos anos 1960 (LOURO, 2003, p.15). Ou seja, o que parece é que estas Esmeraldas – em particular a da Disney – só foram possíveis de existir por conta das reivindicações e lutas sociais existentes no período que acabaram pressionando a indústria cinematográfica (que não deixam de construir e (re)produzir estereótipos). Entretanto, vale ressaltar que a produção, direção e adaptação do roteiro são compostas por pessoas, muitos deles homens e mulheres, e isso nos faz pensar em duas hipóteses ainda não investigadas por nós: a) que ainda nos anos 1990 as mulheres não ocupam diversos espaços a ponto de reescreverem com cunho mais progressista, com maior liberdade e participação o roteiro de uma grande adaptação cinematográfica; b) que o protagonismo da Esmeralda nas adaptações cinematográficas dos anos 1990 rompe com algumas visões mais tradicionais sobre o papel da mulher na sociedade medieval e contemporânea, entretanto ainda se prende a alguns estereótipos.

Como os clássicos do Cinema são constantemente regravados e filmes ambientados em qualquer Idade Média estão “na moda”, eles ainda fazem sentido aos espectadores e vendem bastante. É possível que encontremos uma outra Esmeralda muito mais ativa, independente, enfim, protagonista. A questão é: será que o Cinema norte-

americano produzirá uma Esmeralda sem apelo ao seu corpo, ou seja, no mínimo, menos sexualizada, possuindo outros atributos de outros passados medievais ou contemporâneos?

Referência:

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, 77p.

DEANE, Jennifer Kolpacoff. **A History of Medieval Heresy and Inquisition**. Rowman & Littlefield Publishers, 2011, 328p.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média. Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006, 205p.

LAURETIS, Teresa de. Através do Espelho. Mulher, Cinema e Linguagem. Tradução de Vera Pereira. **Revista Estudos Feministas**. Ano 1, 1º semestre, 1993, p.96-122.

LIMA, Marcelo Pereira. Do pecado ao gênero da confissão religiosa: algumas reflexões sobre as concepções de pessoa na legislação afonsina, século XIII. **Revista Signum**, v. 11, p. 236-266, 2010.

LEVACK, Brian P. **A Caça às Bruxas na Europa Moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1998, 273 p.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do “gênero”. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p.14-36.

_____. Gênero, sexualidade e poder. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p.37- 56.

_____. Cinema e Sexualidade. **Educação e Realidade**. v. 33, 2008, p. 81-97.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002, 108p.

MACEDO, José Rivair; MONGELLI, Lênia Márcia (Orgs.) **A Idade Média no Cinema**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, 2009, 268p.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. O Corcunda de Notre-Dame: grotesco, sublime e deficiência na Idade Média. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 1, 2009, p.199-210.

SILVA, Andreia C. L. Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003). **Caderno Espaço Feminino**, v. 11, n. 14, Jan./Jul. 2004, p.87-107.

SILVA, Andreia C. L. Gênero e santidade: reflexões a partir das tradições relacionadas à Santa Engracia de Braga. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2013, 10p.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

TILLY, Louisie A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas: UNICAMP, 3, 1994, p.29-62.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiências e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu** (3), 1994, p.63-84.

VENTORIM, Eliane. **Misoginia e Santidade na Baixa Idade Média:** os três modelos femininos no Livro das Maravilhas (1289) de Ramon Llull. Revista Mirábilia, 2005, p.193-211.

WEIMER, Yule de Campos; LIMA, Diego Baraldi de. **Sagrado, Profano, Grotesco, Sublime:** Relações entre o Livro “Notre Dame de Paris” e a Adaptação Cinematográfica “O Corcunda de Notre Dame”. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; Rio de Janeiro, 2015, 15p.

BARBÁRIE DA CULTURA E CULTURA DA BARBÁRIE: BREVE ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA E O PODER A PARTIR DA PERSPECTIVA DE WALTER BENJAMIN

João Luis Pereira Ourique¹
Universidade Federal de Pelotas

Resumo: O trabalho pretende discutir sobre a violência e o poder considerando os escritos de Walter Benjamin, em especial o ensaio de 1920, *Zur Kritik der Gewalt* (Para uma crítica da violência), ao abordar problemas que mantêm uma visão positiva da guerra e as suas consequências para a formação cultural. Conceitos como o *direito natural* e o *direito positivo*, presentes na reflexão benjaminiana, possibilitam um entendimento de que a violência é legitimada em sua contradição e sustentada em elementos históricos e psicológicos.

Palavras-chave: crítica - violência - poder - formação cultural - guerra

Abstract: This paper intends to discussion about the violence e power considering the writings by Walter Benjamin, specially the essay of 1920s, *Zur Kritik der Gewalt* (Critique of violence). It approaches problems that keep a positive view of the war and its consequences into the cultural formation. Concepts such as *natural law* e *positive law* are presents in the Benjaminian's reflexion and possibility an understanding that the violence is legitimated in your contradiction and sustained in historical and psychological elements.

Keywords: critique - violence - power - cultural formation – war

A percepção de Walter Benjamin sobre a violência se constitui em um aspecto dos seus estudos ainda não esgotado e, não raras vezes, explorado de forma fragmentada. Essa afirmação não se traduz como uma forma de depreciação ao que foi escrito com base na reflexão benjaminiana e nem sobre a totalidade dessas produções, apenas evidencia que também existe uma preocupação muito frequente em adequar um sentido mais amplo sobre o tema em Benjamin e não em pensar a partir dele. A necessidade de mudança de paradigma para buscar compreender – ainda que parcialmente – os conceitos e ideias benjaminianas é elemento imprescindível, sob pena de simplesmente ocorrer uma adaptação aos modelos existentes. Um exemplo dessa situação pode ser percebida na aproximação de fragmentos das teses *Sobre o conceito*

¹ Professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, líder do Grupo de Pesquisa CNPq ÍCARO (UFPel) e pesquisador dos Grupos de Pesquisa CNPq Literatura e Autoritarismo (UFSM) e Formação Cultural, Hermenêutica e Educação UFSM).

de história: “E esse inimigo não tem cessado de vencer”, pois “Nunca houve um monumento à cultura que não fosse também um monumento à barbárie” evidenciando que “A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral” (1985, p. 225-226).

A crítica presente nesses escritos é mais impactante quando confrontada a necessidade de assimilar um sentimento de perda sobre a cultura somado ao da aceitação de suas incongruências. Redimensionar a noção de cultura e incluir nela a ideia de barbárie não é tão somente olhar para um passado de forma diferente, mas inserir um novo leitor nesse passado que não veja a si como redentor dos vencidos ou defensor dos vencedores. Nesse sentido, Benjamin procura reencontrar as ideias que movimentam os indivíduos na construção da sociedade em seus aspectos mais pragmáticos que operam a partir de mecanismos de sobrevivência e de sua permanência em outras instâncias históricas e culturais. Como observador privilegiado da história, a ele é possível desconstruir o discurso das ideias opressoras de dentro, apresentando argumentos tão simples quanto difíceis de serem construídos – e aceitos – por uma lógica calcada na violência como basilar da própria noção de civilização.

Em *Teorias do fascismo alemão*, Benjamin confronta o entendimento de que a guerra é o motor do desenvolvimento tecnológico não apenas no seu aspecto moral, mas na direção da falta de um amadurecimento da própria sociedade que justifica a guerra para avançar e desenvolver-se tecnicamente. Enfatiza, nessa linha de raciocínio, que “Sem querer diminuir a importância das causas econômicas da guerra, pode-se afirmar que a guerra imperialista, em seu aspecto mais duro e mais funesto, é determinada também pela enorme discrepância entre os gigantescos meios tecnológicos por um lado e um mínimo conhecimento moral desses meios, por outro lado” (1986, p. 130). Ao partir dessa noção mais basilar, é possível adentrar no universo simbólico e observar a apropriação de princípios que não podem – em uma primeira instância – serem contestados, antes serem incorporados ao argumento contrário. É o que ocorre com Ernst Jünger² que se apropria de um dos princípios do pacifismo, corrompendo o

2 Walter Benjamin parte da frase de Ernst Jünger "o século em que se luta, por que idéias e com que armas são coisas secundárias" (1986, p. 130) para suas considerações, elaborando, na sequência, uma crítica mais contundente ao que afirma ser um “fanatismo juvenil que desemboca num culto, numa apoteose da guerra, cujos profetas são sobretudo von Schramm e Günther. Essa nova teoria da guerra, que traz escrita na testa sua origem a partir do mais furioso decadentismo, nada mais é que uma transposição irrefreada das teses do l'art peur l'art para a guerra. Mas se essa doutrina, em seu solo de origem, já tendia a tomar-se um escárnio na boca de adeptos medíocres, as suas perspectivas nessa nova fase são vergonhosas. Imaginemos um combatente da batalha do Mame ou um daqueles que estavam no cerco de

sentido primeiro, apresentando “um arraigado misticismo perverso, segundo todos os critérios de um pensamento viril. O seu misticismo da guerra e o ideal estereotipado do pacifismo se equivalem” (BENJAMIN, 1986, p. 130).

Se, por um lado, parece mais fácil para um intelectual consciente da violência histórica discutir essas contradições, tal postura fica ainda mais problemática quando confrontada com o próprio paradigma de reflexão. No ensaio *Melancolia de esquerda* Benjamin aborda a acomodação em razão da insuficiência de argumentos, da própria falta de aceitação da incompletude e da necessidade de pensar criticamente sem a dependência de conceitos dominantes. “Nunca ninguém se acomodou tão à vontade numa situação tão incômoda. Em suma, esse radicalismo de esquerda é uma postura à qual não corresponde mais ação política nenhuma. Ele não está à esquerda desta ou daquela tendência, mas simplesmente à esquerda de toda e qualquer possibilidade”. (1986, p. 139).

As duas tendências – de apologia à guerra e da acomodação da crítica de esquerda – se somam, dentro do entendimento benjaminiano, para operar na direção contrária ao desenvolvimento humano (do que se entende por humanização como ideal). Tal consideração encontra amparo nas suas palavras sobre o ativismo:

Em suma, podemos supor, como Lichtenberg, que os cachorros, as vespas e os marimbondos, se fossem dotados de razão humana, talvez pudessem se apoderar do mundo; os intelectuais, apesar de serem dotados dessa razão, são incapazes de fazê-lo. Eles podem apenas trabalhar no sentido de que o poder chegue às mãos daqueles que façam desaparecer, o mais rapidamente possível, aquela espécie singular de seres humanos, que nada mais são do que um estigma no corpo comunitário abandonado pelo espírito. (1986, p. 143).

Com isso, uma espécie de irracionalismo legitimado por conceitos inquestionáveis – por operarem com argumentos que se tornaram lógicos e aceitos pela coletividade apesar de suas contradições básicas – domina o meio social, o espaço de conduta coletiva que não precisa mais pensar por si mesma, apenas seguir o curso do rio caudaloso da opressão ao outro como autopreservação.

Verdun lendo frases como estas; "Conduzimos a guerra segundo princípios impuros." "A luta real, homem contra homem, tropa contra tropa, tomou-se cada vez mais rara." "Muitas vezes, os oficiais da linha de frente conduziam a guerra sem estilo." "Com a incorporação das massas, do sangue inferior, da mentalidade prática burguesa, em suma, do homem comum, sobretudo dentro do quadro dos oficiais e suboficiais, foram aniquilados cada vez mais os elementos eternamente aristocráticos do ofício militar" (1986, p. 131).

Na transição para uma abordagem mais pontual de Walter Benjamin sobre a violência é importante mencionar ainda dois momentos: o primeiro percebido a partir dos fragmentos de *Movimento social* e o segundo decorrente da sua correspondência com Gretel Adorno sobre os seus temores e angústias no período do entre-guerras. É possível, na tentativa de apresentar o panorama que Benjamin construiu sobre a sociedade europeia, perceber diversas visões, articulações que visam desestruturar o discurso distanciado, como base para um pensamento ágil e que necessita de fragmentos para o seu mosaico crítico.

Na passagem em que comenta a Insurreição de Junho, Benjamin cita que “Sobre as portas de muitas lojas fechadas os insurgentes escreviam: 'Repeito à propriedade! Morte aos ladrões!' Muitas bandeiras nas barricadas traziam a inscrição: 'Pão e Trabalho!'. Na Rue Saint-Martin, no primeiro dia, uma joalheria permaneceu aberta sem que houvesse qualquer ameaça contra ela, enquanto alguns passos adiante uma loja que tinha um depósito de ferro-velho foi saqueada...” (2006, p. 743).

Percebe-se aqui que Benjamin não apenas elabora o discurso a partir das contradições, mas também é capaz de operar com um entendimento diferente sobre a expectativa da notícia e do registro. Saquear uma joalheria pode ser visto como parte da lógica do momento, por isso a menção com o destaque, especialmente pelo fato de um ferro-velho não ter tido a mesma sorte. No entanto, questiona-se se a surpresa ocorre pelo respeito ao dono da joalheria - devido ao poder que ele exerce e que em um futuro próximo pode resultar em revanche ou responsabilização maior do que o proprietário do ferro-velho - ou à expectativa daquele que está em uma condição mais privilegiada e vê um responsável mais direto pela desigualdade. Essa postura pode ser observada a partir da atitude política de pequenos proprietários de terra no Brasil que são contra a reforma agrária por temerem perder suas terras. Acabam apoiando a estrutura desigual a que estão submetidos, que é a mantida pelos grandes latifundiários.

Trabalhar mais e mais. A resposta parece sempre ser esta para as elites, para os detentores dos meios de produção, especialmente no contexto histórico destacado por Benjamin: o da primeira metade do século XIX³. E as classes desfavorecidas acabam por

3 A citação que Benjamin faz do texto de Charles Nisard, de 1867, enfatiza essa visão que até hoje encontra eco na política e na sociedade: “Houve um tempo, que ainda não está muito distante, em que fazendo um elogio pomposo e patético do trabalho, não se deixava de insinuar ao operário que o trabalho do qual ele tirava sua subsistência não era obra de sua vontade, mas, antes, um imposto cobrado dele por certas pessoas que engordavam com seu suor... É o que se chamava a exploração do homem pelo homem. Algo dessa doutrina mentirosa e sinistra restou nas canções de ruas.... Fala-se sempre do trabalho com

acrescentar um turno de trabalho que expõe ainda mais a necessidade dos oprimidos na luta pela sobrevivência. É o caso de “Muitas jovens ... das manufaturas frequentemente abandonam a oficina às seis horas da tarde, em vez de saírem às oito, e vão percorrer as ruas na esperança de encontrar algum estranho, a que, provocam com uma espécie de embaraço tímido. - É isso que nas fábricas costuma-se chamar de fazer o quinto quarto de jornada.” (2006. p. 747). A miséria que toma conta da sociedade e molda os comportamentos, ainda que os valores pareçam permanecer intocáveis (a contradição evidente diante de olhos míopes), traz à tona uma ironia impactante: “Os princípios da filantropia encontram uma formulação clássica em Buret: 'Como a humanidade e mesmo a decência não permitem que seres humanos morram como animais, não se pode recusar a esmola de um caixão.’” (p. 747-748). Essas citações amparam a violência da miséria humana, sendo também um cenário histórico que se arrasta e reelabora a noção do exercício do poder.

A correspondência com Gretel Adorno é muito significativa por apresentar um percurso da vida privada e das atividades laborais, bem como sinais das insatisfações e problemas enfrentados durante a década de 1930. Em uma carta datada de 29 de março de 1933, Gretel Adorno pede notícias do amigo Detlef, um dos pseudônimos que Benjamin utilizava em muitos textos, incluindo um de seus livros: *Personagens alemães*. Gretel enfatiza sua preocupação em decorrência do atual contexto político: “estoy muy preocupada por él, y como seguramente usted le debe haber hablado, no conocía a mejor persona que pudiera decirme cómo está realmente, y qué perspectivas tiene por el momento”.⁴ (2011, p. 35). Essa preocupação decorre da carta que Benjamin escreveu a Gershom Scholem: “Dudo que ya hayas hablado com gente que salió de Alemania después del 15 de marzo. Por carta, solo podrías estar informado através de individuos especialmente audaces. Porque puede ser muy peligroso escribir desde allí sin un camuflaje cuidadoso. Estando em posesión de la libertad, puedo expresarme claramente pero sin extenderme. Es menos el terror individual que la situación cultural general lo que podría dar una idea de este momento”⁵ (2011, p. 35). Em 20 de abril de

respeito, mas esse respeito tem um quê de forçado, de disparatado.... No entanto, é verdade que essa maneira de encarar o trabalho é uma exceção; na maioria das vezes ele é cantado como uma lei da natureza, um prazer ou um benefício...” (2006, p. 748).

4 “estou muito preocupada com ele, e como certamente você deve ter conversado com ele, não conhecia melhor pessoa que pudesse me dizer como está realmente, e que perspectivas tem no momento”.

5 “Duvido que já tenhas falado com gente que saiu da Alemanha depois de 15 de março. Por carta, somente poderias estar informado através de indivíduos muito audaciosos. Porque pode ser muito perigoso escrever sem uma camuflagem cuidadosa. Estando em posse da liberdade, posso expressar-me

1933 Benjamin escreve a Gretel uma carta mais formal sobre suas impressões; o resultado é uma escrita cuidadosa em alguns aspectos que evidencia o momento conturbado, como este fragmento dá a entender: “estoy leyendo *Octubre*, el último tomo de la enorme novela campesina que había comenzado aquí el año anterior, donde la maestría de Krytrotz acaso sea todavía mayor que en el primer volumen”⁶ (2011, p. 47). É importante mencionar, segundo nota de rodapé da correspondência, que a escrita invertida das sílabas do nome de Trotzky (Krytrotz) deve-se à suspeita, especialmente durante o primeiro ano do governo de Hitler, de censura e espionagem de cartas na Alemanha nazista.

Percebe-se, com isso, que o contexto político era algo sufocante e aterrador, que o medo das circunstâncias era presente no cotidiano das pessoas. Além disso, destaca-se o entendimento do processo de aceitação da violência e do preconceito como vetores da opressão, tal como se depreende dos seus escritos sobre a cena alemã citados anteriormente. Essas referências auxiliam a compor o estudo de um dos seus textos iniciais, produzido entre 1919 e 1920, que aborda diretamente a noção de violência. No ensaio *Para uma crítica da violência*⁷, Benjamin discute o papel da violência e de como ela se legitima no meio social e se insere na própria filosofia de uma formação humana. Nesse sentido, afirma-se que o exercício da violência se dá em nome do poder e que o poder se sustenta por meio da violência, sendo possível entender a crítica que Benjamin realiza à violência e a seu entendimento como intrínseco à condição humana e não como mais uma construção histórica. A aproximação com a ordenação do direito mais elementar entre fim e meios estabelece o caminho para reflexões que visam discutir, inicialmente, o simplismo voltado apenas para o entendimento se a violência é empregada para fins justos ou injustos. Segundo Benjamin, “Sendo assim, sua crítica estaria implicitamente dada em um sistema de fins justos. Mas não é bem assim. Pois o que um tal sistema incluiria – aceitando-se a hipótese de que estivesse assegurado contra todas as dúvidas – não é um critério da violência em si mesma enquanto

claramente, mas sem estender-me. É menos o terror individual do que a situação cultural geral o que poderia dar uma ideia deste momento”

6 “estou lendo Outubro, o último tomo do enorme romance campesino que havia começado aqui no ano anterior, no qual a maestría de Krytrotz talvez seja ainda maior que no primeiro volume.”

7 O ensaio citado será o da edição de 2011 – Escritos sobre mito e linguagem – tendo em vista que leva em consideração as traduções já realizadas e publicadas em 1986, com o título de Crítica da violência – crítica do poder. (Documentos de cultura, documentos de barbárie. Organização e apresentação: Willi Bolle, São Paulo: Edusp/Cultrix, 1986, pp. 160-175), e em 2008, com o título de Para uma crítica do poder como violência. (O anjo da história. Organização e tradução: João Barrento, Lisboa: Assírio & Alvim, 2008, pp. 49-71).

princípio, mas um critério para os casos da sua aplicação” (2011, p. 122). A violência em si mesma permanece intacta, o questionamento ético se sustenta em legitimação sobre o seu emprego e não sobre sua existência, ou seja, a violência continua como vetor essencial do processo civilizatório.

O que Benjamin propõe, argumentando em um terreno movediço e problemático, é discutir a partir de referenciais diferentes, “de um critério mais preciso, de uma diferenciação na esfera dos próprios meios, sem consideração pelos fins aos quais servem” (2011, p. 123). Para que isso ocorra, Benjamin recorre à filosofia do direito para se amparar na diferença entre *direito natural* e *direito positivo*. Partindo de uma premissa geral de que o *direito natural* evidencia os fins enquanto que o *positivo* os meios, é possível afirmar que o *direito natural* pode ser entendido a partir dos pressupostos religiosos e míticos, ou seja, a justiça será atingida independentemente do processo realizado; qualquer atitude – violenta ou não – é justificável para a obtenção do resultado necessário, justo, por assim dizer, ainda que a justiça não esteja presente na sua busca, mas tão somente na sua realização, no seu resultado final; já o *direito positivo* tem relação com o processo, com uma preocupação com os meios, com a garantia dos direitos individuais.

Uma das questões relevantes desse confronto é a legitimação e a justificação de atrocidades em nome de uma ordem pública ou da própria segurança da coletividade, o que faz a violência historicamente reconhecida ser sancionada. O termo *sancionada* é apresentado como a legitimação do estado de direito. Quando ela não é sancionada quer dizer que o direito natural ocorre apesar do direito positivo estar – ou dever estar – atuante. A violência não sancionada é aquela sustentada não nas leis, mas nas práticas cotidianas de um universo autoritário. “Deve-se evitar resolutamente o mal-entendido do direito natural, segundo o qual este sentido consiste na diferenciação entre uma violência para fins justos e para fins injustos. Mais do que isso, já foi aludido que o direito positivo exige de qualquer violência um atestado de identidade quanto a sua origem histórica, de que depende, sob determinadas condições, sua conformidade ao direito, sua sanção.” (2011, p. 125). Há uma construção de um consenso tácito de que o direito estabelecido detém a violência e que esta se legitima – é sancionada – em detrimento de uma violência existente fora desse controle, que a caracteriza como ameaça ao sistema como um todo, independentemente dos seus fins, mas apenas por estar em um meio não legitimado.

“A mesma suposição pode ser sugerida, de maneira ainda mais drástica, quando se para para pensar no quanto a figura do 'grande' criminoso tantas vezes suscitou a secreta admiração do povo, por mais repugnantes que tenham sido seus fins”. (2011, p. 127). Essa admiração parte do esvaziamento que o direito dá àqueles que não estão sancionados para o uso da violência porque pode instaurar um novo direito. O seu exercício legitimado se traduz como uma regra que separa a sociedade da barbárie e não a violência em si, pois o que está em jogo é em nome de quem a violência é empregada. Algumas concessões – legitimações para o uso da violência – acabam também por legitimar o *status quo* antes de se constituir em um processo de mudança ou abertura. Benjamin cita o exemplo do direito de greve que equivale ao empregar a violência para atingir determinados fins, o que inclui o direito à prática de alguns tipos de violência, aproximando essa situação do direito de guerra, pois, por “mais paradoxal que possa parecer à primeira vista, até mesmo um comportamento assumido no exercício de um direito deve, sob determinadas circunstâncias, ser caracterizado como violência” (2011, p. 129). Um caráter mais ativo e outro mais passivo dessa violência se amparam na noção de poder⁸ – por isso sua indissociabilidade –, visto que uma atitude passiva (como a de cruzar os braços) implica em uma ação poderosa, em um enfrentamento simbólico no qual emergem várias outras formas de perpetuação da violência como intrínseca a todos os processos de organização social.

O Estado teme a ausência da violência por não se considerar legitimado como tal, mas teme também a violência pura, pois esta foge ao seu controle. Assim, as formas de violência legitimadas acabam sendo o espelho de uma sociedade organizada e base da civilização, com o pretexto de controlar a violência indesejável com a sancionada. Essa mesma idiossincrasia é encontrada no meio militar que é fortalecido pela noção da guerra, pelo seu desejo latente que culmina com expressões como: *Desejas a paz? Prepara-te para a guerra!* A inclinação natural para as atividades militares deve ser lida como a imposição da violência e não da ordem; o Estado – destacando o caso brasileiro

8 Retoma-se aqui a nota do tradutor para deixar claro a aproximação de violência e poder: “O substantivo Gewalt provém do verbo arcaico walten: 'imperar', 'reinar' e 'ter o poder sobre', hoje empregado quase exclusivamente em contexto religioso. Se o uso primeiro de Gewalt remete a potestas, ao poder público e à dominação – como no substantivo composto Staatsgewalt, 'autoridade ou poder do Estado' - , o emprego da palavra para designar o excesso de força (vis, em latim) que sempre ameaça acompanhar o exercício do poder, a violência, este se firma no uso cotidiano a partir do século XVI (daí, por exemplo, Vergewaltigung, 'estupro'). (...). De todo o modo, o que importa é ressaltar a dupla acepção do termo Gewalt, que indica, em si mesmo, a imbricação entre poder político e violência que constitui o pano de fundo da reflexão de Benjamin. Cabe observar ainda que, no plural, Gewalten, costuma ser traduzido também por 'forças'” (2011, p. 122).

– sustentou sua organização social com base na opressão aos direitos individuais, estando os militares sempre ao lado das oligarquias ao longo do processo histórico.

Não se poderia chegar a esse ponto sem fazer menção à *Estética da guerra* presente no ensaio sobre a reprodutibilidade técnica da obra de arte,⁹ especialmente pela afirmação de Benjamin de que “*Todos os esforços pela estetização da política culminam em um ponto. Esse ponto é a guerra*”. (2012, p. 117). Além da crítica à violência – como um amadurecimento das discussões presentes no texto de 1921 – observa-se uma aproximação mais direta com a política, enfatizando que a violência e o poder também se situam em uma esfera política e estética. Escrito entre 1935 e 1936, este texto clássico afronta o valor positivo da guerra, a apologia estética voltada para um olhar deslumbrado sobre os feitos da conquista a partir da *barbárie civilizada*¹⁰. A indignação ao ler o manifesto de Marinetti só é menor se pensado o impacto positivo que teve em muitos outros leitores. A percepção da guerra como algo belo, como algo esteticamente aceito e importante, necessário, culmina com uma organização social enfraquecida o suficiente para que a crítica à violência e ao poder seja sempre vista como uma crítica a si mesmo, não como forma de revisão de si, mas de rejeição a esse pensamento que é entendido como fraqueza. Sim, a guerra é bela, Marinetti afirmava, “porque inaugura a sonhada metalização do corpo humano. A guerra é bela, porque enriquece um prado florido com as orquídeas de fogo das metralhadoras. A guerra é bela, porque unifica o fogo dos fuzis, dos canhões, o cessar-fogo, os perfumes e os odores de decomposição, em uma sinfonia.” (2012, p. 119). A guerra é bela porque apresenta o indivíduo sempre forte perante o inimigo, frente aos desafios, sustentando uma ilusão sob o influxo do homem que se fez por si só, pela sua imposição perante os demais e não pela cooperação, pelo acúmulo da experiência coletiva, dos saberes e das riquezas que pertencem a todos. A referência à *arte pela arte* adquire um significado maior a partir desse racionalizar do mundo, pois apaga a experiência humana em função do indivíduo em sua fortaleza individual. Somente sem os resquícios de uma humanidade enfraquecida, portanto, o homem será capaz de suplantar e vencer os desafios impostos, por isso a guerra também é sinônimo de purificação e de redenção.

9 O subtítulo *Estética da guerra* aparece no texto de 1985, *A obra de arte na era de sua eprodutibilidade técnica*, que integra o livro *Magia e técnica, arte e política*. No livro *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, de 2012 (Apresentação, tradução e notas de Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado), aparece somente o número romano XIX.

10 O emprego desse termo evidencia o argumento final da guerra antecipado por um desejo a partir da apropriação dos simbolismos da cultura e dos valores históricos de forma estereotipada e empobrecida.

Faça-se arte, pereça o mundo”, diz o fascismo, e espera a satisfação artística da percepção sensorial transformada pela técnica, tal como Marinetti confessa, da guerra. Isso é evidentemente a consumação da *arte pela arte*. A humanidade que outrora, em Homero, foi um objeto de espetáculo para os deuses olímpicos, tornou-se agora objeto de espetáculo para si mesma. Sua autoalienação atingiu um grau que lhe permite vivenciar sua própria destruição como um gozo estético de primeira ordem. *Essa é a situação da estetização da política que o fascismo pratica. O comunismo responde-lhe com a politização da arte.* (BENJAMIN, 2012, p. 123).

Retoma-se aqui o ensaio *Para uma crítica da violência* para comentar a violência policial. Se a guerra é o fator que une um grupo social contra outro – aqui inserida a ideia de nação –, internamente a esse grupo social, na administração do Estado, ocorre a atuação da polícia, como braço armado e legitimado pelo *direito positivo*, do poder do Estado sobre os seus membros, das prerrogativas da lei e da ordem estabelecidas que devem ser mantidas a qualquer custo. Ocorre uma inversão da visão do direito positivo e natural na ação policial. A polícia atua em prol de um fim de direito que não coincide necessariamente com a concepção de justiça, mas sim de obediência ao sistema que passa, por sua vez, a ser a medida da violência empregada.

A afirmação de que os fins da violência policial seriam sempre idênticos aos do resto do direito, ou pelo menos teriam relação com estes, é inteiramente falsa. Pelo contrário, o “direito” da polícia assinala o ponto em que o Estado, seja por impotência, seja devido às conexões imanentes a qualquer ordem de direito, não consegue mais garantir, por meio dessa ordem, os fins empíricos que ele deseja alcançar a qualquer preço. Por isso a polícia intervém “por razões de segurança” em um número incontável de casos nos quais não há nenhuma situação de direito clara; para não falar nos casos em que, sem qualquer relação com fins de direito, ela acompanha o cidadão como uma presença que molesta brutalmente ao longo de uma vida regulamentada por decretos, ou pura e simplesmente o vigia. Ao contrário do direito, que reconhece na “decisão” fixada no espaço e no tempo uma categoria metafísica que lhe permite ser objeto de avaliação crítica, a consideração da instituição policial não encontra nada de essencial. Sua violência não tem figura, assim como não tem figura sua aparição espectral, jamais tangível, que permeia toda a vida dos Estados civilizados. (BENJAMIN, 2011, p. 135-136).

Mas não são instâncias separadas que exercem cada uma o seu papel bem definido na questão do poder e da violência. Há elementos que se interpenetram constantemente e que dependem de conceitos de cunho psicológicos e não lógicos, por isso a perspectiva divina também opera como um legitimador da violência. A ira divina, o temer a Deus e os preceitos de punição são onipresentes (tanto quanto o próprio Deus

que se confunde entre o ser divinal e o olhar punitivo e vigilante do Pai sobre seus filhos pecadores). O exercício da violência e do poder, de certa forma, acaba por aproximar o indivíduo de Deus – desse conceito de divindade –, porque a violência divina aniquila o direito enquanto que a violência mítica o instaura. Há um desejo de possuir essa violência sem limites, sem fronteiras, sem responsabilidade ou culpa. A violência em nome de Deus expia qualquer pecado, salva e redime qualquer excesso e vitima quem se opõe a ela. Benjamin desenvolve essa questão da seguinte forma:

Tal extensão da violência pura ou divina sem dúvida provocará, hoje em dia, as mais violentas inventivas; e ela será contestada com a observação de que, segundo suas deduções, ela permitiria também, condicionalmente, aos homens o uso da violência letal uns contra os outros. Isso, entretanto, não pode ser admitido. Pois a pergunta “Tenho permissão para matar?” recebe irrevogavelmente a resposta na forma do mandamento “Não matarás!”. Esse mandamento precede o ato, assim como o próprio Deus precede, para que este não se realize. Mas assim como o medo da punição não deve ser o motivo para respeitar o mandamento, este permanecerá inaplicável, incomensurável, em relação ao ato consumado. Do mandamento não pode ser deduzido nenhum julgamento do ato. Assim, não se pode nem prever o julgamento divino do ato, nem a razão desse julgamento. Aqueles que condenam toda e qualquer morte violenta de um homem por outro com base neste mandamento estão, portanto, enganados. O mandamento não existe como medida de julgamento, e sim como diretriz de ação para a pessoa ou comunidade que age, as quais, na sua solidão, têm de se confrontar com ele e assumir, em casos extremos, a responsabilidade de não levá-lo em conta. (2011, p. 152-153).

A prerrogativa da morte em caso de legítima defesa acaba por desacralizar e ampliar essa noção para interpretações que exigem a plenitude desse outro, definindo aqueles que podem sofrer a morte por uma condenação da sua própria identidade. A morte ao opressor é algo passível de ser cooptado por essa forma de pensar a realidade, ou seja, *em nome de Deus eu puno os opressores, a minha mão está ungida pelo desejo divino de operar em nome da justiça*. Assim, segundo Benjamin, a preocupação se dá na relação do assassino com Deus a partir do ato e não na relação entre os homens. Ao subordinar e limitar as relações humanas ao aspecto divinal, da sua inferioridade perante o Criador de todas as coisas, acaba-se por discutir o valor de cada existência e não o valor da existência em si mesma; defende-se que há um valor maior na existência justa do que na mera existência. O problema é quem define o caráter justo de cada existência... Benjamin divaga na direção da amplitude do tema ao encerrar esse ponto afirmando que “dá motivo para reflexão o fato de que aquilo que aí é dito sagrado é,

segundo o antigo pensamento mítico, o portador assinalado da culpa: a mera vida” (2011, p. 154). Essa problematização – da culpabilidade da vida – possui um aspecto ideológico de tornar vulnerável os mais vulneráveis, tornar a vida mais banal, ao menos aquelas vidas cujo valor é questionado por Deus. Obviamente não há um deus atribuindo esses valores, mas sim homens elevando-se à condição divina.

Com isso, a ideia de violência - mítica e divina - tem o intuito de apresentar uma noção do porquê ela se legitima como ideologia, justificando atos bárbaros em nome da democracia, por exemplo. Ao não autorizar a violência brutal de forma explícita, contraditoriamente, autorizam que seus agentes executem, cegamente, qualquer ato visando manter sua ordem e vigência – há uma interpretação parcial que funde o *direito natural* com o *direito positivo*, fazendo com que a violência seja coibida pelo Estado no papel e na sua constituição, mas mantida e estimulada nas práticas cotidianas e na ideologia mítica e religiosa presente na função dessa mesma violência, que nem sempre descamba para o aspecto brutal, físico, mas que está onipresente em vários momentos da vida cotidiana. Entender que “a força expiatória da violência não é clara aos olhos dos homens” (2011, p. 156) é um exercício constante por causa da fragilidade que os processos revolucionários oportunizam, entendidos não apenas a partir da noção da *violência revolucionária*, “nome que deve ser dado à mais alta manifestação da violência pura pelo homem” (2011, p. 155), como Benjamin analisou, mas também as *impurezas* das ações violentas cotidianas.

Referências

- ADORNO, Gretel. **Correspondência 1930-1940**. Gretel Adorno y Walter Benjamin. Adaptado por Mariana Dimópulos. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução: Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. Tradução: Celeste Ribeiro de Sousa... [et al.]. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- _____. Movimento Social. In: _____. **Passagens**. Tradução: Irene Aron, Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- _____. Para uma crítica da violência. In: _____. **Escritos sobre mito e linguagem. 1915-1921**. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- _____. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Tradução: Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre; Zouk, 2012.

UMA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DE HOMENS DE COR QUE APRENDIAM AS PRIMEIRAS LETRAS

Resenha: MAC Cord, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Ed Unicamp, 2012. 438p.

Jucimar Cerqueira dos Santos

Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Bahia-UFBA¹

Artífices da cidadania foi publicado em 2012, resultado de uma tese defendida na Unicamp que recebeu o Prêmio Capes de Teses 2010 na área de História, confirmando a importância do livro para a atual historiografia. Esse trabalho evidencia uma análise densa de numerosas e diversificadas fontes, além de tabelas e ilustrações fundamentais para sua compreensão, a partir de dados como profissões, nacionalidades, estado civil e grau de instrução dos integrantes da *Sociedade de Artes Mecânicas*. As fontes são matrículas dos sócios e alunos, os registros de notas do IPHAN do Recife, livros de Atas e contas correntes, presentes na Universidade Católica de Pernambuco. Também foram utilizados documentos produzidos também pelas elites letradas, depositados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, livros referentes à Instrução Pública, jornais, relatórios governamentais, folhetos oitocentistas e inventário no Arquivo Nacional da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A *Sociedade de Artes Mecânicas* foi formada em 1841, a partir da iniciativa do carpinteiro José Vicente Ferreira Barros e considerada uma organização atípica para o período, pois foi liderada por pessoas de cor durante toda sua história. Ficava situada em Recife, ao lado da sede da Irmandade de São José do Ribamar, confraria responsável pela emissão das “cartas de exame”, (documentos que habilitavam os mestres nos ofícios de pedreiros, carpinteiros, marceneiros e tanoeiros desde o século XVIII) e mantida pelo apoio religioso da congregação paroquial e por parte do grupo de artífices.

O argumento principal de Marcelo Mac Cord nesse trabalho baseia-se na existência de uma classe operária composta por homens livres e de cor em uma sociedade

¹ Email para contato: jucimar18@yahoo.com.br

escravista. Segundo ele, o mais importante sobre a *Sociedade* é a maneira como se manteve ao longo desses anos e, a partir dessa perspectiva, ele desenvolve uma obra com uma escrita atenta, clara e cuidadosa, fazendo o leitor entrar em contato com uma organização de destaque na vida social recifense oitocentista. Trabalho, educação, exercício de cidadania, articulação econômica e política são características da obra em que alguns feitos de trabalhadores da construção civil são analisados. Um texto que conduz à compreensão de um modelo de mutualismo, um tipo de escolarização muito evidente no final do século XIX no Brasil e, principalmente, o protagonismo de sujeitos do ramo das edificações, numa sociedade a caminho crescente do desenvolvimento industrial.

Esta uma obra de história do trabalho e de história da educação ou de história social do trabalho e educação, levando em consideração a importância dada à educação na *Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais*, a partir das escolas noturnas que foram de muita importância nas três últimas décadas do século XIX para a instrução de muitos trabalhadores brasileiros. Além de Pernambuco, esse tipo de escolarização ocorreu em muitas províncias e de duas formas, ou ligadas a uma associação de trabalhadores ou em escolas que já aconteciam aulas durante o dia. As aulas noturnas da *Sociedade* foram uma das primeiras que constam em estudos sobre esse tipo de escolarização no Brasil, embora a partir da década de 1870 estabeleceram-se aulas, escolas ou cursos noturnos na Província da Bahia, Sergipe, Alagoas, Maranhão, Pará, Amazonas, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Escolas voltadas para jovens e adultos que trabalhavam durante o dia, até com alguns escravizados. Essas escolas ofereciam o ensino, basicamente, da escrita, leitura e contagem. Algumas dessas escolas foram além, como no caso da própria *Sociedade* em xeque, nela houve aulas também de geometria, desenho linear e línguas estrangeiras, como o francês.

Mac Cord traz à tona a trajetória de uma *Sociedade* que além de auxílio mútuo, prezava intensamente pelo aprimoramento dos ofícios através de aulas noturnas, tanto para os associados, quanto para alunos externos, o que evidencia que seu trabalho é uma análise de um grupo de importantes agentes políticos e pedagógicos, mas que não integravam os altos níveis da sociedade recifense. Isso se deu diante de um mercado de trabalho abalado com a extinção das corporações de ofício decretada na Constituição de 1824, em que esses homens acionaram as suas redes políticas e tomaram a frente do processo de formação nas artes mecânicas daquela instituição. Entre a concessão de

pecúlios, a captação de serviços e a formação continuada, esses homens alcançaram certo nível de organização política e criaram um espaço importante de poder através da experiência conquistada ao longo do tempo. Entre os seus principais concorrentes estavam os estrangeiros – em sua maioria portugueses, franceses e alemães - que ostentavam a marca do “progresso” e “civilização” do trabalho.

A conexão que o autor faz entre a *Sociedade* e seu contexto é de fundamental importância para entender a complexidade que ela possuía, pois a conjuntura política da década de 1850, com a segunda proibição do tráfico atlântico de escravos, deu força à instituição intensificando a possibilidade de término da escravidão. Seus líderes transformaram-se em um dos principais interlocutores do governo pernambucano em torno da questão do controle da mão de obra livre. Eles tiveram articulação com as elites letradas, políticas e econômicas recifenses, construindo uma estrutura que lhes possibilitaram domínio sobre o “cenário” da sua área profissional e a garantia de sobrevivência para os sócios e seus familiares. Tudo isso, percebe-se pelas formas de adequação que tiveram às mudanças da época e por manterem-se em vigência. Através das redes de contatos com essas elites, a *Sociedade* teve seu nome mudado, passando a chamar *Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais*.

A obra é dividida em cinco capítulos, tem recorte cronológico entre 1836 e 1880, discute o processo de formação e transformações internas da *Sociedade* em diferentes conjunturas políticas e sociais, bem como os desdobramentos que levaram a sua vinculação ao Liceu de Artes e Ofícios, na década de 1870. O primeiro capítulo, chamado *Inteligencia e Progresso*, relaciona a educação com a busca de grupos econômicos e políticos por “progresso” e analisa quem eram os sócios que através de uma ligação com a “modernização” brasileira em desenvolvimento, desviavam do estigma da escravidão, conquistando reconhecimento de suas qualidades e potenciais profissionais.

O segundo capítulo é uma discussão sobre a necessidade de aprimoramento dos sócios através da aprendizagem das primeiras letras, pelo método adotado em algumas escolas profissionalizantes europeias, o “sistema” do Barão Chales Dupin. A partir da perspectiva de Dupin, os demorados processos de aprendizagem das oficinas e o monopólio do conhecimento artesanal deveriam ser anulados e a sociedade deveria substituir as rotinas corporativas por uma instrução mais geral e circunscrita às exigências da labuta diária. Ler, escrever, contar e conhecer alguns princípios da geometria e da mecânica era considerada a educação suficiente para os operários.

O terceiro capítulo realmente é o intermediário no livro que possui cinco e faz jus a fase transitória do curso da *Sociedade*, pois se tratou de um período quando a legislação imperial de 1860 pretendia estabelecer a forma de como esse tipo de instituição deveria proceder e daí os sócios se articularam, principalmente junto às elites já citadas, para manutenção e reestruturação da organização. Nesse mesmo tempo, em consequência dessas articulações, a organização dos cargos internos ia se desenhando não somente pelo desempenho dos associados, mas pela capacidade de contatos e relações com autoridades cada vez mais importantes, como Presidentes da Província e Diretores da Instrução Pública. Cargos de liderança foram disputados até o ponto da expulsão da organização de mutualismo de sua sede original. As consequências dessas questões o autor dedicou analisar no capítulo seguinte, principalmente a evasão de alguns sócios e a diminuição de aulas oferecidas, assim como a criação do Liceu de Artes e Ofício que marcou uma nova fase da associação e mais uma mudança que garantiria sua permanência com produtividade considerável na sociedade recifense. A *Sociedade* no comando do Liceu passou a ter o reconhecimento de sua experiência político-pedagógica e estímulo para competir com os “capitalistas” que atuavam no mesmo ramo a partir de um modelo mais industrializado.

No último capítulo o autor remonta os últimos dados apresentados na documentação, realizando um desfecho conclusivo sobre a relevância de uma *Sociedade* composta por homens livres, com erros e acertos, qualidades e defeitos, que de forma específica, desviaram da possibilidade de escravidão ou reescravização, se impondo por meio da qualificação contínua de seus trabalhos, elaborando suas formas de exercício de cidadania, a partir do que estava posto naquela sociedade e das demandas que ocorriam e interferiam na associação.

Portanto, este livro analisa também a vida de trabalhadores que não eram os das fábricas, quebrando o estigma da unicidade do operário somente fabril e abre à reflexão de que é possível tal estudo. Há um trabalho de identificação de quem eram esses sujeitos e de que forma atuavam na sociedade da época, com seus ofícios, conflitos e práticas cotidianas, sendo a maioria pedreiros e carpinteiros, entre criolos, pardos, pretos e brancos. Logo, verifica-se uma agradável leitura e uma importante obra de história social brasileira do trabalho e educação, evidenciando a possibilidade de análise dos *mundos do trabalho* e história da educação, com uma rica variedade de fontes, abordagens e um método dinâmico que vai além dos estudos sobre currículo e dos conteúdos lecionados nas aulas

noturnas. Tal análise evidencia ligações entre o “fazer-se” da classe operária inglesa e os trabalhadores livres de cor brasileiros, deixando nítida a forte influência teórica thompsoniana pelo vies da historia social e cultural dos sujeitos que não eram integrantes das camadas elitistas.

O CONCÍLIO DE TRENTO EM PORTUGAL E NAS SUAS CONQUISTAS

Resenha: GOUVEIA, Antônio Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas Conquistas: Olhares Novos*. 1 ed. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2014. 215 p.

Marcelo Pereira Leite da Silva

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia.

O Concílio de Trento em Portugal e nas suas Conquistas: Olhares Novos reúne nove capítulos de diversos autores relacionados ao Concílio de Trento e sua aplicação no Império português. O livro é coordenado por José Pedro Paiva, David Sampaio Barbosa e Antônio Camões Gouveia e foi fruto do Seminário de História Religiosa Moderna¹, que organizou seus ciclos de conferência e debates em torno do Concílio de Trento durante o ano de 2013 – ano em que se completavam 450 anos do encerramento do Concílio. Este seminário tem se debruçado sobre os mais recentes estudos de História Religiosa do mundo português, e tem reunido pesquisadores que enxergam a religião como um dos fatores estruturantes para se compreender a sociedade, e não mais como tema residual, sobretudo quando falamos da sociedade moderna. Neste livro, os autores, portugueses e brasileiros, buscam abrir novos caminhos e olhares historiográficos e metodológicos para o tema da igreja tridentina e da sua influência na sociedade, na política e na cultura do mundo português moderno.

O Concílio de Trento surgiu, em 1545, como uma reação à Reforma Protestante no intuito de combater a divisão da comunidade cristã a partir da reafirmação e redefinição dos seus dogmas – combatendo heresias e disciplinando as condutas dos fiéis – bem como de uma reforma interna da Igreja, que acarretaria numa melhor formação do clero e no fortalecimento da figura do papa e dos bispos. Passara-se quase 300 anos para

¹ Este seminário, que é desenvolvido desde 2008, conta com a organização conjunta do Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, do Centro Interdisciplinar de História Cultura e Sociedades da Universidade de Évora e do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” da Universidade do Porto e da Universidade do Minho.

que outro Concílio² fosse realizado após o Concílio de Trento. Sua durabilidade transformou não só a Igreja, mas, como chama atenção José Pedro Paiva, em certa medida, influiria no processo de modernização do mundo europeu católico.³ Criou-se, nas palavras de Paolo Prodi, um “paradigma tridentino”⁴, que somente com o Concílio do Vaticano II, já no século XX, seria desconstruído.

No capítulo de abertura, *A Recepção e Aplicação do Concílio de Trento em Portugal: Novos Problemas, Novas Perspectivas*, José Pedro Paiva, após discorrer brevemente sobre a importância do Concílio e do “paradigma tridentino”, identificando suas principais características, faz um balanço da historiografia portuguesa sobre o tema. A partir daí, elenca os problemas em aberto sobre os impactos de Trento em Portugal, dos quais ele destaca seis: I) das relações da Coroa portuguesa com o papado frente à aplicação de Trento no Reino; II) da aplicação das diretrizes tridentinas nas conquistas de ultramar; III) do aprofundamento e diversificação (por épocas, tipos de dioceses e modelos de bispo) dos estudos sobre a aplicação de Trento; IV) dos impactos conciliares na arquitetura, escultura e pinturas sacras; V) do impacto que novas formas de liturgia, dos templos e da composição dos cabidos tiveram na música sacra; e VI) da necessidade de estudos comparativos com a aplicação de Trento em outros reinos vizinhos a Portugal.

José Pedro Paiva tenta dar algumas respostas às questões acima, abrindo terreno aos temas que serão abordados nos capítulos seguintes do livro. Neles podemos encontrar as discussões sobre a recepção de Trento no mundo português. Dois deles tratam da sua recepção no Reino, sendo um para Portugal e ou para Diocese de Viseu, em específico. Outros quatro são dedicados à sua recepção nas conquistas, sendo um capítulo referente à Diocese de Goa, um para as conquistas insulares e dois capítulos a tratar da recepção do Concílio no Brasil. Além de procurar detectar as diferenças e semelhanças da recepção do Concílio nas diversas localidades do Império português, o livro ainda traz a perspectiva da recepção do Concílio entre os cabidos das catedrais também a influência de Trento nas artes sacras.

O texto de Vitor Serrão, *Impactos do Concílio de Trento na Arte Portuguesa entre o Maneirismo e o Barroco (1563-1750)*, traz a noção de como as artes tinham função

² O Concílio do Vaticano I, em 1869.

³ PAIVA, José Pedro, “A Recepção e Aplicação do Concílio de Trento em Portugal: Novos Problemas, Novas Perspectivas”. In: GOUVEIA, Antônio Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.), op. cit., p. 14.

⁴ Idem.

educativa de dialogar com o público de fiéis, combatendo assim a “heresia iconoclasta calvinista”⁵ e excessos nas representações de imagens de “formosura dissoluta”⁶. Fazendo algumas análises de caso, utilizando cópias de imagens ao final do capítulo, ele mostra estratégias definidas a partir de Trento sobre o tipo de mensagem que a arte sacra deveria passar, buscando abrir os “olhos da alma”⁷. É um capítulo bastante informativo que serve de importante orientação para estudantes e pesquisadores das artes na Época Moderna, trazendo informação a respeito de obras escritas na época para referência, orientação e regulamentação da produção artística sacra. Por outro lado, os leigos na área da História das Artes poderão ter alguma dificuldade em acompanhar seu raciocínio, sem prejuízo, porém, da compreensão do sentido de como as artes sacras se localizam dentro da estratégia da Igreja estabelecida a partir do Concílio de Trento.

Hugo Ribeiro da Silva, com o texto *O Concílio de Trento e a sua Recepção pelos Cabidos das Catedrais*, mostra como os cabidos das catedrais receberam com certa resistência algumas diretrizes de Trento, sobretudo em relação às visitas pastorais, à obrigação de residência e à construção de seminários, o que vinha a interferir na autoridade dos cabidos. Tendo como função a administração litúrgica e econômica do primeiro templo e sede episcopal de cada diocese, os cabidos eram instituições que atraíam os membros mais importantes do clero seja pela distinção do cargo ou pelo alto valor das prebendas recebidas – os capitulares eram, em sua maioria, oriundos de famílias importantes da região da sua diocese. Como as diretrizes conciliares vinham para fortalecer o poder dos bispos no âmbito de suas dioceses (em detrimento, inclusive dos cabidos), o embate entre prelados e membros dos cabidos era comum. No entanto, ao contrário do que a historiografia vinha produzindo, ao identificar os cabidos como corporações meramente conservadoras, Hugo Ribeiro da Silva nos chama atenção não só para as resistências, mas também para as negociações e táticas usadas pelas partes nos processos de implementação das diretrizes tridentinas nas dioceses. O autor traz, assim, diversos casos de conflitos entre prelados e cabidos, inclusive em dioceses de outras regiões do mundo católico fora dos domínios de Portugal.

⁵ SERRÃO, Vitor, “Impactos do Concílio de Trento na Arte Portuguesa entre o Maneirismo e o Barroco (1563-1750)”. In: GOUVEIA, Antônio Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.), op. cit., p. 104.

⁶ Idem.

⁷ SERRÃO, Vitor, “Impactos do Concílio de Trento na Arte Portuguesa entre o Maneirismo e o Barroco (1563-1750)”. In: GOUVEIA, Antônio Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.) op. cit. p. 105.

Sobre a recepção do Concílio em Portugal se debruçam Amélia Polónia no capítulo *A recepção do Concílio de Trento em Portugal* e João Rocha Nunes, com *A Reforma Católica na Diocese de Viseu (1552 – 1639)*. A primeira destaca a influência dos irmãos D. Henrique e D. João III no Concílio e na aplicação das diretrizes tridentinas em Portugal. Neste texto, a autora demonstra além das contribuições dos portugueses nos debates do Concílio, como em Portugal já existia um ambiente maduro para a recepção dos decretos tridentinos, bem como a celeridade da sua publicação e apoio por parte da monarquia portuguesa da sua implementação no reino. Isso se deveu sobretudo ao esforço do monarca D. João III e seu irmão cardeal D. Henrique em tentativas de, antes mesmo da realização do Concílio, reformar a organização e as práticas da Igreja no sentido de um “reforço doutrinal e de disciplinamento de comportamentos” das populações reinóis, em consonância com um projeto de “centralização e reforço do poder político do monarca”⁸. Essas iniciativas, entre outras, demonstrariam a intenção da monarquia portuguesa em estabelecer boas relações diante de Roma (que vinham sendo conflituosas) e dar projeção ao reino diante do mundo católico europeu, além de garantir a sua já grande influência sobre a vida religiosa de Portugal.

Já Rocha Nunes, organizando seu capítulo de forma didática, quase como um manual de aplicação dos Decretos Tridentinos em uma diocese, explica como essa se deu na diocese de Viseu a partir de três aspectos: a reforma do clero, a reforma dos fiéis e os instrumentos para as reformas. Apesar dos esforços da Coroa portuguesa expostos por Amélia Polónia, João Rocha Nunes demonstra que a implementação e aceitação dos decretos tridentinos não ocorreu de forma imediata e sem dificuldades na diocese de Viseu. Sobre a reforma do clero, vemos o quanto era precária a sua formação – ponto central da sua reforma – na primeira centúria de implementação de Trento, bem como a pouca contribuição do Seminário de Viseu para ela. Da mesma forma, ainda se constatava uma série de infrações do clero diante das novas regras impostas por Trento.

Já a reforma dos fiéis se deu a partir do fortalecimento dos sacramentos com a homogeneização da liturgia no universo católico. Assim o batismo, a confissão, a eucaristia, a extrema unção, o matrimônio, além da própria doutrinação – a partir da promoção do culto com a obrigatoriedade de frequência das missas e da preocupação com a infraestrutura e ornamentos das igrejas – foram as formas de disciplinar e reformar as

⁸ POLÓNIA, Amélia, “A Recepção do Concílio de Trento em Portugal”. In: GOUVEIA, Antônio Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.), op. cit., p. 48.

condutas dos fiéis. Essas reformas, no entanto, não se deram sem algumas negociações e mediações, como por exemplo a não interferência nas touradas, atividade proibida por determinações papais e conciliares.

Os instrumentos para essas reformas, por sua vez, se resumiam basicamente às visitas pastorais e ao tribunal episcopal. Se o primeiro foi reconhecido como instrumento fulcral da reforma, o tribunal era pouco acionado, fazendo o autor sugerir que “o disciplinamento social na época Moderna era, maioritariamente, feito sem recursos a julgamentos”.⁹

A análise das dificuldades, limites, adaptações e peculiaridades da implementação das diretrizes tridentinas será comum também nos capítulos que tratam das conquistas portuguesas. Nesta linha, falando de um ponto de vista bastante peculiar, Susana Goulart Costa, analisa como isso se deu nas conquistas insulares de Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. No capítulo intitulado *Trento e o Clero nas Ilhas Atlânticas*, além das dificuldades de realizar os preceitos tridentinos, a autora demonstra como o sucesso da presença eclesiástica era intimamente dependente da economia atlântica, num lugar que servia apenas de passagem para as localidades mais importantes: Costa da África, Brasil e Metrópole. Assim, as visitas pastorais, a formação do clero e o próprio provimento destes eram periclitantes a ponto de se prover os próprios nativos, alguns deles negros, para administrar os sacramentos.

Ainda sobre a recepção de Trento nas conquistas, Ângela Barreto Xavier em *Gaspar de Leão e a Recepção do Concílio de Trento no Estado da Índia* trata de como a Contra-Reforma “moldou a imaginação e a institucionalização de uma Goa cristã”¹⁰ através da análise da ação do bispo Gaspar de Leão na diocese de Goa. A autora nos chama atenção para a não existência de uma cristandade plenamente estabelecida anteriormente. Poder-se-ia dizer, por isso, que a implantação do cristianismo na Índia era concomitante à implantação do próprio cristianismo tridentino.¹¹ É possível fazer um paralelo com a situação das conquistas na América Portuguesa, em que, segundo Evergton Sales Souza em *A Construção de uma Cristandade Tridentina na América*

⁹ NUNES, José Rocha, “A Reforma Católica na Diocese de Viseu”. In: GOUVEIA, Antônio Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.), op. cit., p. 75.

¹⁰ XAVIER, Ângela Barreto, “Gaspar de Leão e a Recepção do Concílio de Trento no Estado da Índia”. In: GOUVEIA, Antônio Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.), op. cit., p. 134.

¹¹ XAVIER, op. cit., p. 140.

Portuguesa (Séculos XVI e XVII), “no Brasil do século XVI não há Igreja para se reformar, mas por construir”.¹²

Para entender o que ela chamou de “programa episcopal” de Gaspar de Leão, Xavier parte da análise dos seus textos pastorais e normativos. Neles há uma teologia essencialmente anti-sensorial, em que os sentidos são a via privilegiada para o pecado, o que levava também à construção de uma teologia do medo (medo do pecado, do mundo, das sensações), isso num espaço em que as diversas devoções locais partiam justamente das sensações para se chegar ao divino. Além disso, há o fato das populações desses territórios não serem cristãs, pertencendo a um universo cultural muito grande e variado. Apesar de toda essa diversidade, Gaspar de Leão tratava não só os cristãos, mas também a comunidade de “gentios” como de caráter universal. O modelo de “gentios” era ainda o dos ibéricos (mulçumanos e judeus), modelo esse transplantado para uma realidade altamente diversificada como a do Oriente. Por outro lado, a autora mostra uma preocupação de Gaspar de Leão, sobretudo nas Constituições de Goa sobre a conversão, em negociar e adaptar os preceitos tridentinos às necessidades locais. Por fim, ela cita os pontos em que é preciso ter estudos mais aprofundados, incluso a questão da “indigeneização”.

Outro aspecto importante sobre o Concílio de Trento são as novas relações estabelecidas entre Igreja e o Estado, tema que é discutido também por Ângela Barreto Xavier, bem como nos textos de Evergton Sales Souza e de Bruno Feitler, sobretudo para as conquistas em relação ao regime de padroado – relação que se não aparece na análise de Xavier é um dos temas centrais no texto de Souza. Para o autor, em *A Construção de uma Cristandade Tridentina na América Portuguesa (Séculos XVI e XVII)*, uma das principais questões sobre Trento na América Portuguesa é tentar entender como se harmonizava o intento tridentino de ampliar os poderes do episcopado diante das enormes prerrogativas que a Coroa detinha sobre a vida eclesiástica nas conquistas mediante o regime de padroado.

Ângela Xavier destaca o estímulo a “uma certa funcionalização do poder religioso no contexto dos objetivos da Coroa de Portugal”¹³ na organização do 2º Concílio Provincial de Goa e a ajuda do braço secular na execução das ações de conversão dos

¹² SOUZA, Evergton Sales, “A Construção de uma Cristandade Tridentina na América Portuguesa (Séculos XVI e XVII)”. In: GOUVEIA, Antônio Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.), op. cit., p. 180.

¹³ XAVIER, op. cit., p. 149.

infiéis. Já Evergton Souza coloca a problemática da limitação do poder de intervenção dos bispos de ultramar, uma vez que não administrava as rendas dos seus bispados, mas recebiam uma cômputa da Fazenda Real, além dos benefícios eclesiásticos serem criados e providos pelo monarca. Por outro lado, ele mostra que havia um espaço para flexibilização entre as normas e as práticas vigentes, além de destacar o fato de a própria Coroa ser uma das grandes responsáveis pela reestruturação da malha diocesana no Brasil. Enquanto isso, Bruno Feitler, em *Quando Chegou Trento ao Brasil?*, aborda a questão dos interesses comuns entre Igreja e Estado no controle das condutas das populações locais. Isso apesar de, segundo o autor, a partir da segunda metade do século XVIII, as argumentações que legitimam esses interesses se deslocam, no Brasil, do âmbito do cumprimento das diretrizes tridentinas para uma defesa do reformismo ilustrado de caráter ultramontano, sem que os preceitos de Trento sejam contestados.

Com dois capítulos que se complementam, Bruno Feitler e Evergton Sales Souza escrevem sobre Trento no Brasil. O primeiro, além de fazer um breve balanço historiográfico da chegada de Trento ao Brasil, aponta para as adaptações, limitantes (que existiram também na Europa, como já foi mostrado) e até as aparentes contradições da aplicação de Trento na América portuguesa, mas sustentando a tese de que o espírito tridentino, com todas as suas limitações, esteve presente no Brasil desde o século XVI. Na mesma linha, Souza defende a tese de que, apesar da debilidade da estrutura diocesana na América portuguesa, Trento não tardou a chegar ao Brasil, apontando, entretanto, uma série de dificuldades e especificidades como a centralidade das missões como “um dos pilares do enquadramento religioso”¹⁴ e a questão da pobreza material na colônia a influir no precário desenvolvimento da rede diocesana e paroquial.

O Concílio de Trento em Portugal e nas suas Conquistas: Olhares Novos é uma obra de construção coletiva de caráter de síntese para estudantes e pesquisadores que têm interesse nos estudos do mundo português na Época Moderna a partir da influência do catolicismo tridentino. Mas é também um passo importante na exploração de novos olhares (de temas, espaços, perspectivas historiográficas etc.) e abertura de janelas para novas pesquisas na área.

¹⁴ SOUZA, op. cit. p. 190

A CONSTRUÇÃO NACIONAL 1830-1889

Resenha: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional 1830-1889*, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 296 p.¹

Nilceanne Nogueira Lima Felício*

Mestranda em História pela UFBA, bolsista Fapesb

As iniciativas dos autores e dos organizadores da coleção História do Brasil Nação:1808-2010 é de grande contribuição para os debates sobre o processo de formação da Nação brasileira, e suas ligações com as nações latino-americanas e europeias. A coleção é uma parceria entre a Fundação Mapfre e a Editora Objetiva que também está integrada ao projeto América Latina na História Contemporânea. Com destaque para a política, economia, sociedade e cultura. A coleção é composta por 6 volumes, são eles consecutivamente "Crise colonial e independência – 1808-1830"; "A construção nacional: 1830-1889"; "A abertura para o mundo: 1889-1930"; "Olhando para dentro: 1930-1960"; "A busca da democracia: 1960-2010"; "Um olhar sobre o Brasil. A fotografia na construção da imagem da nação: 1833-2003".

O volume aqui destacado será o "A construção Nacional. 1830-1889", que possui 5 ensaios divididos em: Parte 1: *População e sociedade* de Sidney Chalhoub; Parte 2: *A vida política* de José Murilo de Carvalho; Parte 3: *O Brasil no mundo* de Leslie Bethell; Parte 4: *O processo econômico* de João Antônio de Paula; Parte 5: *Cultura* de Alfredo Bosi. Este volume foi organizado por José Murilo de Carvalho, que foi o responsável pela introdução intitulada *As marcas do período* e a conclusão *Américas*. Ao final do volume há ainda *A época em imagens*, uma parte reservada para o material iconográfico sobre o período em destaque.

Os ensaios se debruçaram sobre as transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e as relações internacionais que marcaram o processo de consolidação da nação brasileira durante os anos de 1830 a 1889. Procuraram também em certos limites destacar a articulação da nova nação com os demais Estados nacionais que surgiam na América Latina, e ainda com as nações europeias.

José Murilo de Carvalho foi o coordenador responsável pelo volume 2. Um cientista político e historiador do Brasil, cujas áreas de pesquisa se concentram no Brasil Império e Primeira República, em temas como cidadania, história intelectual e republicanismo. A introdução do volume *As marcas*

¹ Resenha desenvolvida a partir da disciplina História Social, no Mestrado de História da UFBA, ministrada pelo professor Marcelo Lima.

* Graduada em História pela UNEB, Campus V, Santo Antônio de Jesus. E-mail: nilceanne @yahoo.com.

do período, e a conclusão *Américas*, foram elaboradas pelo mesmo.

Em sua introdução procurou fornecer um panorama geral do Brasil durante o século XIX, com destaque para temas que foram discutidos separadamente no decorrer do volume. Analisou a importância da vinda da família real para o país, e a atuação das lideranças políticas com fatores que contribuíram para a unidade territorial e política do país. Para o autor a monarquia e a elite política nacional foram importantes para a manutenção da nação durante as revoltas do período regencial. Destacou ainda a independência política do Brasil que ocorreu sem grandes guerras, o que favoreceu a manutenção da estrutura econômica e social.

Por fim destacou a formação da cultura brasileira, fortemente influenciada pela cultura europeia, com pouca influência norte-americana, onde as principais ideias originais foram de base estrangeira. Uma produção cultural rica e complexa e de grande cisão entre o erudito e o popular. Em suma, sua introdução como sugere o título, procurou sucintamente caracterizar a política, a economia e a sociedade que se formava no Brasil no século XIX.

O primeiro capítulo do texto *População e sociedade* foi realizado por Sidney Chalhoub. As principais áreas de atuação deste historiador se concentram em História do Brasil, e temas como escravidão, abolição e literatura. Neste texto o autor procurou abordar a formação da sociedade brasileira do período. Destacou para tanto a dificuldade que o Estado brasileiro encontrou para conhecer os contornos gerais da população, o que se mostrou um problema para a construção do Estado nacional.

Sidney Chalhoub utilizou de variadas fontes para suas análises. Desde Relatórios da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, Coleção das leis do Império do Brasil, Anais do Parlamento Brasileiro, entre outros. Durante a construção do texto, cita diversos relatos de histórias para apontar os caminhos de suas análises.

O primeiro recenseamento geral do país ocorrido em 1872 de acordo o autor, esteve associado à Guerra do Paraguai e à emancipação dos escravos. Recenseamento este que se mostrou útil para dar os primeiros passos para conhecer a nação que se constituía. Para ele o século presenciou a convivência da libertação dos escravos com a escravização. As relações entre senhores e escravos aconteciam em meio à tensões e conflitos. Estes conflitos eram mediados pelo Estado, pois havia o que ele considerou como uma *subordinação do privado ao domínio da lei*.

A escravização ilegal no Brasil e partir de 1830 e a precariedade da liberdade é vista como uma interessante oportunidade para entender as *atuações do poder público e as estratégias da população*. Em suma, em seu texto propôs a tratar do processo de formação da sociedade brasileira do século XIX, e conseguiu alcançar seu objetivo. De forma clara e determinada foi tecendo sua análises sobre

a constituição da população e suas ações durante a construção do Estado nacional.

O segundo capítulo *A vida política* do também José Murilo de Carvalho, abordou os caminhos políticos traçados pelo Brasil durante o oitocentos. Para tanto dividiu em três principais períodos: o primeiro como uma fase conturbada do império, de 1831 a 185; a segunda marcada pelo apogeu do Império; e o terceiro período de perda da legitimidade do Império.

Neste capítulo suas análises perpassaram desde à abdicação até a crise e queda da monarquia. Para ele durante o período de descentralização houve um aumento da luta entre facções locais, o que contribuiu para que diversos conflitos no território brasileiro se desencadeassem. Em sua abordagem conseguiu dar conta do panorama da vida política do Brasil. Destacou o processo de amadurecimento, desenvolvimento das relações com os países vizinhos, e os passos que a Nação deu em direção à industrialização, substituindo a mão de obra escrava pela imigrante.

O Brasil no mundo, capítulo 3, foi realizado pelo historiador inglês Leslie Bethell. Ele se debruçou no estudo da América Latina nos séculos XIX e XX, com destaque especial para análises do Brasil, em temas políticos, sociais e culturais. Neste texto o autor procurou destacar a relação do Brasil com outros países latino-americanos e europeus. Entre os países citados a importância da Grã-Bretanha para a política, o comércio, o desenvolvimento financeiro e intelectual do Brasil, foi significativo.

Para o autor o império brasileiro precisou do reconhecimento internacional pois tinha duas importantes funções: impedir a restauração do domínio português e fortalecer a autoridade do imperador, como um instrumento de estabilidade. O reconhecimento britânico era muito importante para o Brasil, proporcionando à Grã-Bratânia a propostas de tratados sobre a questão da proibição do tráfico.

A reação do Brasil com a América espanhola está mais relacionada com a questão dos 3 principais conflitos na região do Rio da Prata. Já a relação com as repúblicas do pacífico foi menor ainda. Já o interesse dos Estados Unidos no Brasil se resumia ao rio Amazonas, com poucas relações comerciais. Enfim, este é o capítulo que mais conseguiu tocar no tema da constituição do Estado nacional brasileiro e suas relações com as demais nações, sejam elas europeias, hispano americanas entre outras.

O *Processo econômico*, quarto capítulo do volume, foi elaborado pelo professor João Antônio de Paula, que é doutor em História Econômica e atua principalmente em economia política, meio ambiente, marxismo, economia mineira e cidades. Nesta produção procurou destacar a configuração da economia brasileira do século XIX.

Abordou inicialmente o desenvolvimento da ciência e tecnologia. A vida político-cultural do

país perpassava pela cultura jurídica. Apontou que apesar dos avanços estes não expressaram um *sistema nacional de inovação*. Defendeu a ideia de que a economia foi dinâmica e diversificada marcado por *características estruturais e vocações regionais*. Criticou ainda a imagem de uma economia escravista, de monocultura e de exportação. Levantou a ideia já proposta por Celso Furtado de *complexo econômico nordestino*. Para ele após a independência houveram propostas que permitiram o avanço da modernização o que contudo, não transformou profundamente uma economia de base colonial.

O autor sustentou a ideia de que o desenvolvimento econômico capitalista está ligado à distribuição da renda e riqueza, com também a constituição de um mercado interno, de terras e de trabalho. Criticou acima de tudo a homogeneização da economia, mas defendeu a ideia de diversas e complexas atividades e divisão do trabalho, *relativamente dinâmicas*. Neste texto o autor conseguiu propor uma análise mais complexa da economia do século XIX, trazendo para suas análises as realidades das diversas regiões da Nação. Construindo um texto objetivo, que infelizmente ao abordar o complexo econômico nordestino, deixou-nos sem suas análises sobre a economia baiana.

O último capítulo intitulado *Cultura* escrito pelo historiador de literatura brasileira Alfredo Bosi. Neste texto, ele abordou a inexistência de *paralelismos exatos* entre a política e a cultura no Brasil do século XIX, traçando a coexistência da escravidão com as ideias liberais. Percebeu uma certa discronia entre os padrões culturais e os movimentos rebeldes.

Concluiu que a influência neoclássica do século XVIII sobre as primeiras décadas do XIX na literatura, não representou uma defasagem cultural, pelo contrário era uma realidade também presente em vários países da Europa. Destacou que a produção literária do início do século era centrada nos gêneros públicos, que procuravam *expressar os ideais de uma nação que despontava como estado independente*, como também a influência dos viajantes franceses e da Missão Artística Francesa.

Para o autor a fusão entre o nacionalismo e o naturalismo se configurou numa *meia verdade*, pois existiam românticos nativistas e nacionalistas românticos, mas isso não era regra. Contudo afirmou que é preciso reconhecer a conjunção do *patriotismo e expressões românticas como característica dos poetas da primeira geração romântica*. Para a geração dos pós-independência realçar a autoafirmação e as diferenças em relação à ex-metrópole se fazia essencial.

Alfredo Bosi destacou ainda a formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com um exemplo da junção das ideias românticas e ilustradas. Neste sentido o romantismo na nova nação se fundia com os ideais ilustrados. Como um exemplo de convergência entre a literatura e as ideias, citou a relação do cientificismo e a escola naturalista na literatura de ficção. Discutiu ainda o desenvolvimento do teatro brasileiro e por fim a narrativa regionalista como fator importante para a

existência de um caráter nacional.

Ainda no fim do capítulo destacou os temas de liberdade e o liberalismo como pontos da terceira geração romântica, e também a importância das instituições de ensino para a difusão das ideias evolucionistas e positivistas no Brasil, principais formadores dos bacharéis em direito à época. Para ele a cultura deve ser encarada dialeticamente, pois o naturalismo e o realismo conviveram no *mesmo período e no mesmo campo literário*. Em suma este texto não é de fácil compreensão, requer um mínimo de conhecimento sobre literatura e das ideias políticas que se desenvolveram à época. A articulação com as produções literárias dos demais países da América hispânica não foi mencionada. Contudo, uma análise bastante interessante sobre a nossa cultura literária no decorrer do oitocentos.

O volume é encerrado pela conclusão de José Murilo de Carvalho. Nele levantou pontos que ficaram a desejar no volume, como por exemplo a pouca reflexão voltada para o Brasil e sua relação com a América espanhola. Poucos capítulos conseguiram alcançar este debate, outros se debruçaram no contato com os países europeus. Ainda destacou que a principal relação entre o Brasil e os países americanos foi a guerra. Abordou alguns dos principais motivos para o distanciamento e dos conflitos do período, que seriam eles a herança colonial, a forma de governo e a estabilidade política do Brasil.

O volume aqui destacado é bastante interessante para os que se debruçam ou procuram um conhecimento diversificado sobre o Império brasileiro. Contém algumas leituras mais leves, possíveis a um leitor comum, e outras mais densas, sendo necessário maior conhecimento na área. A obra fornece grandes enfoques e possibilidades de estudo. Contudo, assim como José Murilo de Carvalho já destacou, o volume possui também limites. Mas de todo modo é uma ótima leitura sobre a história do Brasil e o processo de construção de nossa nação.